



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**Sistema Alimentar Camponês e as práticas agroecológicas nos
assentamentos Ipanema e Bela Vista de Iperó/SP**

Fernando Freitas de Almeida

Presidente Prudente

2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Fernando Freitas de Almeida

**Sistema Alimentar Camponês e as práticas agroecológicas nos assentamentos
Ipanema e Bela Vista de Iperó/SP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Presidente Prudente para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Marcelo Dornelis Carvalho
Co-orientador: Carlos Alberto Feliciano

Linha de pesquisa: Trabalho, saúde ambiental e movimentos socioterritoriais

Presidente Prudente

2025

A447s	Almeida, Fernando Freitas de Sistema Alimentar Camponês e as práticas agroecológicas nos assentamentos Ipanema e Bela Vista de Iperó/SP / Fernando Freitas de Almeida. -- Presidente Prudente, 2025 179 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientador: Marcelo Dornelis Carvalhal Coorientador: Carlos Alberto Feliciano 1. Soberania Alimentar. 2. Agroecologia. 3. Sistemas Agroalimentares. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE FERNANDO FREITAS DE ALMEIDA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

Aos 23 dias do mês de abril do ano de 2025, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de FERNANDO FREITAS DE ALMEIDA, intitulada **"Sistema Alimentar Camponês e as práticas agroecológicas nos assentamentos Ipanema e Bela Vista de Iperó/SP"**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. MARCELO DORNELIS CARVALHAL (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia e Planejamento / Faculdade de Ciências Tecnologia e Educação de Ourinhos - FCTE/Unesp, Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp, Profa. Dra. LARA DALPERIO BUSCIOLI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Prof. Dr. ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Universidade Federal de Alfenas, Profa. Dra. CAMILA FERRACINI ORIGUELA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: **APROVADO**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. MARCELO DORNELIS CARVALHAL

**Marcelo
Dornelis
Carvalho**

Assinado de forma
digital por Marcelo
Dornelis Carvalho
Dados: 2025.05.19
19:54:45 -03'00'

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Idalino (*in memoriam*), meu pai, piauiense, metalúrgico, técnico segurança do trabalho, homem negro, que ensinou aos filhos o valor dos estudos e das lutas sociais. Vítima da pandemia e do pandemônio, não pude celebrar com ele a conquista desta tese, mas sei que estaria muito feliz com ela.

AGRADECIMENTOS

A jornada de um sujeito periférico é, por definição, coletiva. Tenho consciência de que não conseguirei lembrar de todas as pessoas que compartilharam momentos comigo nesta caminhada do doutorado, pois, como minha mãe sempre diz: “Filho, você dá até bom dia a cavalo”. Ainda assim, quero expressar minha gratidão a cada um que cruzou meu caminho ao longo dessa trajetória — nos risos e nas lágrimas, nas palavras amigas e nas críticas necessárias, nas ajudas cotidianas e nos espaços que serviram para preservar minha saúde mental. Mesmo ciente de que esquecerei alguns nomes, não poderia deixar de fazer este agradecimento.

À minha família,

Primeiramente, à minha mãe, Jesilda, e à minha irmã, Fernanda, por sustentarem este matriarcado que chamamos de família. Mulheres fortes e generosas, que educam pelo exemplo e, incontáveis vezes, trouxeram serenidade para minha ansiedade.

Ao meu irmão, Ricardo, minha primeira referência de luta e camaradagem. Desde os tempos do plebiscito contra a ALCA até a resistência no “Fora Bush”, estivemos lado a lado e seguimos alinhados nas lutas sociais. Hoje, você se tornou uma referência estadual na defesa da educação popular que eu admiro muito.

Aos meus sobrinhos, Raul e Pedrinho, de seis e cinco anos, que talvez nem saibam o quanto foram essenciais para que eu seguisse em frente, honrando a memória do meu pai. À Priscila, minha cunhada, parceira de trilhas, churrascos e celebrações.

À orientação,

Sou imensamente grato ao meu orientador, Marcelo Dornelis Carvalhal, pelo incentivo, pelas leituras dos meus textos e pela confiança na minha autonomia acadêmica. Ao meu coorientador, Carlos Alberto Feliciano, pelo apoio, orientação, pelas trocas enriquecedoras no quintal agroecológico e pelos grupos de estudo que abriram novas perspectivas.

Agradeço à professora Neusa de Fátima Mariano, que viabilizou meu contato com a Universidade de Lisboa e abriu portas para experiências acadêmicas fundamentais.

Ao professor Luís Moreno, do IGOT/ULisboa, por me supervisionar em Portugal com tanta atenção e generosidade.

Aos assentados dos assentamentos Ipanema e Bela Vista e aos militantes solidários à defesa dos assentamentos,

Aos assentados dos assentamentos Ipanema e Bela Vista, cuja luta e resistência são inspirações constantes, expresso minha mais profunda gratidão, por me receberem em suas casas e em reuniões de articulação. Agradeço também aos militantes solidários na defesa dos assentamentos, cujo compromisso e dedicação fortalecem a construção de um futuro mais justo e digno para todos.

À banca,

Agradeço à banca examinadora por aceitar o convite para participar deste momento tão significativo em minha trajetória acadêmica. Agradeço especialmente ao professor **Antonio Thomaz Júnior** e ao professor **Estevan Leopoldo de Freitas Coca** pelas valiosas contribuições durante a fase de qualificação, cujas sugestões e reflexões foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho. A professora **Lara Dalperio Buscioli** e à professora **Camila Ferracini Origuéla**, agradeço por aceitarem compor esta banca.

À minha base em Prudente,

Mudar de cidade e universidade é também mudar de contexto, e esse processo nunca é simples. No entanto, algumas pessoas tornaram minha estadia em Presidente Prudente muito mais leve:

Ana Carolina, pela gentileza e empatia. Se fôssemos transcrever nossas horas de conversa, teríamos pelo menos dez teses de doutorado. Parceira de incontáveis aventuras, de aniversário no Balneário da Amizade em Prudente ao aniversário em Madrid. Que a vida te retribua toda a generosidade que você espalha.

Amanda Baratelli, a companhia ideal para uma cerveja, mas muito mais do que isso, uma mente brilhante, cuja fala no grupo de pesquisa sempre exigia atenção e reflexão.

Renata Rizon, a gentileza em pessoa, cujo olhar atento sobre o mundo faz dela a melhor conselheira.

Janaina Conceição, minha companheira de Lisboa, dona de uma trajetória admirável e de uma disciplina acadêmica impressionante. Ver sua dedicação me motivava a continuar estudando, mesmo nos dias mais difíceis.

Agradeço também aos amigos que, em meio à pandemia, se esforçaram para me acolher. Em especial, ao meu bonde de João Pessoa: Raisa Regala, Lucas Martins e Zé Dantas, que abriram suas casas e me aproximaram da geografia de Prudente, revisaram textos e me ajudaram incontáveis vezes.

À Lais Neves, artista de mão cheia, por conversas durante o café e por me garantir hospitalidade até em Tocantins.

Ao Gustavo, parceiro de concursos e reflexões sobre a estrutura racista da universidade brasileira.

Ao Jean Cruz, camarada de boas conversas nos intervalos dos estudos e pelos cafés sempre acompanhados de boas conversas.

Ao Magno, pelas companhias na sala da pós, e piadas, e por pontualmente as 16:00 de todas as quartas-feiras parafrasear o cinema nacional com a frase: “São quatro horas da tarde de uma quarta feira, não é? Semana praticamente encerrada”.

Ao Igor, Bogo, George e Laércio pelas boas conversas, amizade e boas risadas. À Samarane, Bruna Corrêa, Bruno Gonçalves, Monique, Rafaela, Jéssica, Glenda e Ananda com que tive bons momentos na pós-graduação. À Carol e João Pedro (Jota), que me receberam em meio às incertezas sanitárias da pandemia quando cheguei, além de fazer ótimas festas e possibilitar bons diálogos.

À minha base em Sorocaba,

Todo final de ano, voltava para Sorocaba para recarregar minhas energias, e aqui faço questão de citar algumas figuras essenciais nessa jornada: Felipe, Edson, Carolina (Cotis), Gisele, Gimena, Sette, Thiago, Lucas, Livia, Murilo, Victor Falasca, Jéssica, Hichel, Carlos Tiseo, Vanessa e Rachel — amigos da Geografia e da Biologia, e seus agregados que vibraram com cada uma das minhas conquistas.

Ao Carlos, Amanda, Dandara, Alice e Marcos, que me receberam em suas casas e contribuíram com a logística do trabalho de campo.

À minha base pelas geografias,

Aos amigos e amigas da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), dentre os quais Albert, Bruno, Caio, Gabriel, Igor Carlos, Jéssica, José Luiz, Ladislau, Lorena, Lucas Santos, Luiz, Kauê, Marcy, Marcus, Rayssa, Renato, Thaimon e Thiago Damas.

Ao meu povo do Abya Yala Esporte e Cerveja e aos gerentes e “gerentas” do Morumba,

Não posso deixar de citar os lugares que, sem serem terapias, foram terapêuticos para mim. O Abya Yala, meu time da pós, e o Futebol Morumba foram fundamentais para minha passagem por Prudente. Agradeço alguns representantes desses espaços para expressar a totalidade: Samarane, Bogo, Igor, Jéssica, Elvis, Gustavo, Thiago Passos e Nardez. Aos antigos adversários que cruzaram o muro para o nosso lado, porque o muro era baixo: Luana, Laércio, George e Jean Cruz. Por fim, agradeço a todos os gerentes e “gerentas” do Futebol Morumba, que representaram um pedaço importante dessa vivência na pós-graduação: Akira, Andrei, André, Arthur, Bruno Lopes, Bruno Salvi, Coala, Dani, Denise, Flavia, Gretter, Heck, Kelly, Karol, Luana, Nadal, Pimenta e Vitor.

Ao NERA, CEGET, DATALUTA e ao CEETAS,

Ao sair de um contexto em que, na dissertação, eu era o único pesquisador de Geografia Agrária e entrar em uma universidade com múltiplas possibilidades, percebi a fundamental importância dessa mudança. Agradeço imensamente, nominalmente, aos coordenadores deste universo, Bernardo Mançano e Thomaz Jr., por possibilitarem um vasto campo teórico de possibilidades. Aos meus queridos amigos do Quintal Agroecológico que demonstram que a universidade pode ter uma práxis agroecológica: Beatriz, Cacá, Cadu Campesino, Lucas Moraes, Aline, Eduarda e Ian. Às pessoas do DATALUTA, com sua pesquisa militante: Aline, Ângela, Brenna, Bruna, Joana, Luana, Nino, Roberta, Silmara, Simão, Will e Wuelligton.

Agradeço especialmente a Michelly, Jhiovanna e Lara, por me ajudarem na revisão, nas conversas sobre a tese e no acompanhamento dos estudos, que sem elas essa tese não seria possível. E às diversas pessoas do CEETAS.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

"Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje"

Antigo ditado iorubá presente no documentário “AmarElo - É tudo pra ontem”

RESUMO

Sistema Alimentar Camponês e as práticas agroecológicas nos assentamentos Ipanema e Bela Vista de Iperó/SP

Os assentamentos rurais são frutos da luta histórica do campesinato sem-terra no Brasil. Eles representam tanto pontos de chegada da luta dos camponeses organizados nos movimentos socioterritoriais agrários, quanto pontos de partida para a luta pela permanência e reprodução da vida no território camponês conquistado. Nesse contexto, a questão central é a garantia da reprodução da vida dos camponeses territorializados, o que envolve assegurar a produção, circulação e comercialização de seus alimentos. A pesquisa utilizou o trabalho de campo como metodologia central, com o objetivo de identificar o sistema alimentar nesses assentamentos, sua organização, os sujeitos e as sujeitas envolvidos, além de analisar se essas estratégias têm impacto na geração de renda e na aproximação entre campo e cidade. Ao adotar uma perspectiva vertical sobre o sistema alimentar camponês nos territórios de reforma agrária, foi possível perceber as diversas formas de organização entre o campo e a cidade, bem como suas contradições. A partir dessa provocação, a tese busca compreender, por meio do sistema alimentar camponês, as estratégias de resistência estabelecidas desde os princípios da agroecologia nos assentamentos, com foco nos assentamentos de Iperó-SP: Ipanema e Bela Vista. A análise desses assentamentos revela que o sistema alimentar camponês, baseado na solidariedade, se configura como uma resistência ao capitalismo, promovendo soberania alimentar, agroecologia e gestão coletiva e solidária do território.

Palavras-chave: Soberania alimentar; Agroecologia; Sistemas agroalimentares.

RESUMEN

Sistema Alimentario Campesino y las prácticas agroecológicas en los asentamientos Ipanema y Bela Vista de Iperó/SP

Los asentamientos rurales son frutos de la lucha histórica del campesinado sin tierra en Brasil. Representan tanto puntos de llegada de la lucha de los campesinos organizados en los movimientos socioterritoriales agrarios como puntos de partida para la lucha por la permanencia y reproducción de la vida en el territorio campesino conquistado. En este contexto, la cuestión central es garantizar la reproducción de la vida de los campesinos territorializados, lo que implica asegurar la producción, circulación y comercialización de sus alimentos. La investigación utilizó el trabajo de campo como metodología central, con el objetivo de identificar el sistema alimentario en estos asentamientos, su organización, los sujetos involucrados, además de analizar si estas estrategias tienen impacto en la generación de ingresos y en la aproximación entre el campo y la ciudad. Al adoptar una perspectiva vertical sobre el sistema alimentario campesino en los territorios de reforma agraria, fue posible percibir las diversas formas de organización entre el campo y la ciudad, así como sus contradicciones. A partir de esta provocación, la tesis busca comprender, a través del sistema alimentario campesino, las estrategias de resistencia establecidas desde los principios de la agroecología en los asentamientos, con foco en los asentamientos de Iperó-SP: Ipanema y Bela Vista. El análisis de estos asentamientos revela que el sistema alimentario campesino, basado en la solidaridad, se configura como una resistencia al capitalismo, promoviendo soberanía alimentaria, agroecología y gestión colectiva y solidaria del territorio.

Palabras clave: Soberanía alimentaria; Agroecología; Sistemas agroalimentarios.

ABSTRACT

Peasant Food System and Agroecological Practices in the Ipanema and Bela Vista Settlements in Iperó/SP

Rural settlements are the result of the historical struggle of landless peasants in Brazil. They represent both points of arrival in the struggle of peasants organized in agrarian socioterritorial movements and points of departure for the fight for the permanence and reproduction of life in the conquered peasant territory. In this context, the central issue is the guarantee of the reproduction of the life of territorialized peasants, which involves ensuring the production, circulation, and commercialization of their food. The research used fieldwork as the central methodology, aiming to identify the food system in these settlements, its organization, the individuals involved, and to analyze whether these strategies have an impact on income generation and the relationship between the countryside and the city. By adopting a vertical perspective on the peasant food system in agrarian reform territories, it was possible to perceive the various forms of organization between the countryside and the city, as well as their contradictions. From this provocation, the thesis seeks to understand, through the peasant food system, the resistance strategies established from the principles of agroecology in the settlements, focusing on the settlements of Iperó-SP: Ipanema and Bela Vista. The analysis of these settlements reveals that the peasant food system, based on solidarity, serves as a resistance to capitalism, promoting food sovereignty, agroecology, and collective and solidarity-based management of the territory.

Keywords: Food sovereignty; Agroecology; Agri-food systems.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Construção da nova sede da EM Dona Gláucia Aparecida Andrade dentro do assentamento Ipanema.....	42
Figura 2: Foto da Assembleia Geral na ocupação da Fazenda Ipanema em Junho de 1992	93
Figura 3: Produção de alimentos durante a ocupação em agosto de 1992	94
Figura 4: Gráfico com Estados de origem dos assentados do Ipanema	99
Figura 5: Sementes da Linha Azul e Isla permitidas para produção certificadas SPG	105
Figura 6: Mudas de maçã EVA produzidas no lote	106
Figura 7 : Transporte das mudas de mamão da sementeira para copos	107
Figura 8: Plantio coletivo de arvores na ampliação do SAF da família Boaventura ..	108
Figura 9: Produção de mudas no lote da família Boaventura.....	109
Figura 8: Tipos de Cesta por Cotas - CSA	114
Figura 9: Alimentos de época disponíveis no mês de Dezembro/2023 nas cestas.....	114
Figura 10: Coleta da Cesta da CSA Sorocaba.....	116
Figura 11: Lousa indicando a quantidade de alimentos para cada coprodutor	117
Figura 12: Infográfico dos responsáveis pela busca dos alimentos da CSA por gênero	118
Figura 13: Infográfico dos responsáveis pela busca dos alimentos da CSA por raça .	119
Figura 14: Boaventura apresentando sua produção em sistema agroflorestal	121
Figura 15: Cesta CSA Coração	122
Figura 16: Visita de uma jovem interessada em ser coprodutora da CSA Coração à produção agroecológica do lote Mãe Terra	123
Figura 17: Placa elaborada pela CSA Coração	124
Figura 18: Cestas Orgânicas do Boaventura	125
Figura 19: Cestas Terra Sagrada	127
Figura 20: Alimentos expostos na Feira agroecológica da UFSCAR campus Sorocaba	128
Figura 21: Faixa elaborada pelo Núcleo de Agroecologia para divulgar a Feira agroecológica da UFSCar.....	129

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Assentamentos Ipanema e Bela Vista de Iperó/SP e proximidade com os centros urbanos	30
Mapa 3: Assentamento Ipanema como parte da Zona de Amortecimento da Floresta Nacional de Ipanema	97
Mapa 4: Localização dos pontos de comercialização dos alimentos agroecológicos dos Assentamentos Ipanema e Bela Vista - 2024	103
Mapa 5: Localização da produção e comercialização das CSAs por Estado	112
Mapa 6: Produtores Concessionários ou Assentados Negros - 2017	120
Mapa 7: Fluxo de alimentos do Assentamento Bela Vista até a CSA Sorocaba.....	140
Mapa 8: Fluxos de coprodutores da CSA Coração ao Assentamento Bela Vista.	141
Mapa 9: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema para Cestas Terra Sagrada.	142
Mapa 10: Fluxos de alimentos via Cestas de Orgânicas Boaventura do assentamento Ipanema para Sorocaba.....	143
Mapa 11: Fluxo de alimentos do assentamento Ipanema à Feira de Orgânicos do Campolim	145
Mapa 12: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema à Feira do Produtor de Iperó.....	146
Mapa 13: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema à Feira Agroecológica da UFSCar por intermédio do Instituto Terra Viva	147
Mapa 14: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema à Feira de Alimentos Agroecológicos e Artesanatos do SESC	148
Mapa 15: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema ao Instituto Terra Livre de Sorocaba.....	149
Mapa 16: Fluxo de alimentos do Assentamento Bela Vista até o Núcleo de Envolvimento Comunitário (NEC)	150
Mapa 17: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	152
Mapa 18: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema ao Banco de Alimentos de Sorocaba (BAS)	153
Mapa 19: Mapa de síntese do sistema alimentar camponês e seus fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Trabalhos de campo já realizados nos Assentamentos do Município de Iperó/SP (2011-2022)	35
Quadro 2: Síntese das localidades e contatos referentes ao campo realizado em 2022.	40
Quadro 3: Quadro comparativo da Reforma agrária popular de 2013 e 2024	80

LISTA DE SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANPEGE	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APROBIO	Associação José Guilherme Stecca Duarte dos Produtores Agroecológicos e Biodinâmicos da Reforma Agrária da Região Sorocabana
BAS	Banco de Alimentos de Sorocaba
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEETAS	Centro de Estudos em Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde
CEGET	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CENEA	Centro Nacional de Engenharia Agrícola
CLOC	Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo
COOPMAIO	Cooperativa de Agricultores Familiares 16 de Maio
CPJ	Cursinho Popular de Jandira
CPT	Comissão Pastoral de Terra
CSA	Comunidade que Sustenta Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
ENGA	Encontro Nacional de Geografia Agrária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FEPASA	Ferrovia Paulista Sociedade Anônima
GTERR	Grupo de Trabalho e Estudos sobre Relações Raciais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IGOT-ULisboa	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras de São Paulo

LGBTQIAPN+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais

MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAAC	Núcleo de Agroecologia Apete Caapuã
NEC	Núcleo de Envolvimento Comunitário
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PESSAN	Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PET	Programa de Educação Tutorial
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PJ	Pastoral da Juventude
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGGEO	Programas de Pós-Graduação em Geografia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QGIS	Quantum GIS
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAF	Sistema Agroflorestal
SESC	Serviço Social do Comércio
SMETAL	Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região
SPG	Sistema Participativo de Garantia
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPES	União Paulistas dos Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	20
INTRODUÇÃO	24
TESE	32
APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	33
ESTRUTURAÇÃO DA TESE.....	44
CAPÍTULO I - SISTEMA ALIMENTAR CAPITALISTA.....	46
CAPÍTULO II - SISTEMA ALIMENTAR CAMPONES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAS DO CAMPO, A SOBERANIA ALIMENTAR, AGROECOLOGIA	59
2.1 – SISTEMA ALIMENTAR CAMPONÊS	60
2.2 – AGROECOLOGIA COMO CAMINHO DA SOBERANIA ALIMENTAR	65
2.2.2 – <i>Agroecologia dos movimentos socioterritoriais</i>	75
CAPÍTULO III - SISTEMA ALIMENTAR CAMPONÊS EM ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA	89
3.1 – TERRITORIALIZAÇÃO DO CAMPESINATO NOS ASSENTAMENTOS IPANEMA E BELA VISTA	90
3.2 – O SISTEMA ALIMENTAR CAMPONÊS EM ASSENTAMENTOS RURAIS	102
CAPÍTULO IV - SISTEMA ALIMENTAR CAMPONÊS E A DIALÉTICA ENTRE O CAMPO E A CIDADE.....	136
4.1 – COMUNIDADES QUE SUSTENTAM A AGRICULTURA (CSAs) E CESTAS DA AGROECOLOGIA	139
4.2 – AS FEIRAS DA AGROECOLOGIA	143
4.3 – OS INSTITUTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	148
4.4 – COMPRAS INSTITUCIONAIS.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164
ANEXOS	173
ANEXO I	174

NOTA DO AUTOR

Considero necessário apresentar algumas notas para entender como a abordagem sobre a questão agrária se insere na minha trajetória de pesquisador, pois afirmar que a tese é resultado de uma pesquisa militante não é mera retórica, mas sim fruto de um processo histórico no qual me insiro, de maneira consciente, desde a adolescência.

Meu interesse por temáticas agrárias teve início na adolescência, por meio das idas às ocupações organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Regional Grande São Paulo¹, dentro da militância no movimento estudantil, na Pastoral de Juventude (PJ) e na Comunidade Eclesial de Base em Jandira/SP. Esses contatos com as ocupações no início dos anos 2000 e, posteriormente, com os assentamentos foram possibilitados, sobretudo, pelo engajamento do pároco Padre João Carlos Pacchin com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sendo decisivo na formação militante.

Minha trajetória na militância passou por diversos momentos, incluindo a participação em atividades da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES), a presença em manifestações contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a realização do plebiscito, e no movimento "Fora Bush". Além disso, atuei diretamente no Cursinho Popular de Jandira (CPJ), que foi fundamental para meu ingresso na universidade. Também estive presente em conferências de juventude, cultura e comunicação, vivenciando a ampla gama de possibilidades oferecidas a um jovem militante. Nesse contexto, aprendi uma palavra de ordem: “só a luta muda a vida”.

Contudo foi somente em 2009, com ingresso ao curso de geografia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba, fruto da política de REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que iniciei meus primeiros estudos na área de geografia agrária, onde foi possível materializar o trabalho de conclusão de curso “Assentamento Irmã Alberta na metrópole de São Paulo”. Durante minha formação, apresentei e publiquei a pesquisa no XX ENGA - Encontro Nacional de Geografia Agrária (2010) e na I e II Semana de Estudos da Geografia UFSCar

¹ Momento que tiveram como estratégia as ocupações denominadas “Comunas”, que são a Comuna da terra Irmã Alberta, Comuna da terra Dom Tomás Balduino e, em Jandira, a Comuna Urbana Dom Helder Câmara, organizadas pelo MST.

(2010/2011), E participei da organização da Semana de Estudos da Geografia UFSCar (2010) e da Comemoração ao Dia do Geógrafo (2013).

O ano de 2018 representou um marco decisivo, separando a fase em que eu, como jovem graduado e professor do ensino básico, via a pesquisa apenas como um complemento à minha formação, da nova perspectiva adquirida no mestrado. Nesse período, compreendi a importância de estudar a questão agrária de forma sistemática dentro da universidade, reconhecendo-a como um elemento fundamental para uma compreensão totalizante da Geografia.

O ingresso na docência no Estado de São Paulo em 2012, concomitante à graduação, e posteriormente por meio de concurso, em março de 2014 até 2021, marcaram minha trajetória. Essa experiência me proporcionou uma compreensão real de que pesquisa e ensino são indissociáveis, permitindo-me aplicar, no cotidiano da docência, o conhecimento produzido na universidade. Além disso, possibilitou minha participação como conselheiro da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), de 2017 a 2020, contribuindo para a organização de pautas, greves, manifestações e demais atividades sindicais, o que me proporcionou uma visão ampla sobre o funcionamento de um movimento social em seu dia a dia.

Porém, é com ingresso ao Programa de Mestrado em Geografia da UFSCar Campus Sorocaba (PPGGeo-So), acesso à bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e participação no grupo de pesquisa "Interpretações Geográficas: As Complexidades da Natureza e as Realizações da Sociedade", tendo como linha de pesquisa Ruralidade e Urbanidade no Período Contemporâneo, sob a orientação da Profa. Dra. Neusa de Fátima Mariano, que foi possível me reconhecer como pesquisador em meados de 2017.

Como primeiro marco dessa trajetória na pós-graduação, tive a oportunidade, junto à orientação e aos estudantes da graduação, de organizar o primeiro evento Abril Vermelho do curso. Além disso, participei como conferencista de mesa de abertura sobre a temática “Análise dos conflitos socioespaciais no campo brasileiro, a questão fundiária e os conflitos no campo”, ao lado do Prof. Dr. Marcelo Gomes Justo.

Em 2018, apresentei e publiquei o trabalho “Estudo do meio em assentamentos rurais” no XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), em João Pessoa. No ano seguinte, organizei novamente o Abril Vermelho e mediei a mesa “Criminalização dos movimentos sociais no campo” com William Silvia de Almeida e Douglas Mansur.

Ainda em 2019, apresentei o trabalho “A comercialização através de mecanismos de vendas diretas como forma de resistência camponesa” no XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), refletindo sobre a subordinação da produção ao mercado. Para finalizar o mestrado, publiquei meu primeiro trabalho internacional no XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina, em Quito (Equador), sobre o assentamento Horto Bela Vista como território de resistência camponesa.

Apesar da linda trajetória na UFSCar, quase na totalidade do tempo que lá estive não havia grupos de pesquisas na minha área. Na minha turma, fui o único pesquisador de geografia agrária, sendo que na graduação e pós-graduação inaugurei a pesquisa em geografia agrária da universidade, mas com uma pesquisa que tinha uma relação estreita com os assentamentos. Foi pensando nisto que resolvi aceitar o convite do Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano, com muito incentivos dos amigos e militantes da AGB, Raísa Regala, José Dantas e Lucas Martins.

Após aprovação, minha experiência na pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP) teve início em 2021, um ano marcado pela pandemia, que impactou diretamente minha vida e toda a sociedade. No entanto, foi possível, nesse primeiro momento, participar das atividades *on-line*, incluindo disciplinas e grupos de estudo vinculados ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET) e ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

A partir de 2022, com a retomada das atividades presenciais na universidade, tive acesso à estrutura física, especialmente a sala da pós-graduação, onde passei boa parte do meu tempo trabalhando e participando de reuniões discentes. Esse espaço foi fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos dos estudantes que não possuem um laboratório próprio.

Minha entrada no Banco de Dados DATALUTA foi um marco central na minha trajetória, pois me permitiu participar de uma pesquisa militante voltada para o registro das ações dos socioespaciais/socioterritoriais. Além disso, tive acesso à teorias sobre esses movimentos, o que ampliou minhas possibilidades de desenvolvimento teórico e meu contato com publicações acadêmicas.

A inauguração do prédio Centro de Estudos em Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) representou um avanço importante, ao criar um espaço de sociabilidade e, sobretudo, de estudo. As salas amplas e a copa, que permite esquentar alimentos, fazer

café e preparar refeições, melhoraram significativamente a estadia dos estudantes, considerando que o acesso ao restaurante universitário é limitado.

A bolsa da CAPES, ainda que concedida por 36 meses, foi essencial para minha permanência e o desenvolvimento da minha pesquisa. Garantiu minha subsistência e viabilizou minha estadia na cidade de Presidente Prudente, sendo, portanto, um suporte fundamental. No PPGG, o acesso aos professores alinhados à minha área de pesquisa sempre foi facilitado, seja por meio de conversas presenciais, seja pela participação em eventos acadêmicos e grupos de estudo.

Participar do Grupo de Trabalho e Estudos sobre Relações Raciais (GTERR) da PPGG/FCT-UNESP foi de suma importância para um homem negro, pois proporcionou um espaço de reflexão crítica e aprofundamento sobre as complexas relações raciais que estruturam a sociedade brasileira e a universidade, além do encontro com pessoas que eram atravessadas por relações de classe e raça.

O intercâmbio no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa) foi um dos pontos altos da minha trajetória no doutorado, pois me proporcionou contato com diferentes ambientes de pesquisa, pesquisadores e culturas. Essa experiência reafirmou a qualidade da pesquisa desenvolvida no programa e contribuiu para fortalecer as bases do meu trabalho.

Por fim, o financiamento disponibilizado pelo PPGG para trabalho de campo, participação em eventos acadêmicos e intercâmbios foi de grande importância para minha formação, pois viabilizou minha atuação nessas atividades.

É diante da trajetória aqui apresentada que a pesquisa **“Sistema Alimentar Camponês e as práticas agroecológicas nos assentamentos Ipanema e Bela Vista de Iperó/SP”** fez-se possível.

INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo aprimorou mecanismos de controle sobre a circulação de mercadorias em escala global. A expansão das redes varejistas transnacionais e a regulação das sementes, da produção, da distribuição e do consumo de alimentos caracterizam o que se denomina sistema alimentar capitalista. No entanto, esse modelo não tem oferecido soluções eficazes para a crise climática, a persistência da fome e a melhoria das condições de vida em nível global.

Marcado por cadeias produtivas extensas e pela produção em larga escala, intensificada no Brasil com a Revolução Verde, o sistema alimentar capitalista tem gerado impactos ambientais e sociais significativos. De um lado, promove desmatamento, poluição e alto consumo de combustíveis fósseis, aprofundando a ruptura sociometabólica do capitalismo. De outro, resulta em desapropriações, insegurança alimentar e na disseminação de dietas globais pouco nutritivas.

É nesse contexto que ocorre a monopolização do território, como destaca Oliveira (2016). São as empresas de comercialização e processamento que controlam os mecanismos de subordinação dos territórios daqueles que possuem terras, mesmo que essas empresas não as possuam.

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. (Oliveira, 2016, p. 233)

Sob esta perspectiva, Bombardi (2024) delinea seu entendimento sobre o Colonialismo Químico ao destacar a assimetria geopolítica que posiciona os países do Norte Global como detentores do monopólio da produção de agrotóxicos. China, União Europeia e Estados Unidos controlam essa reprodução capitalista, uma vez que é nesses territórios que estão sediadas as empresas que detêm o poder sobre tais substâncias.

O processo histórico do capitalismo mundializado permitiu que a agricultura se tornasse o substrato da reprodução capitalista de indústrias sediadas no Norte global. Essa reprodução capitalista se expressa, entre outras áreas, na fabricação e comercialização de agrotóxicos. Quando olhamos para as exportações mundiais de químicos agrícolas, verificamos uma enorme assimetria geopolítica, com os Estados Unidos, a União Europeia e, mais recentemente, a China no topo do ranking dos maiores produtores e exportadores de agrotóxicos. A União Europeia, com 13,6 bilhões de dólares vendidos ao exterior em 2020, e a China, com aproximadamente 8 bilhões de

dólares comercializados no mesmo período, se destacam nesse cenário. Os Estados Unidos aparecem em terceiro lugar, com cerca de 4,5 bilhões de dólares. (Bombardi, 2023, p. 17)

Além do controle dos agrotóxicos, é fundamental observar o controle exercido por essas mesmas empresas e seus conglomerados sobre as exportações mundiais de sementes, o que implica uma crescente concentração de poder em suas mãos. Esse processo resulta em uma subordinação da agricultura em uma escala global, onde os grandes grupos econômicos determinam, em grande medida, as práticas agrícolas e os rumos da produção alimentar em diversas partes do mundo, impactando diretamente a soberania alimentar dos países e a biodiversidade.

As mesmas empresas figuram ainda entre as maiores produtoras e exportadoras mundiais de sementes: Bayer, Corteva e Syngenta controlam mais de 80% desse mercado, arrecadando 8 bilhões, 7 bilhões e 2,6 bilhões de dólares em 2020, respectivamente. Organizando-se de forma oligopolista, portanto, as corporações provenientes da Europa, dos Estados Unidos e da China subordinam a agricultura em escala mundial em todas as suas fases: desde o preparo da terra para o plantio até a “pós-colheita”. (Bombardi, 2023, p. 20)

A necessidade de pensar o processo de produção, circulação e comercialização, a partir do caráter contraditório, ou seja, o processo de recriação do campesinato, faz-se imprescindível sob uma perspectiva crítica, ao saber que muitas vezes o produto do trabalho camponês é subordinado pela necessidade de inserção no mercado e isso significa o rebaixamento de sua condição geral de existência, sob o capitalismo.

O neoliberalismo, enquanto etapa do desenvolvimento capitalista, tem sido uma chave fundamental para entender o sentido no qual o campo brasileiro vem se desenvolvendo. Há um substancial ataque à agricultura de base familiar camponesa, pautado em políticas que retiram a soberania alimentar de suas agendas, o que nos remete à necessidade de defender a soberania alimentar, conforme aponta Oliveira (2016):

Com o neoliberalismo, passou a ocorrer, em primeiro lugar, a pregação neoliberal contra os subsídios, obviamente, uma postura clara contra a agricultura de base familiar camponesa. Em segundo lugar, os governos neoliberais passaram a reduzir os estoques governamentais de alimentos, através de uma sub-reptícia substituição das políticas de soberania alimentar, pela política de segurança alimentar. (Oliveira, 2016, p. 123)

A pandemia foi um elemento conjuntural essencial para a reflexão nesta pesquisa, representando um grande desafio ao aprofundar a crise econômica e desencadear um afastamento da soberania alimentar em nível global. Durante esse período, a fome se agravou em todo o mundo devido à crise instaurada, ao aumento do desemprego e à perda

de renda. Além disso, as medidas sanitárias adotadas interromperam o abastecimento, elevaram os preços dos alimentos e evidenciaram a ineficácia de políticas públicas em diversos países.

Ao mesmo tempo, em decorrência da pandemia, há um agravamento da situação alimentar em todo o mundo. Segundo a OXFAM Brasil (2020) a projeção é que cerca de 12.000 podem morrer de fome diariamente até o final de 2020 devido aos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia. (Origuéla et al., 2020, p. 13)

Quando referimos ao modelo proposto em larga escala, sistema alimentar capitalista, pensa-se em um mercado mundial controlado, onde suas lógicas são pautadas por empresas transnacionais, que afastam o camponês e o trabalhador da cidade, geograficamente, economicamente e socialmente.

A produção de alimentos hoje, de acordo com Ploeg (2008), se baseia preponderantemente na agricultura em larga escala, intensiva, especializada e dominada pelo processo agroindustrial que vincula a produção diretamente ao mercado alimentar mundial. Estes sistemas de mercado organizados globalmente, em que os alimentos percorrem grandes distâncias, são controlados por gigantescas empresas transnacionais, e estão “embrulhados” em problemas sociais, ambientais e nutricionais. (Braz, 2017, p. 1)

Deve-se enfatizar que, em um cenário de avanço dos mecanismos de controle do sistema alimentar capitalista, busca-se incluir o contraditório desse processo, bem como as demais classes que compõem e, ao mesmo tempo, negam essa lógica ampliada do capitalismo. Ou seja, são incluídas de forma subordinada dentro do sistema capitalista.

Compreender o momento em que ocorre a sujeição da renda ao capital, assim como as diversas formas de sujeição e subordinação da produção no desenvolvimento contraditório do capitalismo, é de fundamental importância. Isso porque o desenvolvimento capitalista depende de relações de produção não capitalistas, entre elas a camponesa, que ocorre sem a sujeição à extração da mais-valia e preserva tanto os meios de produção quanto o domínio sobre seu próprio modo de produção.

Faz-se essencial considerar a circulação da mercadoria, conforme discutido por Oliveira (1987) ao analisar a comercialização camponesa com base em Marx. Diferentemente da lógica capitalista representada pela fórmula D-M-D' (dinheiro-mercadoria-dinheiro aumentado), na qual o dinheiro é investido em mercadorias para gerar mais dinheiro, o camponês segue uma dinâmica distinta, baseada na fórmula M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), em que a venda de mercadorias gera dinheiro, que posteriormente é utilizado para adquirir novos bens destinados à sua reprodução.

Assim, o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra. A terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada. Então, os autores dessa corrente entendem principalmente que o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra. (Oliveira, 2007, p. 11)

No entanto, ao considerar os assentamentos originados das lutas do MST, percebe-se que esses sujeitos não são meros agentes passivos do mercado, mas protagonistas na criação e definição de sua própria história como aponta Feliciano (2006). A luta camponesa não se restringe ao aspecto econômico, mas abrange dimensões sociais, culturais e de resistência, reafirmando a materialização dos assentamentos como um processo ativo de transformação.

Para tal, a teoria dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais é elementar para a tese, pois traz a perspectiva necessária, desde a geografia, para entender o protagonismo dos movimentos socioterritoriais do campo em relação solidária com os movimentos socioespaciais da cidade e os demais sujeitos envolvidos nesse sistema.

Nesse sentido, a compreensão que aqui se pretende tem nas definições de Fernandes (2005) e Pedon (2009) um guia fundamental para essa realização. O movimento socioterritorial é aquele que se apropria do território e o expande, enquanto o movimento socioespacial é mediador do espaço, aquele que disputa, mas não necessariamente depende ou se apropria de um espaço material. Pode-se ainda afirmar que todo movimento socioterritorial é também socioespacial.

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. (Fernandes, 2005, p. 31)

A necessidade de refletir sobre as relações do sistema alimentar camponês diante das contradições impostas pela acumulação capitalista remete à reaproximação entre a cidade e o campo, ou seja, entre os trabalhadores urbanos e os camponeses. Essa questão se manifesta de diversas formas, levando-nos a pensar na criação e recriação do campesinato como classe.

Na geografia agrária, aponta-se para a necessidade de trazer ao centro do entendimento da questão agrária e da reforma agrária, os pressupostos da garantia da agroecologia e da soberania alimentar, como aponta Origuéla *et al.* (2020). São temas fundamentais a serem pensados no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Temáticas como agroecologia e soberania alimentar, por exemplo, são intrínsecas à agricultura camponesa. Sem reforma agrária e sem desconcentração da propriedade da terra, a agricultura camponesa enfrenta sérias dificuldades de existência, permanência e desenvolvimento. (Origuéla *et al.*, 2020, p. 10)

Além disso, torna-se essencial identificar práticas autônomas e organizativas que permitam novas formas de comercialização entre os trabalhadores urbanos e os camponeses, ampliando as possibilidades de escoamento da produção e fortalecendo iniciativas alternativas ao mercado convencional.

Essas práticas socioterritoriais autônomas e emancipatórias aproximam os camponeses da natureza, da cultura local e regional, de outros camponeses com a organização de grupos gestores, associações, cooperativas e agroindústrias, e dos trabalhadores do campo e da cidade com os mercados populares. (Origuéla *et al.*, 2020, p. 12)

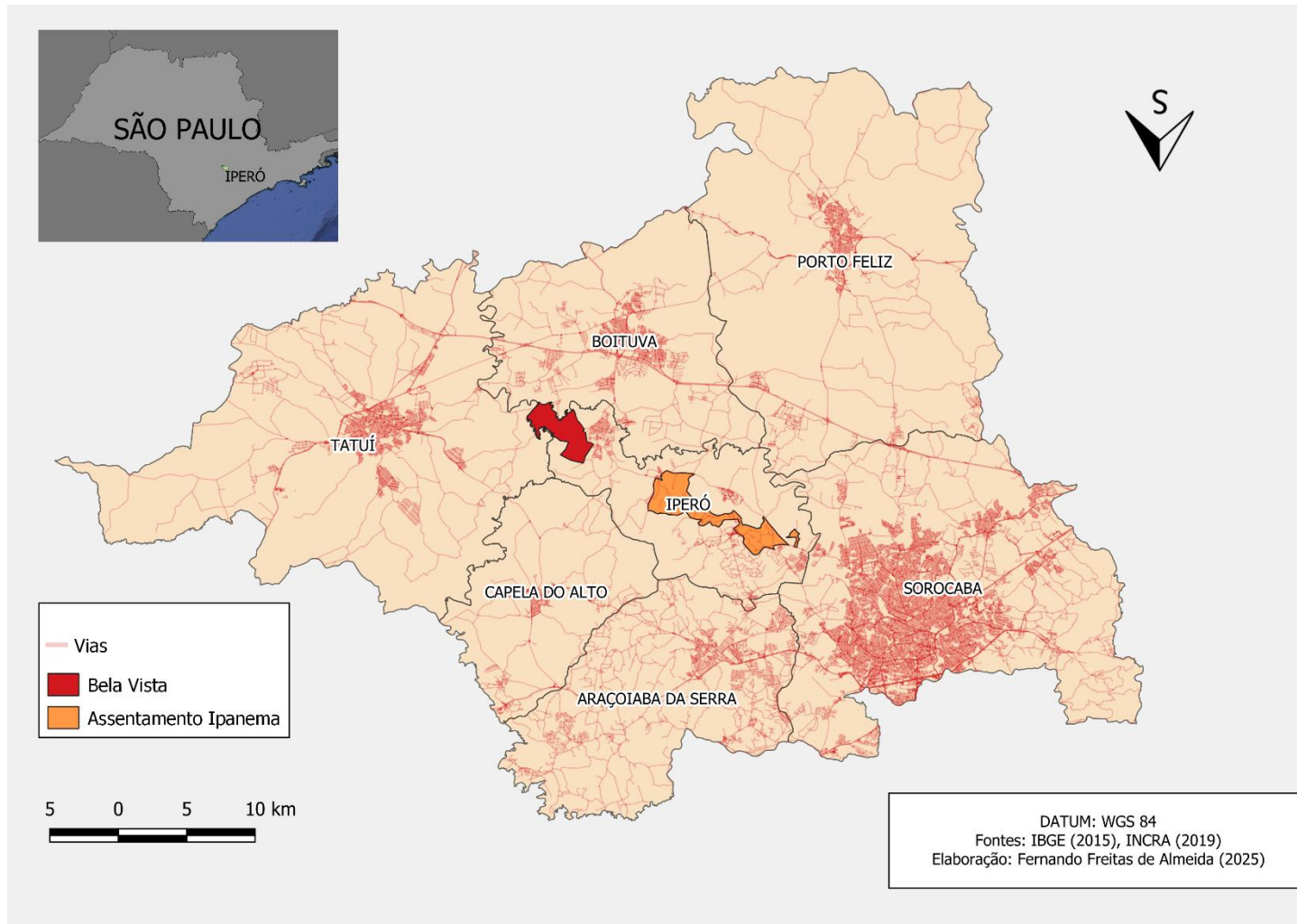
Essa tese se origina de lacunas da pesquisa de mestrado intitulada “As estratégias de resistência camponesa no lote Mãe Terra do Assentamento Horto Bela Vista de Iperó (SP)”² e das demandas dos próprios assentados, que apontam a comercialização e a circulação dos alimentos como os principais desafios. Nesse sentido, buscou-se, à luz da geografia, qualificar o sistema alimentar camponês, como proposto por Origuéla (2019), a partir das experiências nos assentamentos. Foi possível, durante a pesquisa de doutorado e aquelas desenvolvidas anteriormente, identificar as diversas formas de comercialização e produção em ambos os assentamentos, o que possibilitou uma reflexão ainda mais aprofundada do processo de subordinação dos alimentos ao mercado e das formas de comercialização mais autônomas.

A escolha dos assentamentos Ipanema e Bela Vista em Iperó/SP fez-se como recorte fundamental pelas características de ambos: existe uma rede de produção, circulação e comercialização indissociável que atravessa as relações sociais e de territorialização dos camponeses dos assentamentos no município de Iperó/SP. A

² A dissertação intitulada “As estratégias de resistência camponesa no lote Mãe Terra do Assentamento Horto Bela Vista de Iperó (SP)” foi defendida no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da UFSCar, sob a orientação da professora Neusa de Fátima Mariano.

característica de proximidade dos assentamentos com o centro urbano de diversos municípios permite aos camponeses diversas estratégias de resistência, sobretudo, nas diferentes formas de comercialização, diretas e indiretas, e de produção com princípios da agroecologia (ver Mapa 1).

Mapa 1: Assentamentos Ipanema e Bela Vista de Iperó/SP e proximidade com os centros urbanos



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2025)

O Mapa 1 representa a proximidade dos assentamentos com centros urbanos: o Assentamento Ipanema, sobretudo, com os municípios de Sorocaba e Araçoiaba da Serra; e o Assentamento Bela Vista com o centro urbano de Iperó e os municípios de Boituva e Tatuí.

Pode-se perceber que o sistema alimentar camponês nos assentamentos demandava estudos na geografia agrária, uma vez que era necessário compreender as dinâmicas impostas pela organização do capitalismo. A subordinação da renda, em forma de produto, aos mercados torna-se cada vez mais complexa e presente na sociedade, configurando-se como um dos mecanismos pelos quais o capitalismo intensifica a exploração dos camponeses. Todavia, nos assentamentos da reforma agrária no Brasil, organizados por movimentos socioterritoriais do campo, surgem redes de comercialização que buscam se estruturar de maneira mais autônoma.

Compreender o sistema alimentar camponês exige reconhecer a existência de disputas e conflitos, além da necessidade de assimilar conceitos fundamentais para a compreensão desses sistemas. Entre eles destacam-se a natureza, a agroecologia e a soberania alimentar, conceitos centrais para os movimentos socioterritoriais, que desempenham um papel relevante na abordagem desta tese.

As práticas de comercialização de excedentes estão tradicionalmente presentes no campesinato ao longo do desenvolvimento capitalista, conforme apontado por Fernandes (2019). Esse debate acumula contribuições significativas nas ciências humanas, especialmente na geografia agrária, porém ainda há uma escassez de estudos sobre a compreensão da comercialização. Circulação e consumo, aqui entendidos como sistemas alimentares camponeses, em diferentes territórios.

Nesse sentido, concorda-se com Braz (2017) ao considerar esses estudos fundamentais. A partir desse fato, o sentido no qual o campesinato será entendido refere-se ao processo de produção e reprodução, e a necessidade de compreender estas outras relações de produção, não tipicamente capitalistas, tornando central no entendimento da tese; além do sistema alimentar camponês como alternativa de resistência encontrada pelos camponeses.

[...] o campesinato não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento. (Bombardi, 2004, p. 53)

Como objetivo, buscou-se analisar o sistema alimentar camponês como uma estratégia de resistência frente às pressões do modelo hegemônico do agronegócio e investigar em que medida ele contribui para a reprodução social do campesinato nos Assentamentos Ipanema e Bela Vista, considerando os desafios impostos pela dependência de mercados instáveis, pelas políticas públicas e pelas relações de subordinação na comercialização.

Tendo como objetivo específico, investigar as formas de comercialização utilizadas pelos camponeses organizados nos movimentos socioterritoriais, como a entrega via PAA e PNAE, feiras, cestas agroecológicas e venda direta no lote, analisando suas limitações, potencialidades e impactos sobre a autonomia produtiva e econômica das famílias assentadas.

Aprofundar a compreensão dos conceitos relacionados ao sistema alimentar camponês, abordando as diferentes estratégias de comercialização e os mecanismos de subordinação da produção camponesa, refletindo sobre como esses fatores condicionam a permanência no campo, além de compreender os sistemas alimentares capitalistas.

Analisar as redes de comercialização de alimentos agroecológicos e sua capacidade de fortalecer a resistência coletiva camponesa frente à contrarreforma agrária, considerando as contradições e os limites dessas redes diante da crescente financeirização da terra e da precarização das condições de produção.

Somada à organização que ainda persiste entre alguns assentados em torno das ideias do MST, tem-se, a partir destes elementos provocativos, o seguinte problema de pesquisa: O sistema alimentar camponês pode ser pensado como alternativa de conexão entre cidade e o campo, e possibilidade de garantia da reprodução do campesinato enquanto classe social nos Assentamentos Ipanema e Bela Vista?

Tese

A análise dos territórios de reforma agrária nos Assentamentos Ipanema e Bela Vista revela que o sistema alimentar camponês constitui uma estratégia contra-hegemônica protagonizada pelos movimentos socioterritoriais. Essa prática não somente assegura a reprodução do campesinato, mas também reconfigura as relações socioespaciais ao integrar dialeticamente o campo e a cidade. Por meio da articulação entre produção, circulação e consumo baseados na solidariedade, esse sistema contrapõe-se ao sistema capitalista e à lógica sociometabólica do capital, que fragmenta e destrói

territórios. A resistência camponesa manifesta-se, assim, na construção de estratégias em que a soberania alimentar, a agroecologia e a gestão coletiva e solidária do território emergem como antagônicas ao sistema alimentar capitalista.

Apontamentos Metodológicos

Nesta pesquisa, propomos a identificação do sistema alimentar camponês nos assentamentos organizados pelo MST, Ipanema e Bela Vista, localizados em Iperó/SP. A análise considera esse sistema como um resultado do processo de territorialização do campesinato, essencial para sua reprodução enquanto classe. Além disso, buscamos compreender as estratégias adotadas pelos assentados, destacando a agroecologia e a soberania alimentar como elementos centrais. Dessa forma, o estudo permite refletir sobre a relação dialética entre o campo e a cidade, evidenciando as dinâmicas que permeiam esses territórios.

Foi diante de tais desafios e da estreita relação do pesquisador com os assentados que os procedimentos metodológicos presentes na pesquisa se tornaram fundamentais, tendo como eixo central o diálogo com os assentados. Dessa forma, a pesquisa militante em Coca *et al.* (2021) e os princípios de uma pesquisa em diálogo, presentes em Fernandes (2001b), coadunam-se tanto com as necessidades dos assentados quanto com as exigências impostas pela pesquisa de doutorado. É importante destacar que a escolha da temática da tese surgiu a partir das demandas dos assentados, que identificavam como principal desafio a compreensão do processo de comercialização, alinhando-se ao pensamento de Fernandes (2001b):

Cada instituição tem objetivos e interesses para a realização de projetos de pesquisa. E assim é com as universidades, com o governo, com as igrejas e com as empresas. Da mesma forma, o MST tem interesses e objetivos definidos para os projetos de pesquisa, que implicam tentar compreender as realidades que os sem-terra estão construindo, bem como as formas de participação sociopolítica e econômica. (Fernandes, 2001b, p. 91)

Diante desse contexto, a aproximação entre os interesses da pesquisa e as demandas dos assentados revelou-se um caminho promissor para a compreensão do sistema alimentar camponês. Esse enfoque mostrou-se relevante, pois não apenas atendeu as demandas mencionadas, mas também possibilitou a realização de uma pesquisa que traz um retorno qualitativo significativo aos participantes.

As famílias sem-terra e todos os processos que elas desenvolvem são estudados pelos pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Na maior parte das vezes, essas famílias são tratadas somente como objetos de pesquisa. Considerando apenas as realidades dessa população e a importância que as pesquisas possuem para contribuir com as diferentes dimensões do desenvolvimento humano, é fundamental que os pesquisadores deem retorno de suas pesquisas para o assentamento e/ou acampamento pesquisados, bem como para os setores de atividades. (Fernandes, 2001b, p. 94)

Deve-se enfatizar ainda os três compromissos sistematizados por Coca *et al.* (2021) ao compreender a Geografia Agrária Crítica e a pesquisa militante que é o rigor teórico-metodológico, diálogos com diferentes saberes e o compromisso social concreto, entende-se assim, como fundamental este estudo principalmente por tratar-se de um estudo que tem sua concretude na luta dos assentados organizados pelo MST.

Ao defendermos a validade científica na Geografia Agrária Crítica, apontamos três caminhos teórico-metodológicos para os estudos que partem dessa abordagem: i) rigor teórico-metodológico; ii) diálogo entre diferentes saberes e; iii) compromisso com mudanças sociais concretas. (Coca *et al.*, 2021, p. 1)

O rigor teórico-metodológico refere-se, sobretudo, à definição do campo teórico presente na pesquisa, dentro da teoria dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. O diálogo entre diferentes saberes se dará em múltiplas escalas, tanto em diálogo com movimentos socioterritoriais em escala nacional quanto na estreita relação com os assentados. O compromisso com mudanças sociais concretas é o norteador do trabalho ao propor uma reflexão sobre o sistema alimentar camponês.

Recorrendo ainda ao autor, a pesquisa militante deve ser entendida enquanto instrumento de formação e de auto-organização, que esteja em diálogo com os movimentos socioterritoriais, permitindo uma práxis e uma teoria que dialoguem, como define:

A pesquisa militante, abrangendo a práxis e visando romper o “latifúndio de ideias” se consolida enquanto instrumento para formação e/ou fortalecimento de espaços auto-organizados, em consonância e coletividade com movimentos socioespaciais e socioterritoriais. (Coca *et al.*, 2021, p. 6)

Compreendemos também o limite da realização de tal metodologia, pois, como aponta D’Incao e Roy (1995) ao trazer à tona, pelos assentados, o pertencimento do autor à “comunidade de companheiros” (p. 45), o pesquisador vai se inserindo dentro de uma trama de relações, que ao possibilitar acessar alguns lugares, garantindo a pesquisa de campo, cria estigmas que o inserem em outro lugar da pesquisa, a do militante em

pesquisa. Todavia, o pesquisador, ao assumir a pesquisa militante, traz como evidência a não neutralidade da pesquisa, muitas vezes subsumida nas pesquisas.

Em suma, a pesquisa militante é uma expressão concreta da luta de classes e de articulação entre sujeito, objeto, recorte espacial, espacialidade/territorialidade e o(a) próprio(a) pesquisador(a). Sua validade científica vai no sentido de colocar em evidência os propósitos de mudança social defendidos por coletivos como movimentos socioterritoriais e Organizações Não-Governamentais.! (Coca *et al.*, 2021, p. 13)

Diante do exposto, os múltiplos contatos do pesquisador com os assentamentos e os assentados, ao longo de suas experiências em atividades militantes e de pesquisa, por meio de trabalhos de campo e vivências, constituíram e continuam sendo elementos metodológicos e teóricos essenciais tanto para a geografia quanto para a presente pesquisa.

A pesquisa militante revelou-se uma metodologia essencial, pois permitiu a aproximação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, algo que ocorre há muito tempo, tanto em sua atuação acadêmica quanto como militante de causas sociais na região de Sorocaba. Além disso, essa abordagem respeita o tempo da comunidade, possibilitando uma análise mais aprofundada sobre a organização dos assentamentos.

No Quadro 1 pode-se observar que o contato com os movimentos socioterritoriais se estende por mais de uma década, ocorrendo principalmente por meio de trabalhos de campo. Além de interações registradas no quadro, há também outras formas de aproximação, como trocas solidárias, participação na organização política, trabalhos voluntários e festividades realizadas no assentamento.

Quadro 1: Trabalhos de campo já realizados nos Assentamentos do Município de Iperó/SP (2011-2022)

Data	Campo
-------------	--------------

Maio/2011	Campo na disciplina de Geografia Agrária no Assentamento Bela Vista com a Profa. Dra. Neusa de Fátima Mariano
Junho/2013	Coordenação ainda durante a Graduação em Geografia o campo do EREGEO-SE (Encontro Regional de Estudante de Geografia - Sudeste) nos Assentamentos Bela Vista e Ipanema
Outubro/2017	Participação na Saída Educativa na Semana de Pedagogia UFSCar Sorocaba, durante a pós-graduação
Junho/2018	Trabalho de Campo que faz parte das atividades avaliativas da disciplina de Seminário de Pós-graduação – PPGGEO no assentamento Ipanema.
Outubro/2018	Trabalho de Campo na Escola Municipal Dona Gláucia Aparecida Andrade Nogueira dentro da Flona de Ipanema que atende os alunos do Assentamento Ipanema.
Novembro/2018	Trabalho de Campo de seis dias no Assentamento Bela Vista com vivência e entrevistas
Dezembro/2018	Almoço Agroecológico e articulação da cooperativa APROBIO (A Associação José Guilherme Stecca Duarte dos Produtores Agroecológicos e Biodinâmicos da Reforma Agrária da Região Sorocabana)
Março/2019	Almoço Agroecológico organizado pelo CSA (Comunidade que Sustenta Agricultura)
Julho/2022	Trabalho de Campo do doutorado de 12 dias nos Assentamentos Ipanema e Bela Vista

Org: Fernando Freitas de Almeida (2024)

O Quadro reúne diversos contatos estabelecidos ao longo do tempo, desde atividades de campo realizadas em disciplinas acadêmicas, que contribuíram para a formação como geógrafo e proporcionaram um primeiro olhar sobre a luta pela terra na região de Iperó, até a participação em eventos que permitiram acompanhar práticas, como almoços agroecológicos e saídas educativas, revelando diferentes dimensões da organização do campesinato. Além disso, inclui interações mais aprofundadas no contexto do desenvolvimento da pesquisa, realizadas ao longo de vários dias durante a elaboração da dissertação e da tese, possibilitando maior aproximação e construção de confiança com os sujeitos da pesquisa.

Cabe ressaltar que, além do trabalho de campo nos assentamentos em julho de 2022, fez-se indispensável elaborar roteiros de campo, incluindo a feira do produtor, as feiras de comercialização de produtos agroecológicos, as colheitas da CSA e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que abriga uma feira semanal, além de visitas às casas de sujeitos envolvidos para a realização de conversas.

Visando trazer bases para o debate desta tese, a pesquisa se apoia nas seguintes metodologias:

- a) Levantamento bibliográfico, que permeou toda a pesquisa, possibilitando uma compreensão profunda dos temas e estabelecendo relações entre a observação em campo e o conhecimento construído sobre a temática;
- b) Trabalho de campo, fundamental para o entendimento da realidade, utilizando a técnica de caderno de campo e relatório;
- c) Diálogo constante com assentados, por trazer elementos dos camponeses e dos sujeitos históricos envolvidos com o sistema alimentar camponês;
- d) A fotografia como documento;
- e) Representação espacial a partir de mapas;
- f) Interação em grupos de aplicativos que organizam a luta;
- g) Heteroidentificação, que apoia a observação referente à raça.

Por meio do levantamento bibliográfico, pode-se organizar as referências digitais no Mendeley, gerenciador de bibliografias, por grandes áreas que correspondem aos capítulos, subcapítulos e aos principais conceitos da tese. Com os resultados da pesquisa, dentre outras questões, apresentam-se os estudos dos conceitos referentes aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, à natureza, à soberania alimentar e à agroecologia, por serem de importância fundamental na abordagem geográfica pretendida. No entanto, entende-se que é a partir dos estudos sobre assentamentos e suas relações que se alcança uma melhor compreensão do tema, sob uma perspectiva de defesa do campesinato.

Realizou-se também uma revisão de literatura abordando diferentes temáticas essenciais à pesquisa. Como ponto de partida, foram analisados estudos sobre sistemas alimentares, permitindo um debate aprofundado sobre o sistema alimentar camponês e sua relação com os resultados obtidos. No que se refere à comercialização dentro desse sistema, destacam-se abordagens críticas que reafirmam o conceito de assentamento como elemento central, compreendendo-o como expressão concreta da luta do campesinato enquanto classe.

Para compreender a subordinação da produção ao capital e a recriação do campesinato no contexto capitalista, a análise dos resultados fundamenta-se em perspectivas teóricas que discutem essa dinâmica sob a ótica das relações de classe.

Além disso, o debate sobre a produção da natureza no capitalismo é desenvolvido com base em estudos que exploram a ruptura metabólica e a forma como os capitalistas

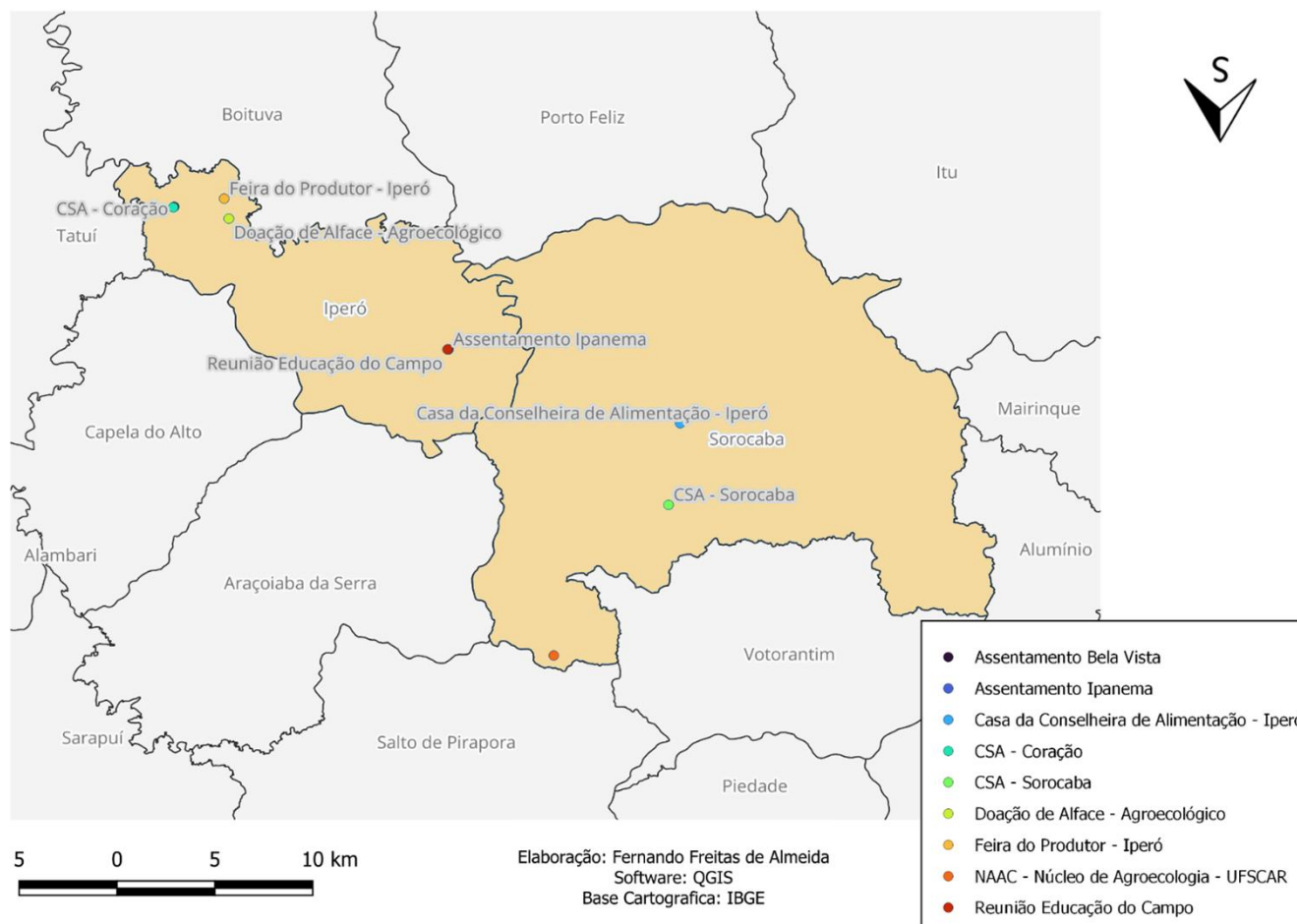
concebem e transformam a natureza. A visão crítica sobre a relação sociedade-natureza é central para entender as dinâmicas de apropriação e exploração dos recursos naturais dentro do modo de produção capitalista.

O trabalho de campo foi um instrumento de pesquisa essencial para a produção do conhecimento sobre os assentamentos e seu sistema alimentar. Por meio de diversas metodologias, buscou-se investigar os elementos da realidade. Como objetivo metodológico neste trabalho, o pesquisador buscou trazer elementos da realidade que permitam, junto aos sujeitos da pesquisa, apontar caminhos, possibilidades e entendimentos sobre o que está sendo estudado.

O trabalho de campo realizado em 2022, ao longo de 12 dias, foi sistematizado em duas etapas. Na primeira, o contato com a rede de solidariedade em torno dos assentamentos, por ter uma logística mais facilitada, foi essencial. Inicialmente, estabeleceram-se conexões com a Conselheira de Alimentação Escolar de Iperó, com responsáveis pelo Núcleo de Agroecologia Apete Capuã da UFSCar, com a Comunidade que Sustenta Agricultura (CSA) Sorocaba e com a Feira Agroecológica da UFSCar. Na segunda etapa, no lote Mãe Terra, do assentamento Bela Vista, foi possível acessar os assentados, sujeitos da pesquisa de ambos os assentamentos, além de interagir com a CSA Coração, a Feira do Produtor, a coleta do PNAE, a monitoria do trabalho de campo da UFSCar e festividades. A síntese dos contatos realizados e suas respectivas localidades durante o trabalho de campo da tese está representada no Mapa 2 e no Quadro 2.

Neste estágio da pesquisa, o campo exploratório assumiu um papel fundamental, não apenas como meio de acesso aos sujeitos da pesquisa, mas também como ferramenta essencial para a atualização e aprofundamento dos elementos previamente estudados. A vivência no campo possibilitou uma maior compreensão das dinâmicas locais, permitindo restabelecer o contato direto com as demandas dos assentados, que se apresentam de forma diversa. Essa imersão foi crucial para captar nuances que não seriam plenamente apreendidas apenas pela revisão teórica, conferindo maior precisão e relevância à análise desenvolvida.

Mapa 2: Locais visitados durante o trabalho de campo



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida.

Quadro 2: Síntese das localidades e contatos referentes ao campo realizado em 2022

Localidade	Data	Sujeito de pesquisa
Conselho de Alimentação Escolar de Iperó (Sorocaba/SP)	25/07	Conselheira Amanda Lino
Coletas das Cestas CSA - Sorocaba/SP	25/07	Coprodutoras Bruna e Vitória
Feira do Agroecologia - UFSCAR Sorocaba - Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuà - Sorocaba/SP	26/07	Professor Fernando Silveira e Bolsistas PET
Debate Sobre a escola do assentamento - Gláucia	27/07	Assentadas e assentados do Ipanema e Bela Vista
Vivência no Lote do Boaventura – Assentamento Ipanema	27/07	Família do Boaventura e Alunas e Alunos do NAAC e Professor Fernando Silveira
[Semana da resistência CEC: O campo, a cidade e a mesa] NAAC- Núcleo de Agroecologia - Quarta Feira, PRESENCIAL NA UFSCAR	27/07	Alunas e Alunos do NAAC e Professor Fernando Silveira
Reunião com Secretário de Educação de Iperó	29/07	Assentados do Ipanema e Bela Vista
Doação de Alimentos em Iperó	29/07	Assentados do Ipanema e Bela Vista e parceiros
Feira do Produtor Rural - Iperó SP	30/07	Assentados Dirceu e Elton
Conversa com Núcleo de Envolvimento Comunitário (NEC) – Lote Mãe Terra	31/07	Assentada Maria e representantes do NEC
Coleta dos Alimentos CSA -Coração - Sítio Mãe Terra (Horto Bela Vista)	01/08	Assentados Maria e William
Conversa com o Lino que implantou a Feira do Produtor dentre outros projetos no município de Iperó/SP	01/08	Ex- Secretário de Agricultura Lino Leandro
Caminhão COOPMAIO - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Coleta - Iperó SP	01/08	Assentado Chico
Coleta dos Alimentos - Instituto Terra Viva	02/08	Caminhão
Coleta dos Alimentos CSA Sorocaba – Caminhão Prefeitura - Sítio Mãe Terra (Horto Bela Vista)	02/08	Assentados Maria e William
Coleta do Núcleo com Envolvimento Comunitário (NEC)	04/08	Lucinda Presidenta do NEC
Preparo para receber o Trabalho de Campo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	05/08	Maria e William
Campo da disciplina de Geografia Agrária da UFSCAR	06/08	Professora Neusa, Assentados e Alunos da Disciplina

Org. por Fernando Freitas de Almeida (2024)

O trabalho de campo teve início na cidade de Sorocaba, na casa da Amanda Lino, membra do Conselho de Alimentação de Iperó e com membros do Núcleo de Agroecologia da UFSCAR; os diálogos permitiram compreender elementos conjunturais, sobretudo do cenário pós-pandêmico, onde as estratégias de comercialização estavam retomando de maneira mais significativa. Também em Sorocaba, foi possível acompanhar a entrega de alimentos da CSA de Sorocaba e dialogar com coprodutores da CSA, entendendo elementos dessa estratégia de comercialização direta.

Na CSA Sorocaba, também se adotou como metodologia a heteroidentificação para definir a composição étnico-racial dos coprodutores a partir da percepção social, elemento considerado essencial para a análise, sobretudo por compreender os diferentes marcadores sociais que atravessam os sujeitos.

Cabe ressaltar que a metodologia de heteroidentificação utilizada tem como base Motta (2022; 2023), que em sua tese “Enquanto houver racismo, não haverá Agroecologia!”, apresenta a metodologia anteriormente aplicada em bancas de concursos e universidades como uma possibilidade para pesquisa. Isso ocorre porque ela compreende os limites desses estudos e busca metodologias que possibilitem a análise racial dentro da agroecologia.

O vínculo do pesquisador com o Grupo de Trabalho e Estudos sobre Relações Raciais (GTERR) possibilitou, por diversas vezes, formação sobre heteroidentificação, sobretudo por ser um pesquisador negro. Destaca-se a mesa-redonda “Políticas de cotas e bancas de heteroidentificação”, com a participação da professora Maria de Fátima Beraldo, militante do movimento negro e gestora de Promoção da Igualdade Racial em Londrina, que teve centralidade na formação.

Essa metodologia torna-se essencial para a presente pesquisa, pois responde a um questionamento dentro da geografia: como realizar uma análise racial geográfica? Além disso, permite trazer objetividade aos dados em um campo de estudo que, muitas vezes, ocorre de forma subjetiva e no qual, por vezes, a questão racial é negligenciada na observação de campo.

Ainda no primeiro momento da pesquisa, foi possível realizar o campo na Feira Agroecológica da UFSCAR, dialogando com os bolsistas do Programa de Educação Tutorial (PET) do NAAC, responsáveis pela organização da feira, tentando entender a comercialização e as estratégias presentes.

Porém, foi no segundo momento do campo, com deslocamento para os assentamentos em Iperó-SP que começamos a compreender mais profundamente e

visualizar o sistema alimentar camponês como uma alternativa de resistência camponesa nos Assentamentos Ipanema e Bela Vista, possibilitado pelo contato direto com os sujeitos e sujeitas de pesquisa, os camponeses, e as observações feitas em campo.

É relevante apontar que os contatos se deram a partir de demandas do pesquisador, mas também dos próprios assentados, tendo como primeira ação no campo a participação do pesquisador no debate em torno da Escola EM Dona Gláucia Aparecida Andrade, compreendendo o interesse dos assentados para que ela se torne uma escola de Educação do Campo, que culminou com a escrita de uma carta e uma reunião com o Secretário de Educação. Posteriormente, nos deslocamos para obra da escola onde foi registrada a Figura 1, com assentados, militantes aliados e pesquisadores das universidades.

Figura 1: Construção da nova sede da EM Dona Gláucia Aparecida Andrade dentro do assentamento Ipanema



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor Fernando Freitas de Almeida (2022).

Pode-se, depois deste momento se deslocar para o Lote do Boaventura ainda no Assentamento Ipanema, onde houve uma vivência de plantio de Sistema Agroflorestal (SAF), fundamental na reaproximação com os assentados após a fase de isolamento imposta pela pandemia de Covid-19, onde pode-se compreender a retomada de algumas

estratégias dentro do sistema alimentar, as perspectivas dos assentados sobre a comercialização e produção, além da conjuntura política. A conversa foi realizada com três famílias do assentamento durante o almoço e, em seguida, no plantio.

Deve-se enfatizar que foi com o deslocamento para o Lote Mãe Terra, onde o pesquisador foi recebido pelos assentados Maria e William por nove dias, que houve a aproximação maior e a compreensão do sistema alimentar camponês e suas diversas estratégias. Estar no lote permitiu ter acessos fundamentais para a pesquisa, pois o espaço tem uma centralidade política e social no assentamento (Almeida, 2019), está localizado à margem da estrada, onde os assentados articulados nas estratégias da agroecologia escoam seus alimentos. Há também no Assentamento outras centralidades, sobretudo, os que se organizam em torno das igrejas evangélicas, que produzem de maneira convencional, aqueles que entregam aos atravessadores, elementos também observados em campo, mas que fogem primeiramente dos objetivos desse campo.

Nesse momento, viabilizou-se o diálogo com diversos sujeitos de pesquisas, os assentados em suas diversas estratégias de comercialização, como PNAE, Feira do Produtor, os institutos de comercialização NEC e Terra Viva, e as CSAs. Isso permitiu refletir sobre a reprodução dos camponeses, trazendo o sentido no qual esse processo de consumo é realizado e como ocorre entre os assentamentos e as cidades no entorno.

Cabe ressaltar que, como fruto do atual momento do desenvolvimento tecnológico, o contato por telefone e redes sociais foi constante. Nos assentamentos, diversas articulações sociais, políticas e festivas ocorrem por meio de grupos de WhatsApp, destacando-se, entre elas, a articulação em defesa da educação do campo, que conta com um grupo muito ativo.

A fotografia toma sentido na pesquisa como documento histórico, ou seja, registro de dado momento que possibilita a interpretação do território. A ferramenta permeia todo trabalho, não estando apenas nos apêndices ou com a intenção de ilustrar um parágrafo, mas sim de expressar uma ideia de movimento durante toda a pesquisa.

A história precisa ser compreendida e não somente conhecida. A documentação fotográfica armazena de maneira estruturada os acontecimentos, o que permite resgatá-los, interpretá-los e alicerçar a construção da memória coletiva. Devemos ainda considerar que somente por meio das gerações é que se fixam a cultura, se comunicam os valores, as crenças e o sentido histórico dos fatos. (Mansur, 2005, p. 5)

Quando se trata da representação espacial, a produção de mapas possibilitou uma interpretação significativa do território, considerando que todo mapa carrega uma

intencionalidade em sua representação, tornando-se um elemento fundamental para a pesquisa. Como resultado dessa relação estabelecida com a comunidade, foram elaborados mapas que contribuíram para uma melhor compreensão do processo de comercialização e circulação, utilizando a ferramenta Quantum GIS (QGIS). Além disso, esses mapas permanecerão como instrumentos para os próprios assentados e para a comunidade refletirem sobre sua realidade.

Os mapas de fluxos, especificamente apresentados no último capítulo, auxiliam na visualização das estratégias dos assentados, permitindo observar os destinos dos alimentos e a materialidade das relações socioterritoriais estabelecidas na representação cartográfica. Isso possibilita analisar as diversas formas de comercialização e circulação de alimentos, desde a semente até a mesa.

As diversas metodologias utilizadas dessa forma possibilitaram a compreensão dos elementos do sistema alimentar camponês e das formas de comercialização, circulação e produção. A partir da realidade dos assentamentos e da contribuição dos camponeses, foi possível compreender a tese apresentada.

Estruturação da tese

A escrita da tese foi estruturada em quatro capítulos, que se desenvolveram a partir da discussão teórica sobre o sistema alimentar capitalista, passando pela caracterização do sistema alimentar camponês desde os movimentos socioterritoriais e suas práticas agroecológicas, até a análise dos fluxos que aproximam o campo e a cidade.

No primeiro capítulo, intitulado “SISTEMA ALIMENTAR CAPITALISTA”, foi realizado uma análise do desenvolvimento capitalista e do sistema alimentar capitalista, com o objetivo de oferecer uma revisão teórica para compreender o movimento hegemônico e mais geral da sociedade, focando na ruptura sociometabólica da natureza. Essa discussão permitiu entender as contradições do desenvolvimento capitalista no neoliberalismo.

No segundo capítulo, “SISTEMA ALIMENTAR CAMPONÊS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO, SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA”, são apresentados os conceitos centrais da tese, como: movimentos socioterritoriais; soberania alimentar, conceito desenvolvido pelos movimentos socioterritoriais camponeses, quilombolas e indígenas e adotado globalmente; e agroecologia, como caminho encontrado pelos camponeses para se relacionarem com a

natureza e com os sistemas alimentares camponeses, especialmente nos assentamentos. O entendimento dos três conceitos possibilitou a análise dos resultados por meio do movimento proposto, uma teoria da realidade. Também foram apresentados documentos produzidos pelos movimentos socioterritoriais e socioespaciais sobre agroecologia, discutindo a construção do conceito nos territórios da agroecologia. Dentre os principais documentos, destacam-se os produzidos em defesa da Reforma Agrária Popular pelo MST e a carta política do 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia, evento que reuniu militantes de todo o país.

O terceiro capítulo, intitulado “SISTEMA ALIMENTAR CAMPONÊS EM ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA”, apresenta de maneira analítica o processo de territorialização dos camponeses nos assentamentos. A compreensão desse processo de luta, que levou à territorialização, permite refletir sobre o sistema alimentar camponês. Serão apresentados os resultados de levantamentos de dados, trabalhos de campo e revisão bibliográfica sobre o sistema alimentar camponês nos assentamentos estudados, destacando a contribuição dos camponeses para a constituição de novos mercados, a produção de alimentos saudáveis e a sua diferenciação em relação ao sistema alimentar capitalista.

No último capítulo, “SISTEMA ALIMENTAR CAMPONÊS E A DIALÉTICA ENTRE O CAMPO E A CIDADE”, é apresentada a análise dos mapas de fluxos e dos dados coletados, o que permitiu uma reflexão sobre a configuração do sistema alimentar camponês, abordando as resistências dos assentamentos e como esse sistema promove a possibilidade de territórios camponeses mais autônomos, sobretudo os assentamentos conquistados por meio da luta. A dialética entre o campo e a cidade possibilita, nesse sentido, a reprodução do modo de vida camponês.

Assim, o texto a seguir buscará apresentar os debates propostos na estruturação da tese, destacando o papel do sistema alimentar camponês na luta contra-hegemônica e na defesa da natureza.

CAPÍTULO I - SISTEMA ALIMENTAR CAPITALISTA

O desenvolvimento do capitalismo ocorre de maneira contraditória e desigual, produzindo polos distintos de apropriação da natureza e de sistemas alimentares. Assim, este primeiro capítulo abordará a lógica de produção da natureza em conjunto com o sistema alimentar capitalista, com o objetivo de entender a lógica hegemônica da organização da sociedade e, em um segundo momento, aprofundar a compreensão do sistema alimentar camponês.

A natureza é uma categoria que, na geografia, possui um vasto campo de estudo e encontra na teoria marxista contribuições fundamentais, especialmente quando analisada em conjunto com aspectos sociais. Destaca-se, nesse contexto, a teoria do metabolismo social, um conceito essencial diante da ruptura sociometabólica promovida pelo capitalismo.

Dessa forma, apresentar a teoria da produção da natureza sob o capitalismo e o sistema alimentar capitalista, tem o intuito de criar bases para compreender suas contradições, entre as quais estão a produção da natureza pelo capitalismo em detrimento daquela realizada pelos camponeses e pelo seu sistema alimentar.

Saito (2021) apresenta em sua obra que o fato de os humanos trabalharem sobre a natureza sob a mediação do valor não é o grande problema, mas sim quando o valor passa de elemento de mediação para meta de produção, criando ameaça ao metabolismo da sociedade, pois, a máxima extração do trabalho e consequentemente da natureza ganha centralidade na acumulação.

O fato de os humanos trabalharem sobre a natureza sob a primazia do valor pode não parecer tão ecologicamente inamistoso. Contudo, o problema dessa mediação reificada aparece de maneira mais distinta com o surgimento do “capital” totalmente desenvolvido, porque o valor deixa de funcionar apenas como uma “mediação” da produção social e torna-se a “meta” da produção. O capital ameaça a continuidade do metabolismo da humanidade com a natureza porque o reorganiza radicalmente a partir da perspectiva da máxima extração possível de trabalho abstrato. (Saito, 2021, p. 191)

O autor ao trazer a ecologia em Marx, aponta que quando o capital, o valor, se torna dominante nas relações da produção social, cria perturbações e rupturas com o metabolismo da vida, que afeta o homem e a natureza.

As discussões modernas sobre ecologia têm uma grande dívida com aprofunda percepção de Marx sobre a natureza fundamental de uma sociedade de produção generalizada de mercadorias. Ele mostra que o valor como mediador do metabolismo transistórico entre homem natureza não pode gerar as condições materiais para uma produção sustentável. Em vez disso, causa rupturas no processo de reprodução material. Quando o valor se torna o sujeito dominante da produção social como capital, ele apenas fortalece as

perturbações e rupturas desse metabolismo, de modo que tanto a humanidade quanto a natureza sofrem com as várias desarmonias. Isso inclui excesso de trabalho, bem como doenças físicas e mentais e deformações, em relação aos seres humanos; desertificação, devastação dos recursos naturais e extinção de espécies, em relação à natureza. (Saito, 2021, p. 396)

Marx (2013) traz a problemática do crescimento urbano dos grandes centros capitalistas, como estes são parte do sentido da ruptura entre homem e terra (que compreendemos como homem e natureza) e como o desenvolvimento da agricultura capitalista pontua como premissa da exploração dos trabalhadores e do solo.

Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. [...] E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. (Marx, 2013, p. 572)

A análise da ruptura metabólica da natureza revela-se como uma teoria fundamental, pois é no desenvolvimento do capitalismo que a divisão entre campo e cidade se configura como uma fratura indissociável de sua lógica de produção e reprodução. Assim, torna-se necessário recorrer aos autores que estudaram essa teoria, com o intuito de refletir sobre as aproximações e os distanciamentos entre o agrário e o urbano ao longo do desenvolvimento capitalista, a partir de uma perspectiva marxista.

“A moral da história”, escreveu Marx no volume 3 do Capital, “... é que o sistema capitalista corre no sentido inverso a uma agricultura racional, ou que uma agricultura racional é incompatível com o sistema capitalista (mesmo que este último promova o desenvolvimento técnico da agricultura) e precisa ou de pequenos agricultores trabalhando por conta própria ou do controle dos produtores associados.” Nos seus escritos, Marx e Engels afirmaram consistentemente que os grandes proprietários fundiários eram invariavelmente mais destrutivos na sua relação com a terra do que os agricultores independentes. Assim, Engels escreveu no Anti-Dühring que, na América do Norte, “os grandes latifundiários do Sul, com os seus escravos e a sua rapacidade no cultivo da terra, exauriram o solo até ele só ser capaz de dar abetos”. (Foster, 2005, p. 232)

Para tal, inicialmente, ancora-se este texto em dois autores que pensaram a teoria marxista quando refere-se a natureza: Schmidt (1977) e Foster (2005). Articulando conceitos como o trabalho, mercadoria e a sociedade, compreende-se a partir da análise da natureza, o conceito de metabolismo, presente na obra de Marx e Engels.

La naturaleza como material que se enfrenta a los hombres sólo es material informe respecto de los fines de la actividad de éstos. La sustancia natural, que Marx equipara a la materia, ya está formada, es decir se halla sometida a leyes físicas y químicas que son descubiertas por las ciencias de la naturaleza en permanente contacto con la producción material. Justamente porque la sustancia natural tiene leyes que le son propias, y no a pesar de ello, se pueden realizar fines humanos por medio de los procesos naturales. (Schmidt, 1977, p. 71)

Para Schmidt (1977), apesar da natureza possuir um caráter próprio que se realiza para além da intervenção humana, dialética da natureza, é no capitalismo que está socio-historicamente condicionada. A natureza é vista pelo autor como essencialmente social. A produção será sempre social e consiste na apropriação da natureza pelos indivíduos em dada forma social. Chama-se a atenção que as substâncias naturais podem conter o valor de uso, mas não necessariamente precisam ser apropriadas pelo homem, como vento e a água e outras substâncias naturais importantes para produção.

Marx, segundo Schmidt (1977), afirma que o desenvolvimento capitalista se realiza pela fragmentação da cidade e campo. A priori, o desenvolvimento capitalista está na divisão social do trabalho, ou seja, na cisão entre valor de uso e valor de troca. Chamando atenção, nesse sentido, para a necessidade de pensar a totalidade, pois a natureza, quando apropriada, ganha o valor de uso e, quando descartada, perde e torna-se novamente natureza, pressuposto do metabolismo social.

O metabolismo social se define a partir da relação entre homem e a natureza, onde media o processo de apropriação a partir de suas ações. Foster (2005), ao analisar a teoria marxista, vê na crítica à teoria de Malthus e, sobretudo, no livro *Capital*, o desenvolvimento da teoria de metabolismo, uma importante pista para a necessidade de entender a natureza com os aspectos sociais:

Foi no *Capital* que a concepção materialista de natureza de Marx alcançou plena integração com a sua concepção materialista de história. Na economia política desenvolvida de Marx, tal como apresentada no *Capital*, o conceito de "metabolismo" (Stoffwechsle) foi empregado para definir o processo de trabalho como "um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza". Mas uma "falha (rift) irreparável" surgiu nesse metabolismo em decorrência das relações de produção capitalistas e da separação antagonista entre cidade e campo. (Foster, 2005, p. 201)

Portanto, para Marx, ainda em Foster (2005), a agricultura racional proposta como caminho na teoria de Malthus é incoerente quanto ao movimento do capital, pois não resolveria esta falha metabólica sem recuperar as relações mediadas pelo trabalho entre o homem e a natureza. Fundamentalmente, Marx aponta que a solução é a partir da tomada

dos meios de produção, mas não somente, pois posteriormente teria que resolver a fragmentação que precede a alienação capitalista e a divisão de campo e cidade.

Foster (2005) coloca que a alienação do capital é precedida pela alienação da terra, que para transição da primeira, precisa necessariamente da segunda, e que não basta por si libertar o trabalho dessas relações alienantes, é necessário utilizar da moderna ciência e tecnologia para regular essa relação metabólica do homem e da natureza, repensando a relação campo e cidade. Este caminho importante permite pensar sobre os meios de produção e a fragmentação imposta no capitalismo e suas resistências. Desse modo, propomos aqui pensar nos camponeses como uma classe social que detém os meios de produção.

A provocação colocada por Schmidt (1977) orienta a pensar na natureza a partir do contexto histórico. Nesse sentido, pode-se pensar na sociedade capitalista em polos distintos de apropriação. Por um lado, capitalistas que veem a apropriação da natureza de maneira integral para si e, por outro lado, dado pelas demais classes do capitalismo, como os camponeses, que trazem outras lógicas de apropriação coletiva.

Barcelos (2018, p. 315) apresenta em sua teoria a perspectiva de distintos projetos de apropriação e significação do mundo físico-natural, geradora da crise ecológica. Para compreender essas diferentes formas há a necessidade de “novos paradigmas de compreensão da relação da humanidade-em-natureza”, abordagens que sejam relacionais, com novos conceitos-pontes, tendo como ponto de partida o próprio conceito de metabolismo, que oferece, segundo ele, essa resposta:

Segundo Toledo, este conceito oferece uma compreensão de que não há relações sociais sem base material, e que tais relações se desenvolvem em uma complexidade físico-químico-biológica inseparável da vida social, tendo por mediação a cultura e a história. (Barcelos, 2018, p. 316)

Barcelos (2018, p. 316) apresenta uma dupla determinação: “onde a criação da riqueza, os desenvolvimentos tecnológicos aparecem situados socialmente em coprodução com a natureza”, ou seja, a compreensão do capitalismo será realizada a partir de aspectos geográficos, econômicos, técnicos, sociais e da natureza conjuntamente e não separados. Ressalta-se que nenhuma sociedade existe sem um fundo metabólico que passa pela produção da vida, mediada pela cultura, costumes e por infinitas conexões energéticas:

Não há nenhuma sociedade sem um “fundo metabólico”, sem estar mergulhada na produção da vida, molhada por infinitas conexões energéticas e materiais

ligadas às condições de permanência da vida (o que inclui a relação interior/exterior, criação/destruição, ordem/desordem, entradas/saídas), enfim trocas e fluxos de matéria e energia que se tornam impregnadas na história e nas sociedades. (Barcelos, 2018, p. 318)

Nesta troca, o processo de trabalho tem uma grande centralidade ao tomar para si dois sentidos na sociedade: como valor econômico e como fator físico, a energia de transformar natureza em valor de uso.

O processo de trabalho – no sentido que temos entendido o metabolismo como trocas materiais e energéticas da sociedade-em-natureza – assume um duplo sentido: de um lado o trabalho como fator econômico ligado à ideia de produção da riqueza; de outro e de forma indissociada o trabalho como fator físico (ou energético) ligado à medida de energia transferida por uma determinada força ao longo de um deslocamento para a produção de um ambiente (Barcelos, 2018, p. 321)

O processo metabólico pode ser visto então em sua forma ecológica, o que possibilita pensar em diversas intensidades deste processo, como propõe o autor há os circuitos de intensidade baixa e alta, à luz da teoria de Toledo e Marx.

Assim, o processo metabólico assume tanto um significado ecológico específico – quando considera a natureza uma força criadora e destruidora por meio de seus processos geobiofísicos – quanto um significado social mais amplo, quando considera a humanização da natureza um pressuposto existencial (material e cultural) do homem. (Barcelos, 2018, p. 322)

Os conflitos metabólicos e os circuitos da entropia são importantes propostas do autor, ao compreender como fundamental a forma que cada sociedade integra o mundo geobiofísico, mostrando haver formas diferentes de apropriação.

É aqui, então, que entramos na temática do conflito, ou seja, do problema político associado à falha metabólica. A partir do conceito de metabolismo social como uma troca material e energética contextualizada, as diferentes sociedades (civilizações, impérios, mundos, nações) constituíram/constituem múltiplas formas sociais de apropriação material e diversas práticas culturais de significação para o modo como cada uma se integra/integrou ao mundo geobiofísico. (Barcelos, 2018, p. 328)

É pensando nas condições socioecológicas de cada circuito, que a reflexão proposta por Barcelos (2018) possibilita pensar nos camponeses e capitalistas, pois temos dois mundos materiais construídos de formas distintas. A ecologia camponesa visa garantir a reprodução da vida, muitas vezes ancorada na agroecologia, e a apropriação dos capitalistas, marcados pela necessidade de produção de mais valia.

Estes sistemas de mercado organizados globalmente, em que os alimentos percorrem grandes distâncias, são controlados por gigantescas empresas

transnacionais, e estão “embrulhados” em problemas sociais, ambientais e nutricionais. (Braz, 2017, p. 1)

É diante do exposto, que podemos partir para o segundo momento do capítulo e apresentar o sistema alimentar capitalista, pois, em grande medida é o grande responsável pela organização dos alimentos na escala mundo. Mesmo com uma escala planetária de distribuição de alimentos, a fome e a insegurança alimentar é uma realidade presente em muitos países, conforme dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em 2022 no Brasil, havia 30,1% domicílios em insegurança alimentar (Pessan, 2022), enquanto paradoxalmente, países centrais convivem com outros tipos de problemas como os altos índices de obesidade.

Com isso para o sistema alimentar capitalista o alimento não pode ser visto como bem comum, somente como mercadoria que tem gerado lucros extraordinários para as grandes empresas capitalistas.

É relevante ressaltar que há esforços fundamentais para compreender este modelo hegemônico de controle sob alimentação, como o Regime Alimentar de Friedmann e McMichael (1989), que trouxe uma periodização da organização em torno do alimento, e o modelo Camponeses e impérios alimentares de Ploeg (2008), que traz a perspectiva a partir das redes imperialistas alimentares organizadas globalmente.

Sob essa perspectiva, torna-se necessário trazer elementos centrais do sistema alimentar capitalista a partir de uma visão sobre como se organiza esse sistema global agroalimentar, para, posteriormente, abordar o sistema alimentar camponês, conceito de maior interesse nesta tese.

A compreensão do sistema alimentar capitalista parte do entendimento apresentado na pesquisa de Origuela (2019), que buscou compreender a organização desse sistema. Considerando o capitalismo enquanto um sistema global de trocas, é organizado pelos grandes detentores de capital, que são as empresas transnacionais, que por vez atuam como principais definidoras de preços e controlam os processos produtivos, especialmente a circulação e a comercialização de alimentos em diversas escalas:

Por isso, é importante demarcar o conceito utilizado nessa pesquisa, que é o de sistema alimentar. Acrescenta-se a esse o termo capitalista para caracterizar o seu modo de produção hegemônico. O sistema alimentar capitalista é um sistema constituído pelos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos, visando à reprodução ampliada de capital. Nesse sistema, as empresas transnacionais, assim como as redes varejistas, são os agentes que

controlam todo o processo produtivo em diferentes regiões do planeta. (Origuela, 2019, p. 2)

Deve-se enfatizar quando falamos do sistema alimentar que há uma diversidade de agentes que participam, todavia, os que tem mais poder de decisão são aqueles que controlam o que há de essencial neste processo, que é o consumo de alimentos, a distribuição e a produção, ou seja, os poderes se concentram nas redes varejistas e nas empresas transnacionais.

Os agentes que compõem o sistema alimentar são diversos. Destacam-se os camponeses, os consumidores, os movimentos socioterritoriais, os movimentos de consumidores, as organizações não governamentais, as instituições multilaterais, as instituições financeiras, as empresas transnacionais, as redes varejistas e o Estado. Aqueles que possuem maior poder de decisão, atuando de acordo com os seus interesses, são, sobretudo, as empresas transnacionais e as redes varejistas. Isso porque elas controlam os nós mais importantes do sistema alimentar na produção, na distribuição e no consumo de alimentos. (Origuela, 2019, p. 21)

Fernandes (2019), ao referir-se ao modelo hegemônico, acrescenta ainda ao controle desse processo o próprio agronegócio, que avança nos sistemas alimentares com as tecnologias das organizações políticas, sociais e econômicas de controle da sociedade, fazendo com que a participação dos camponeses nesse modelo de desenvolvimento fique sempre subordinada.

Em meados do século XX, o capitalismo integrou diversos sistemas produtivos e criou o agronegócio, fortalecendo os impérios alimentares e determinando-se como modelo hegemônico de desenvolvimento iniciando o terceiro regime alimentar (Davis & Goldberg, 1957; McMichael, 2016; Ploeg, 2008). Controlando os sistemas agrícola, pecuário, industrial, comercial, financeiro e tecnológico, o agronegócio é um complexo de sistemas organizado em rede que envolve empresas de todos os setores da economia, partidos políticos e governos. Com essa estrutura, as corporações capitalistas passaram a controlar as sementes e as tecnologias, além da terra, do trabalho e da produção. Desse modo, a participação do campesinato no modelo de desenvolvimento do agronegócio é sempre marginal e subordinada aos interesses das corporações. (Fernandes, 2019, p. 193)

No avançar do agronegócio há um aprofundamento da lógica de expropriação dos bens da natureza transfigurados em *commodities*, que ao mesmo tempo que expropria os bens naturais do sul global, beneficia com a industrialização os grandes centros de decisões global do capitalismo. Tem-se diante de tal lógica o que podemos chamar de neocolonialismo baseado em economias de dependência.

A extração de recursos naturais para produção de commodities através do controle territorial e expropriação de populações camponesas são estratégias

do modelo hegemônico do agronegócio que na América Latina é predominantemente agroextrativista, o que significa dizer que tem como base a extração de recursos naturais em um país e a industrialização em outro país, por exemplo, o café produzido no Brasil e na Colômbia é industrializado na Alemanha, que vende cápsulas de café para vários países do mundo. O agroextrativismo é produtor e produto do neocolonialismo baseado na economia da dependência e na desigualdade (Petras & Veltmeyer, 2015). (Fernandes, 2019, p. 195)

Um conceito fundamental desenvolvido por Friedmann e McMichael (1989) é o de regime alimentar, que se refere à definição da organização mundial capitalista da produção, circulação e consumo de alimentos e como esta possibilitou a acumulação de capital ao longo do tempo (posteriormente, nos atentaremos às contribuições sistematizadas por McMichael (2016), articulando-as ao debate da questão agrária). Cabe ressaltar que as relações avançam para além das relações puramente agrárias, mas o alimento nesse contexto é também poder, repercutindo, como aponta Coca (2016), em aspectos políticos, culturais e ambientais no conjunto material e imaterial das sociedades:

Os regimes alimentares denotam não só as bases agrárias das relações de poder em determinado contexto, como também as disputas pelo modelo de desenvolvimento de um modo geral. O motivo é que eles estão relacionados com os mecanismos de ajuste estrutural do capitalismo. Ou seja, no capitalismo tem sido comum a utilização do alimento como uma ferramenta de controle pelas grandes potências. Isso se dá, primeiramente, na dimensão econômica da realidade, contudo, também é possível perceber as repercussões de tal fato nas demais, como a política, a cultural e a ambiental, por exemplo. (Coca, 2016, p. 17)

McMichael (2016) apresenta que, no capitalismo, houve até então três grandes regimes alimentares: o regime alimentar imperial, definido pela Grã-Bretanha de 1870 a 1930; o regime alimentar intensivo, cujo principal protagonista foram os Estados Unidos de 1950 a 1970; e o atual modelo, que ocorre desde os anos de 1980, o regime alimentar corporativo. McMichael (2020) apontam também para um novo regime alimentar, o quarto regime. O autor atenta para o que ele chama de pré-história do regime alimentar, momento no qual o Brasil também se insere dentre as colônias que forneciam commodities para os países capitalistas do centro.

O terceiro regime alimentar se diferencia dos primeiros porque, enquanto, nos primeiros o Estado era o principal definidor das relações do mercado, no regime alimentar corporativo, como sugere o nome, as redes varejistas e as grandes transnacionais são definidoras e controladoras do regime alimentar atual, e os Estados agem conforme a determinação desses mercados.

Portanto, o corrente regime alimentar se caracteriza pela concentração de poder por parte de poucas grandes corporações. Mais uma vez na história do capitalismo tem se comprovado que nesse modo de produção não existe a intenção de fazer com que o alimento seja um bem social, pelo contrário, ele tem sido utilizado como uma mercadoria, a qual é comercializada com base na obtenção de lucros ampliados e também como mecanismo de poder por parte das grandes potências globais. (Coca, 2016, p. 22)

McMichael (2020) aponta para um novo regime alimentar, sobretudo diante de uma nova reestruturação geopolítica, na qual a China ganha relevância dentro de uma estratégia que tem o Estado como definidor das relações, criando parcerias entre a esfera pública e privada e estabelecendo o que o autor chama de um novo nexo nas relações corporativas de produção e circulação de alimentos.

Todavia, enquanto tal cenário não se modifica completamente no Brasil e no mundo, a concentração de poder nas mãos das transnacionais e grandes redes varejistas faz com que o projeto do alimento como bem comum tenha sido cada vez mais abandonado, aspecto evidenciado quando observamos a temática da fome ressurgir nos grandes fóruns políticos.

O controle das grandes redes varejistas sobre a comercialização e circulação dos alimento-mercadoria é o modo pelo qual os capitalistas subordinam a produção de alimentos no Brasil, essencialmente nos países do sul, nos quais essas formas são hegemônicas, conforme aponta Origuela (2019).

A luta pela terra é, ao mesmo tempo, uma das mais antigas e uma das mais atuais formas de resistência, por causa do constante processo de expropriação dos camponeses. Desde o começo da colonização até as recentes políticas neoliberais, o extrativismo agrícola e mineral tem sido a principal causa dessa expropriação. Há séculos, camponeses e outros povos são expropriados pelas diversas fases do desenvolvimento da produção de commodities através da exploração dos territórios dos países da América Latina. Este é um problema que persiste porque é uma questão estrutural do capitalismo que se desenvolve expropriando o campesinato (Chonchol, 1994; Burbac&Flynn, 1980; Bartra, 2011). (Fernandes, 2019, p. 200)

Ploeg (2019) traz algumas definições do seu entendimento do império alimentar, definindo como redes de oligopólios que se articulam para controlar a distribuição, processamento e consumos de alimentos, sendo que a preocupação em produzir torna-se cada vez mais secundária, pois há um controle tão grande desses impérios alimentares que tem subordinado a produção aos seus critérios.

Los imperios alimentarios son una expresión específica de las redes imperiales. Son redes oligopólicas operadas a nivel global, que controlan partes importantes y en expansión de los procesos de producción, procesamiento, distribución y consumo de alimentos. No se involucran necesariamente en las realidades físicas asociadas con estos procesos; pueden participar en ellos, pero

también pueden abstenerse de hacerlo. Lo que es esencial es que estos imperios ejercen control sobre tales procesos (que por lo general son materialmente ejecutados por otros). Cada vez es más difícil organizar o replicar cualquier actividad relativa a la alimentación (ya sea relacionada con la producción, el procesamiento o la distribución) sin estar subordinado a las reglas y dinámicas impuestas por los imperios alimentarios. Se está volviendo muy difícil desarrollar actividades de ese tipo sin aceptar esos controles externos e internalizar sus reglas. (Ploeg, 2019, p. 167)

Em síntese, se, no passado, para obter grandes ganhos com alimentos era necessário possuir terras para a produção, ou seja, o meio de produção era o principal determinante para gerar mais renda, atualmente os impérios alimentares controlam a produção por meio de seu domínio sobre a circulação, a industrialização, as normas e as trocas em nível global. Na produção de alimentos, há uma lógica de controle que não exige mais a posse ou o arrendamento de terras para subordinar a produção e a renda:

En rigor, los imperios alimentarios actuales no necesitan detentar tal propiedad (ni siquiera necesitan la propiedad de los medios de producción centrales). Ordenan y controlan las partes del mundo social y natural que están asociadas con la agricultura y con la alimentación (y cada vez más con campos nuevos como la bioenergía) a través de su control sobre los vínculos (es decir, sobre las redes) que permiten los numerosos movimientos de nutrientes, materias primas, ingredientes alimentarios, instalaciones de refrigeración, información de mercado etc. Este control sobre los movimientos configura y reconfigura la producción, la distribución y el consumo de acuerdo con los requisitos imperiales, y las actividades que no cumplen con estos requisitos y normas se vuelven marginales. Este hecho refleja un cambio fundamental en la importancia relativa de las esferas de producción y circulación. (Ploeg, 2019, p. 168)

Os impérios alimentares não só estão em busca de controle, mas o pressuposto deste controle é se apropriar do valor produzidos por outros, seja pelos próprios capitalistas do campo ou pelos camponeses subordinados, criando assim a determinação de como organizar os mercados e as lógicas de comercialização.

Los imperios (y los imperios alimentarios en particular) no sólo buscan el control, también buscan apropiarse y centralizar el valor. Como varios estudios empíricos han demostrado, la razón de ser de los imperios alimentarios no radica en la producción de valor, sino en la apropiación del valor producido por otros. De esta manera, los imperios alimentarios se convierten cada vez más en una potencia extraeconómica capaz de configurar y gobernar determinados mercados. Convierten el acceso, el derecho a producir, la posibilidad de vender y la atribución de cualificaciones (por ejemplo, a través de la certificación y la acreditación) en un sinfín de nuevos productos: “Las economías de las antiguas potencias industriales se concentran [cada vez más] en la comoditización de las transacciones, los servicios y el conocimiento más que en la producción.” (Alexander y Alexander, 2004: 63). (Ploeg, 2019, p. 168)

Nesse sentido, a *comoditização* de uma parcela significativa dos alimentos tem criado uma multidão significativa de sujeitos em todo o mundo, sem acesso a alimentos

significativamente nutritivos. Afastando a sociedade de um estado de soberania alimentar, submetendo à lógica de reprodução do capital por empresas que detém o monopólio do setor.

Parte importante dos alimentos foi transformada em *commodities*, dissociando-os de sua precípua função social, que é alimentar as pessoas. Na atual arquitetura do sistema global, o poder dos monopólios é quem, mormente, controla a produção, a distribuição, a circulação e o consumo de alimentos, submetendo a vida de bilhões de indivíduos à reprodução do capital e legando uma horda global de subalimentados. (Lima, 2020, p. 334)

Pode-se afirmar que o sistema alimentar capitalista comandado pelos monopólios tem contribuído significativamente com a ruptura sociometabólica, no Brasil desde a revolução verde, a narrativa de uma necessidade de produção de alimentos, tem levado a uma crise ambiental, tendo no sistema de produção de *commodities* um lugar privilegiado da produção desta crise.

O atual sistema alimentar global, sob a mundialização do capital e dirigido pelos monopólios, é estupidamente pródigo em sujeitar a sociedade a consequências devastadoras. Sob a narrativa mistificadora da inevitável necessidade de elevação da oferta de alimentos, leva a cabo um desequilíbrio socioambiental sem paralelo próximo. (Lima, 2020, p. 349)

Tem-se sob uma suposta agenda em defesa da alimentação (que sintetiza as cadeias globais de alimentos), ataques aos povos originários, camponeses, povos da floresta e, sobretudo, aos seus territórios, que afasta sistematicamente as comunidades de uma soberania alimentar.

Os monopólios comandam as cadeias globais de alimentos e possuem uma agenda escancaradamente regressiva, que comporta as investidas contra as terras de camponeses e povos tradicionais, a apropriação das águas, a privatização e a uniformização de códigos genéticos, o extermínio das sementes crioulas, o desflorestamento e o deslocamento do Estado das atribuições de organização, de produção, de distribuição e de circulação dos alimentos. (Lima, 2020, p. 342)

O controle sobre os territórios e a alimentação é uma das faces mais perversas da ruptura sociometabólica, pois define quem vai comer e quem vai passar fome, quem vai entrar subordinadamente no sistema ou quem vai ser excluído, quem vai ser territorializado e quem vai ser desterritorializado.

É diante da lógica hegemônica do sistema alimentar capitalista apresentada neste capítulo e marcada pelo controle da circulação de alimentos, que temos a premissa para compreender o sistema alimentar camponês, que busca através de uma lógica contra-

hegemônica criar estratégias de resistências frente ao desenvolvimento da lógica de reprodução ampliada do capital.



**CAPÍTULO II - SISTEMA ALIMENTAR CAMPONÊS DOS MOVIMENTOS
SOCIOTERRITORIAS DO CAMPO, A SOBERANIA ALIMENTAR,
AGROECOLOGIA**



2.1 – Sistema alimentar camponês

Nos estudos geográficos, das ciências sociais e agrárias, há muitos conceitos que buscam, em diversas escalas, compreender a produção, comercialização e circulação de alimentos. Nesse sentido, apresentaremos conceitos que envolvem o caminho da semente à mesa (Borges; Fernandes, 2021), a fim de identificar, no desenvolvimento capitalista, as diversas formas de resistência ao sistema alimentar capitalista, buscando qualificar o sistema alimentar camponês como uma alternativa mais viável a essa dinâmica.

É crucial sublinhar, que a comercialização pelos camponeses da produção dos excedentes atravessa diversas sociedades, faz parte do seu modo de vida, da sua criação e recriação, sendo a forma que encontram de defender seu próprio modo de vida. Colocam seus produtos no mercado, como forma de não se assalariar, ou seja, não ter sua força de trabalho explorada pelos capitalistas (Fernandes, 2019; Fabrini, 2006).

O campesinato é uma classe social que se organiza em movimentos para produzir e defender suas condições de existência. A estrutura organizativa camponesa tem como base a terra, família, trabalho, comunidade, produção e qualidade de alimentos, conhecimentos diversos sobre modos de cultivo, reprodução de sementes e mercados que definem seus modos de vida, suas culturas e suas paisagens. (Fernandes, 2019, p. 190)

Os movimentos socioterritoriais ao longo do tempo têm buscados novos repertórios que reforçam a defesa da sua forma de vida. Se o Estado vem insistentemente com aliança com o capital, criminalizando e inviabilizando sua reprodução, os camponeses buscam formas de se organizarem diante do avanço do capital, na sua produção, comercialização e circulação dos seus alimentos.

Os movimentos camponeses mudaram muito desde os estudos clássicos de Wolf, 1955, Hobsbawm 1959 e Shanin, 1966. Estas mudanças estão relacionadas a persistente resistência do campesinato na luta contra o capitalismo, a emancipação dos movimentos, a hegemonia do agronegócio e o processo de globalização da economia. As recentes formas de organização camponesa mantêm algumas das particularidades do passado, atualizaram seus repertórios político se criaram novas perspectivas. Mudanças, permanências e perseverança estão entre as principais características da formação continuada dos movimentos camponeses. (Fernandes, 2019, p. 190)

É a partir da apropriação do espaço que entendemos que o território é produzido com base em conflitualidades. Quando o camponês se apropria dos assentamentos, estabelece novas relações de poder, podendo reproduzir o seu modo de vida e propor uma determinada forma social, distinta daquela existente antes de sua territorialização. Entendemos que esse é o ponto de partida da luta do camponês territorializado.

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (Fernandes, 2005, p. 27)

No entanto, é na relação com outros movimentos que se ampliam as articulações aqui observadas. Isso ocorre porque a conexão entre os movimentos socioterritoriais, que se apropriaram de uma dimensão espacial, e os movimentos socioespaciais articulados na cidade, que nem sempre se apropriam do espaço, possibilita a construção de formas de organização e definição de pautas dentro dos assentamentos.

Os movimentos socioespaciais reúnem um conjunto amplo de mobilizações já que as experiências políticas de participação não prescindem de uma dimensão espacial, muitos têm como base de organização um recorte espacial, a exemplo de associações de moradores e sindicatos, podendo ocorrer no campo ou na cidade e tendo como prerrogativa tanto demandas populares como elitistas. (Pedon, 2015, p. 197)

A conquista do território é um elemento definidor da identidade, como aponta Pedon (2015). É a partir dessa organização que se torna possível compreender a formação de uma estrutura própria dos camponeses em torno do processo de apropriação do sistema alimentar.

No processo de constituição das mobilizações sociais, a conquista do território é um elemento definidor da identidade dos movimentos socioterritoriais. Diversamente dos movimentos socioespaciais, cuja constituição se encerra na sua estrutura organizativa, o espaço é concebido como base na qual se assentam seus elementos, não sendo, ele próprio, definidor de sua identidade. (Pedon, 2015, p. 201)

O sistema alimentar camponês terá uma centralidade à luz do entendimento possibilitado em Origuela (2019), Fernandes (2019), Borges e Fernandes (2021), por compreender avanços, sobretudo no que se refere à escala do assentamento, ao protagonismo dos camponeses e à resistência. Busca-se assim fazer um resgate dos conceitos que contribuíram com a compreensão do sistema alimentar camponês, por entender que esta é a forma na qual os camponeses assentados encontraram de articular-se diante de uma organização capitalista que, na fase do capitalismo mundializado, se organiza nos mais diversos territórios. Assim, quando evidencia o conceito de sistema alimentar camponês, confere ênfase aos sujeitos e sujeitas que produzem alimentos historicamente, trazendo a classe camponesa para o centro do debate.

A compreensão de Origuela (2019) traz luz ao entendimento aqui pretendido ao afirmar que os diversos usos do território podem levar à emancipação do campesinato ou ao processo de subordinação. Nos permite pensar como o sistema alimentar com maior controle do campesinato pode servir como uma estratégia contra-hegemônica, quando em contraponto ao sistema alimentar capitalista.

É necessário avançar, portanto, na compreensão de como o território e o seu uso possibilita a autonomia e emancipação do campesinato em relação ao sistema alimentar capitalista. E como, ao mesmo tempo em que o território é um instrumento de resistência, autonomia e emancipação, o seu uso pode levar o camponês a uma condição de subordinação. E, ainda, como podemos ter diferentes condições em um mesmo território que contém diferentes usos ou (multi)(pluri)territorialidades. (Origuela, 2019, p. 4)

A organização em movimentos socioterritoriais também faz parte da garantia da luta em defesa do seu modo de vida. Os camponeses se organizam para se territorializar através da luta pela terra e, posteriormente, para garantir sua reprodução na terra conquistada e suas condições de existência. Dessa forma, o sistema alimentar camponês será visto como uma das formas de resistência encontrada pelos assentados para ter uma vida mais autônoma, comparada às outras formas de organização da vida: o assalariamento, os empregos uberizados e as condições de vida precárias impostas pela cidade (Lourenço, Thomaz Junior e Carvalhal, 2022). Fundamentalmente, o trabalho assalariado e subordinado é a condição que o campesinato nega ao se organizar, pois é representa um pressuposto da sua destruição, enquanto o trabalho familiar e cooperativo na produção de alimentos é o garantidor da sua reprodução como classe.

A luta pela terra e, portanto, pelo território, está presente em toda a história do campesinato. Esta é uma de suas principais lutas e está associada a luta contra o trabalho assalariado, porque o campesinato só pode existir pelo trabalho familiar e ou comunitário, associativo, cooperativo na produção de alimentos, no beneficiamento e na industrialização etc. (Fernandes, 2019, p. 190)

E é dentro de um problema estrutural que denominamos a questão agrária. Por compreender teoricamente o campesinato como classe dentro do capitalismo, entendemos os mercados populares e a comercialização na escala local como estratégias de resistência das famílias assentadas, leia-se: dos camponeses frente ao crescente processo de subordinação do campesinato pelo capitalismo.

A crescente subordinação e expropriação do campesinato pelo capitalismo produz um problema estrutural denominado de questão agrária. A essência da questão agrária é a renda capitalizada da terra, que acontece através do controle dos preços agrícolas pelas corporações, que se apropriam da maior parte da renda fundiária, expressa no valor da produção agropecuária camponesa. Este

problema cria comunidades de baixa renda como empobrecimento contínuo das famílias camponesas que são obrigadas a vender suas terras. Mas, também gera resistência das famílias que ocupam terras, reivindicam a reforma agrária e procuram se desvincular das corporações, criando mercados populares em escala local, para venderem seus produtos diretamente aos consumidores. (Fernandes, 2019, p. 193)

A compreensão da territorialização da esperança (Moreira e Targino, 2007) através do sistema alimentar camponês, possibilita pensar em usos mais autônomos dos territórios da reforma agrária, entendendo-os como importante estratégias contra-hegemônicas. Se o latifúndio tem na monopolização das terras e na territorialização do capital o seu mecanismo de manutenção, a democratização do acesso à terra e suas diversas estratégias são formas de romper com a organização capitalista vigente.

[...] o “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem-terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. (Moreira e Targino, 2007, p. 76)

Pode-se, a partir de tal territorialização, apontar os assentamentos como o ponto de partida das lutas dos camponeses territorializados e como o lócus da organização dos movimentos socioterritoriais do campo, através da ação camponesa.

A escala e conteúdo de ação dos camponeses se ampliam pelos movimentos, mas é preciso considerar que estes se alimentam de uma ação local, do território. O assentamento, o acampamento e os grupos de pequenos agricultores, por exemplo, se constituem como parte do território que alimentam e oxigenam ação de movimentos e organização/entidades nacionais. O território se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas. (Fabrini, 2006, p. 76)

O sistema alimentar camponês tenta resolver um problema inerente ao sistema capitalista, que é o processo de subordinação da renda contida no alimento. Paulino (2012) apresenta o problema, que é a cessão muitas vezes gratuita do trabalho familiar camponês, pois, quando o produto é colocado no mercado, o preço da comercialização é muitas vezes inferior aos custos de produção.

Ao assinalar o caráter contraditório do processo de recriação camponesa no capitalismo, Oliveira (1986) destaca que, não raro, esta vem revestida da cessão gratuita do trabalho camponês para a sociedade, por meio de preços

alcançados pelos produtos que os mesmos colocam no mercado, notadamente os alimentos básicos. (Paulino, 2012, p. 284)

A autora ainda entende que não podemos compreender os preços baixos dos alimentos isoladamente, pois o pano de fundo é a desvalorização social de quem produz. A produção dos camponeses muitas vezes perpetua uma transferência de renda para outros setores da sociedade, seja para as grandes redes varejistas, os atravessadores ou os que controlam os grandes centros de distribuição, ou para os que transformam os alimentos dos camponeses em alimentos processados e ultraprocessados³. Outro importante pressuposto é garantir aos proletários urbanos alimentos baratos, uma lógica essencial desde a origem das sociedades industriais, que permite reduzir os custos com salários. Nesse sentido, podemos pensar que a resistência presente no sistema alimentar camponês é a condição para garantir uma maior autonomia frente às condições impostas pelas classes dominantes do capitalismo, que subordina a classe camponesa, como definido por Ploeg (2006).

Um camponês não é apenas parte de uma “classe grosseira” (Shanin, 1972); ele ou ela é igualmente parte de um mundo grosseiro e cruel. Daí que a luta pela autonomia (e pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor) em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaça com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”. (Ploeg, 2006, p. 20)

Se os capitalistas não conseguem sujeitar a renda territorial ao capital da totalidade das terras agricultáveis, comprando e vendendo, buscam como mecanismo a subordinação da produção tipo camponesa, conforme assinala Martins (1995). Com isso, conseguem sujeitar o trabalho realizado no território. Pode-se, a partir de tal fato, pensar nos mercados alimentares camponeses como mais autônomos em relação à subordinação pelas redes varejistas.

Expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar e vender, ou subordinando a produção do tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. (Martins, 1995, p. 177)

³ Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), a fabricação de alimentos ultraprocessados, feita em geral por indústrias de grande porte, envolve diversas etapas e técnicas de processamento e muitos ingredientes, incluindo sal, açúcar, óleos e gorduras e substâncias de uso exclusivamente industrial.

Bombardi (2004) escreve que os camponeses não só estão sujeitados às intempéries, mas também à subordinação do mercado, e é através da consciência de tal fato que se organizam para defender seu modo de vida, seu território e sua produção e reprodução como classe. Desse modo, para o proletário, o que pesa é a mais-valia, ou seja, a disparidade entre o trabalho produzido e o trabalho pago. O camponês tem mais-valia social (conceito de trabalho por Martins (1995)) como a sua taxa de exploração. Ou seja, não é o trabalho do camponês que está diretamente sujeitado ao capital, mas sim sua mercadoria, havendo uma sujeição da renda em forma de alimento ao capital.

Expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar e vender, ou subordinando a produção do tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. (Martins, 1995, p. 177)

Diante disso, a contradição presente na comercialização, mesmo no sistema alimentar camponês, mediados por instituições, grupos de consumo e até mesmo por venda direta, é justamente a formação do preço, que está sempre subordinado ao mercado e à dinâmica do capital industrial, pois não são os camponeses, tampouco os consumidores, os definidores do preço e sim a relação das mercadorias com as outras mercadorias, com a extração de mais valia e seu valor de troca (Marx, 2013).

Paulino (2012, p. 284) apresenta que a resistência presente e a perspectiva fundamental para o entendimento é que, apesar do caráter contraditório da comercialização, a resistência camponesa transcende a esfera econômica, pois “O equacionamento político desse paradoxo [paradoxo referente à subordinação ao mercado] se fará com o reconhecimento de que a existência camponesa se inscreve em um quadro de resistência que transcende a esfera econômica”.

É diante de conjunto de contradição que as propostas contra-hegemônicas elaboradas pelos camponeses são atravessadas por dois conceitos essenciais: a soberania alimentar, que se refere a condição mais avançada de proposta da organização alimentar; e a agroecologia, o caminho atual mais sólido que pode garantir o primeiro conceito.

2.2 – Agroecologia como caminho da Soberania alimentar

Como uma das formas contra-hegemônicas, que tem como pressupostos a soberania alimentar, a agroecologia tem centralidade nesta pesquisa, que foi vista

essencialmente com os seguintes aspectos: i) como contra modelo ao modelo capitalista; ii) visto sob o viés constituído pelo campesinato para defender seu modo de vida; iii) visto como uma organização do modo de defesa da natureza diante da ruptura metabólica; iv) sob sua característica essencialmente interseccional; v) como prática, movimento, ciência e também política.

Nossa compreensão de soberania alimentar partirá do protagonismo dos camponeses, quilombolas, povos originários e indígenas, por entendermos como marco central deste processo as primeiras lutas na América Central (Coca, 2022) e a busca por um conceito que avançasse para além da segurança alimentar, que não considerava a soberania dos territórios. Posteriormente, houve a adesão da Via Campesina, o que possibilitou diversos avanços na luta e a sua mundialização.

A soberania alimentar foi utilizada, primeiramente na década de 1980, como uma referência às lutas de camponeses e indígenas da América Central (EDELMAN, 2014). Todavia, somente na década de 1990, com a sua incorporação pela coalizão internacional La Via Campesina, ela viria a se consolidar como uma referência para a organização dos sistemas agroalimentares (WITTMAN, 2009). Isso se deu porque, na década de 1990, diversos governos e instituições multilaterais aderiram à segurança alimentar como uma referência para a superação da fome (SHAW, 2007). A segurança alimentar é embasada em quatro dimensões: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade (SIMON, 2012). Apesar dessas dimensões serem de grande importância para se discutir a implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a segurança alimentar possui como grande limitação não prever qual modelo de desenvolvimento vai fazer com que isso ocorra (WITTMAN, 2009). Nesse sentido, a La Via Campesina (1996) incorporou a soberania alimentar como uma referência para a reorganização dos sistemas agroalimentares com base no protagonismo de camponeses e indígenas, visando assim, se contrapor a segurança alimentar, pois essa pode ocorrer até mesmo num contexto em que o agronegócio é hegemônico. (Lombardi *et al.*, 2022, p. 228)

O conceito de soberania foi se complexificando com o passar do tempo. Inicialmente, era uma característica restrita aos estados nacionais, mas com o decorrer do tempo foi se aprofundando, entendendo a importância da escala da comunidade, dos diversos saberes, das culturas alimentares e dos debates sobre raça e gênero. Pode-se pensar que, enquanto o capitalismo avança em direção a uma dieta global homogeneizada, os territórios compreendem a importância da escala local para garantir a soberania.

Desde sua incorporação pela La Via Campesina, no ano de 1996, quando da realização de sua II Conferência Internacional, a soberania alimentar tem ampliado seu escopo (DESMARAIS, 2007). Isso pode ser percebido, por exemplo, na definição da escala em que ela deve ser efetivada. Num primeiro momento, a La Via Campesina (1996), em consonância à definição de soberania oriunda do Tratado de Vestfália (1648), deu centralidade ao Estado-Nação. Nesse sentido, a soberania alimentar ocorreria quando cada governo

nacional, dando abertura a proposições das classes populares, fosse capaz de controlar o processo de alimentação de sua população. Num segundo momento, a La Via Campesina e outros movimentos e instituições interessados na soberania alimentar passaram a considerar como mais relevante a escala da comunidade, como pode-se perceber na Declaração do Fórum Internacional por Soberania Alimentar, ocorrido em Nyéléni, no Mali, em 2007 (NYÉLÉNI, 2007). Também são exemplos da ampliação do escopo da soberania alimentar a incorporação de elementos correlatos como a questão de gênero (DESMARAIS, 2002; LIBERATO et al., 2019; MOTA; SILIPRAND; PACHECO, 2021), a Agroecologia (ALTIERI; NICHOLLS, 2012; MOTA; SILIPRAND; PACHECO, 2021) e as mudanças climáticas (BRADEMBURG; BEZERRA; GIORDANI, 2016; SAGE, 2008). (Lombardi *et al.*, 2022, p. 228)

Concebemos que a importância do ato de comer é ensinada a partir de lógicas racionais e afetivas, e o capitalismo age no sentido de um distanciamento dessa prática. Assim, a soberania alimentar traz para o debate a importância do envolvimento com o ato de comer, um ato político fundamental.

A Soberania Alimentar evoca uma lógica do alimento enquanto constituinte dessa necessidade humana que é afetivamente, racionalmente, e repetidamente aprendido, ensinado, pensado e executado pelas pessoas. Evoca as possibilidades de sentido, simbologia e escolha que são partes do ato de comer. E se contrapõe a um distanciamento do alimento, uma relação particular, onde há sua transformação de necessidade humana em algo distante, destituído de sentidos. Dessa forma, podemos argumentar que embora o conceito ou categoria não seja incorporado enquanto tal em muitos trabalhos e muitas lutas e demandas a posição política sobre o que se acredita seja o alimento e o ato de comer e a complexidade de relações envolvidas são centrais. Assim, a utilização das palavras soberania alimentar é apenas uma questão de uso, pois os princípios já estão plenamente integrados. (Lombardi *et al.*, 2022, p. 231)

Paulino *et al.* (2018) no debate sobre o comer, pontuam a necessidade de um ressurgimento da aproximação entre os que produzem e os que consomem, vindo na agroecologia a possibilidade de retomada dessa prática histórica. Historicamente, os camponeses comercializam seus alimentos, mas tal prática sofreu interferência da artificialização dos mecanismos de vida globalmente, que cria um distanciamento entre os sujeitos que estão no campo e na cidade.

A radicalidade da artificialização dos mecanismos do viver, desde a quimificação da comida até a interposição de barreiras entre os que produzem e os que a consomem, é um dos elementos que estão na raiz da ressurgência da agroecologia como práxis, é necessário que se diga, pois foi sobre ela que civilizações foram erigidas e puderam prosperar. (Paulino *et al.*, 2018, p. 1)

Coca (2022) chama a atenção para como a soberania alimentar tem sido implementada no Brasil com ações pontuais, escapando da lógica hegemônica de organização dos territórios, presentes sobretudo na produção de bases agroecológicas, nos mercados alternativos e em outros territórios organizados pelos movimentos

socioterritoriais. Em concordância com as ideias do autor, as políticas de soberania alimentar ainda são incipientes e localizadas, muitas vezes descontínuas. Geralmente, o que se tem são os próprios movimentos socioterritoriais fazendo políticas contenciosas, garantindo, de maneira contra-hegemônica, o acesso aos alimentos da população assentada e não assentada.

Dentre as principais conclusões, percebe-se que mesmo que a soberania alimentar esteja sendo implementada no Brasil por meio de ações pontuais, não fazendo parte de um processo de mudança estrutural, ela pode ser lida como responsável pela existência de contra-espços que fogem das dinâmicas hegemônicas da organização do território. Isso pode ser percebido por meio de exemplos como a produção sob bases agroecológicas, o comércio solidário, a criação de mercados alternativos entre outros etc. (Coca, 2022, p. 27)

Wezel *et al.* (2009) chamam a atenção para a agroecologia como ciência, prática e movimento, trazendo uma periodização do conceito. Na década de 1960, associava-se à ciência; na década de 1980, emergiu como prática agrícola; e, em 1990, surgiu um conjunto de movimentos que pautam aspectos sociais e econômicos sob a bandeira da agroecologia, inclusive no Brasil. Ao definirem a agroecologia sobre este tripé, os autores procuram resolver os diversos debates que existiam em torno da definição do conceito de agroecologia.

É a partir dessa ampla polissemia relacionada ao conceito de agroecologia que se busca compreender a agroecologia camponesa (Almeida, 2023), como parte da visão dos camponeses e como um caminho construído nos territórios camponeses para a reprodução de seu modo de vida

A agroecologia se torna chave no entendimento, mas vista não como um modelo ou fórmula universal, tal como propõe o modelo capitalista do agronegócio, mas sim como contra modelo ao capitalista, como aponta Rosset (2017), Rabello (2018) e Almeida (2023). Sendo assim, defendemos pensar a agroecologia como um conjunto de estratégias do campesinato, que transpassam uma perspectiva tecnicista do conceito, mas apresentam-se na defesa da soberania alimentar e dos territórios.

A agroecologia camponesa, enquanto recorte conceitual, é compreendida como um caminho para o futuro, carregando conteúdos e significados ambientais, sociais e econômicos em contraposição à lógica dominante do capital. Destaca-se, assim, a intencionalidade de analisar a agroecologia a partir da perspectiva dos camponeses.

A perspectiva da agroecologia ancorada na conflitualidade faz-se necessária, compreendendo esse conceito a partir da Via Campesina, articulada pelos movimentos socioterritoriais. Isso se dá diante das tentativas de cooptação pelo mercado e por outras

vias institucionais dos conceitos que fazem fronteira com a agroecologia, sobretudo aqueles ligados à defesa do capitalismo verde. Quando entendemos a agroecologia desde os camponeses e dos movimentos socioterritoriais, evidenciamos o desenvolvimento da pesquisa militante presente na geografia agrária brasileira, bastante singular, tais como Jorge (2024), Buscioli (2024), Coca (2022), Machado *et al.* (2022), Sansolo (2021), Origuela (2019) e Fernandes (2005).

Entender a agroecologia como estratégia de soberania alimentar, desde os movimentos socioterritoriais, passa por compreender a importância da Via Campesina como articuladora dessas lutas, que tem um papel fundamental na sistematização dos debates das experiências realizadas em diversas escalas, como aponta Rosset (2015). Há uma epistemologia própria da formação da agroecologia e a América Latina tem um papel fundamental neste processo. O reconhecimento das disputas por caminhos na América Latina é fundamental, pois o capitalismo avança nas zonas rurais. Neste sentido, a agroecologia aparece como caminho no qual os territórios camponeses resistem e se transformam, sobretudo, os territórios conquistados pela luta dos camponeses sem terra.

Al inicio del siglo XXI, las áreas rurales de América Latina (y del mundo) constituyeron espacios disputados por diferentes actores con intereses opuestos. Las organizaciones y movimientos sociales de las zonas rurales – campesinos, agricultores familiares, pueblos indígenas, trabajadores rurales y sin tierra, mujeres rurales y otros – utilizan cada vez más la agroecología, como una herramienta de contestación, defensa, (re)configuración, y transformación en territorios campesinos, de los espacios rurales disputados, en un proceso que ha llegado a acuñar el término recampesinización. (Rosset, 2015, p. 9)

Há uma tendência de ver a agroecologia como ciência ocidental, o que de fato pode-se considerar de extrema importância por estar na fronteira de uma disputa paradigmática da ciência, mas a preocupação da Via Campesina e da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) é compreender, no contexto da disputa e reconfiguração dos territórios camponeses, a possibilidade de produção de alimentos localmente.

Mientras que muchos vean a la agroecología como una ciencia occidental, LVC y CLOC mas bien plantean la agroecología en el contexto de estas disputas territoriales, de la (re)construcción de "territorios campesinos," y de la producción de alimentos para sus familias y comunidades (soberanía alimentaria). (Rosset, 2015, p. 9)

Giraldo e Rosset (2016) no artigo "La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales", compreendem a agroecologia a partir da conflitualidade entre os interesses agroindustriais e os movimentos socioterritoriais. Os

autores apontam a necessidade de se avançar no debate, de forma que a agroecologia não seja cooptada e utilizada como ferramenta exclusivamente institucional. Manifestam preocupação com a maneira como a agroecologia é debatida na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), destacando a tendência geral de excluir seu conteúdo político.

Se trata, sin duda, de un hecho sin precedentes, que puso a la agroecología en una disyuntiva: ceder ante la cooptación y captura, o aprovechar la apertura de las oportunidades políticas para avanzar en la transformación del modelo agroextractivista hegemónico. Aunque las instituciones no son monolíticas, y existen debates internos, el panorama podría verse como una lucha que tiene como protagonistas a dos bandos. El primero, conformado por las instituciones oficiales de los gobiernos, agencias internacionales y empresarios privados, y el otro, el de los distintos movimientos sociales defienden la agroecología como la única opción viable para transformar radicalmente el sistema agroalimentario imperante. (Giraldo e Rosset, 2016, p.15)

Para os autores, o capitalismo se desenvolve de maneira desigual e contraditória, e na sua fase neoliberal necessita de novos lugares para aumentar sua produção e reprodução, sendo a natureza vista como uma nova fronteira de acumulação (Katz, 1998). Nesse sentido, quando há instituições monolíticas que diferem dos interesses dos movimentos socioterritoriais, preocupa-se com a possibilidade de criar uma ideia de agroecologia, que poderia provocar a mercantilização das sementes, da agrobiodiversidade e até mesmo da natureza, contradizendo sua própria origem camponesa ancorada na Soberania Alimentar.

Lo que ahora empieza hacerse evidente, es que el capital también busca mercantilizar las semillas y la agrobiodiversidad; despojar los saberes agroecológicos de los campesinos y comunidades indígenas; insertar mayor diversidad agrícola a los mercados de alimentos, la industria cosmética, y farmacológica; incrementar los beneficios derivados de los bonos de carbono y la conservación neoliberal mediante arreglos agroforestales; y lucrar por la ampliación de los mercados de productos orgánicos industriales, que pronto serán renombrados como agroecológicos en las grandes superficies. (Giraldo e Rosset, 2016, p. 20)

Se a agroecologia reúne um conjunto de práticas, constituída por diversos povos ao longo do tempo, por milhares de anos e em escala global, é justamente por todas essas características que, diante da crise, o capitalismo procura novas fronteiras de acumulação e encontra essas possibilidades de acumulação global nas práticas não-capitalistas de produção, que o capital se apropria eventualmente:

Si la agroecología agrupa el conjunto de prácticas construidas por los pueblos en sus procesos milenarios de transformación ecosistémica, la crisis del

capitalismo a escala global, es la ocasión precisa para insertar todas aquellas prácticas a los circuitos globales de acumulación de capital. (Giraldo e Rosset, 2016, p. 20)

Dessa forma, a agroecologia proposta pelos movimentos camponeses, quilombolas e indígenas, enquanto forma contra-hegemônica e antissistêmica, só se justifica nesse território, resistindo à cooptação pelo sistema global de acumulação do capital e buscando a superação do capitalismo.

No hay mejor forma para aplacar las demandas, y la defensa que hacen los movimientos sociales de la agroecología como una de las alternativas para superar el capitalismo hegemónico, que capturarla, coaptarla, y vaciarla de todo contenido antisistema. Para ello se requiere, insistimos, no marginar, sino mantener la agroecología en ciertas coordenadas de control, haciendo a los campesinos, pastoralistas, agricultores familiares, y pescadores funcionales a la acumulación, articulándolos con las economías empresariales. Finalmente, estas poblaciones cultivan, pastorean, y pescan, en áreas que no son de interés directo para el agronegocio, por lo menos no a la manera clásica del despojo usurpador. Y en tal sentido es más práctico desterritorializarlos sin desplazarlos de sus tierras, de modo que sean útiles para la obtención de rentas extraordinarias. (Giraldo e Rosset, 2016, p. 21)

Os autores completam que diante da impossibilidade de transformar todas as terras em produção de monocultivos capitalista, faz-se necessário um discurso do capitalismo verde para se apropriar da produção de alimentos dos camponeses.

Parece que el capitalismo verde ha descubierto la agroecología para legitimar una geopolítica agrícola dual, en la que por un lado se busca crear una agroindustria reestructurada con un renovado discurso de sustentabilidad e inversión responsable, mientras que por el otro, una agricultura campesina de base agroecológica ligada a la economía empresarial mediante acuerdos de asociación con empresarios agroindustriales, agricultura por contrato y otras formas de articulación a las cadenas comerciales. (Giraldo e Rosset, 2016, p. 28)

Outro elemento fundamental apontado por Machado *et al.* (2022) quando analisa as ações coletivas de solidariedade durante a pandemia demonstra a capacidade dos movimentos socioterritoriais produzirem alimentos agroecológicos em quantidade e qualidade, garantindo segurança alimentar para muitas pessoas durante a crise imposta pela pandemia, como demonstra os autores: “As ações de solidariedade do MST e de outros movimentos socioterritoriais são reveladoras da capacidade da agricultura camponesa de produzir alimentos em quantidade e qualidade que garantam a segurança alimentar e nutricional da população” (Machado *et al.*, 2022, p. 174).

Diante da crise socioambiental e agroambiental do sistema capitalista, no Brasil marcado pela revolução verde que tem como origem a ruptura metabólica, o desafio se

coloca como evidente. Na lógica de produção de bens, a agroecologia aparece como caminho possível e viável na agricultura atualmente.

Há, portanto, nesta conceituação um desafio colossal, pois colocar em movimento este tripé (ecológico/econômico/social) significa questionar a “ruptura metabólica” que está no âmago da crise agro-ambiental vivida, uma vez que essa ruptura é resultado de modelo de produção orientando para valores de troca e busca incessante de lucro. (Almeida, 2023, p. 199)

Guzman (2001) aponta para necessidade de repensar as relações éticas, ecológicas e socioculturais, entendendo a disputa em torno do conceito de desenvolvimento, tecendo críticas à definição de progresso e apresentando os impactos desta noção nas zonas rurais. O impacto da modernização na agricultura restabelece outras formas de relação entre o homem, a mulher e a natureza, distanciando do conhecimento local.

O pensamento científico convencional, através do conceito de desenvolvimento, definiu como o “progresso” para as zonas rurais a sua homogeneização sociocultural e, com isso, levou à erosão do conhecimento local, que foi desenvolvido e apropriado mediante a interação entre os homens e a natureza, em cada específico ecossistema. Esta erosão aconteceu através de um processo de imposição paulatina das pautas de relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas vinculadas à “modernização”, definida e entendida como tala partir da identidade sociocultural ocidental. (Guzman, 2001, p. 35)

O autor compreende também como a modernização criou uma subordinação formal e real das comunidades camponesas, buscando homogeneização e subjugando o valor de uso ao valor de troca nas comunidades rurais.

Diante desta imposição e invasão cultural, as culturas locais reagiram de diferentes maneiras, ainda que, em geral, a estrutura de poder estabelecida neste processo e guiada pela lógica do lucro e do mercado tenha causado a submissão (primeiro formalmente e, mais tarde, em muitos casos, de forma real) dos elementos especificamente locais relacionados aos recursos naturais de cada etnoecossistema, a esta outra lógica. Assim, o modo industrial de uso dos recursos naturais foi substituindo as formas de manejo (camponesas) tradicionais, vinculadas às culturas locais, de maneira que o contexto social, tecnológico e administrativo, como nova forma de gestão, atuou como mecanismo homogeneizador que implementou, de forma paulatina, um modo de vida “moderno”, hostil e dissolvente das formas de relação comunitária existentes nas comunidades rurais, onde os valores de uso sempre prevaleciam sobre os valores de troca. (Guzman, 2001, p. 35)

A agroecologia, nesse sentido, se apresenta como um método de desenvolvimento cuja principal potencialidade está na localidade. Para o autor, a saída mais significativa é a coletiva, partindo dos territórios, e não uma solução alheia às comunidades tradicionais. Os territórios camponeses, indígenas e quilombolas têm condições de propor alternativas ao desenvolvimento homogêneo do capitalismo.

A Agroecologia, que propõe o desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais, necessita utilizar, na maior medida possível, os elementos de resistência específicos de cada identidade local. Em nossa opinião, a maneira mais eficaz para realizar esta tarefa consiste em potencializar as formas de ação social coletiva, pois estas possuem um potencial endógeno transformador. Portanto, não se trata de levar soluções prontas para a comunidade, mas de detectar aquelas que existem localmente e "acompanhar" e animar os processos de transformação existentes em uma dinâmica participativa. Este é o núcleo central de nossa proposição teórica e metodológica. (Guzman, 2001, p. 35)

Guzman apresenta ainda as contradições presentes nas comunidades, fugindo de uma visão romântica, o autor salienta que devido à heterogeneidade dos territórios, há sujeitos que de maneira acrítica aderem a elementos da modernidade. Nesse sentido, aponta para a erosão, em suas palavras, ecológica e cultural, conforme o trecho a seguir.

É por isto que os processos de modernização, como forma de agressão, que impõem uma homogeneidade sociocultural são rechaçados por aqueles grupos e indivíduos que mantêm uma lógica de funcionamento de natureza endógena. Em todo caso, as forças sociais existentes na localidade são heterogêneas, razão pela qual determinados “estilos de manejo dos recursos naturais” incorporam, acriticamente, os elementos modernizantes, vendo-se sujeitos às suas formas de erosão ecológica e cultural. Portanto, para entender cabalmente “o endógeno”, é necessário compreender o que aqui denominamos “estilos de manejo dos recursos naturais”. (Guzman, 2001, p. 41)

Guzman (2001) ainda traz a agroecologia como promotora do desenvolvimento sustentável, por dar a localidade novamente à heterogeneidade ao meio agrário, em detrimento da homogeneidade da modernização.

Rosset e Torres (2013), à luz da disputa dos territórios materiais e imateriais, apresentam que os movimentos socioterritoriais adotam a agroecologia sob duas perspectivas: primeira, enquanto ciência; e segunda, e mais importante, em relação ao discurso e a prática. Nesse sentido, a práxis dos movimentos socioterritoriais precede a agroecologia, tendo em vista seu caráter milenar e ancestral, mas ao encontrar com as ideias da agroecologia coaduna com sua proposta, avançando na resistência ao sistema alimentar hegemônico.

Gurbur e Toná (2012) definem a agroecologia a partir dos movimentos socioterritoriais. As autoras reconhecem a origem do conceito entre os ecólogos, mas destacam a importância dos camponeses, quilombolas e indígenas, bem como das ciências, como geografia, sociologia, antropologia e outras áreas do conhecimento, no estudo dos sistemas tradicionais de produção e desenvolvimento agrário. Essas abordagens permitiram uma compreensão mais ampla do conceito. A agroecologia, a

partir dessas áreas do conhecimento, se afirma como ciência e práxis, legitimando as práticas agroecológicas dentro dos agroecossistemas criados por gerações de populações do campo.

Essa abordagem, portanto, reconhece que as populações do campo são portadoras de um saber legítimo, construído por meio de processos de tentativa e erro, de seleção e aprendizagem cultural, que lhes permitiram captar o potencial dos agroecossistemas com os quais convivem há gerações. Basta lembrar que a esmagadora maioria das espécies agrícolas e dos animais domésticos atualmente existentes é obra do trabalho coletivo e milenar dos povos camponeses, e não de institutos de pesquisa, universidades ou empresas. (Gubur e Toná, 2012, p. 64)

As autoras evidenciam que deve-se entender a agroecologia como saberes dos povos do campo e da floresta, que não tem uma finalidade puramente tecnicista, mas faz parte do seu modo de vida. Nesse sentido, traz os saberes tradicionais à luz do pensamento sobre a agroecologia.

Evidentemente, não se trata de descartar a ciência e a tecnologia, mas da necessidade de um diálogo de saberes que reconheça nos povos do campo e da floresta sujeitos privilegiados da agroecologia, um diálogo não exclusivamente técnico, nem com finalidade econômica e ecológica apenas, mas também de ordem ética e cultural, e que se materialize, inclusive, em ações sociais coletivas. Esse diálogo traz profundas implicações. (Gubur e Toná, 2012, p. 64)

Concordando com Sobreiro Filho, Costa e Silva (2020), o território camponês é lócus privilegiado das práticas que tem a agroecologia como centralidade, pois é a própria expressão do território camponês que busca uma saída da crise climáticas.

Em virtude disso, entendemos que além de disputar os espaços e ser uma ação coletiva de política contenciosa, a agroecologia tem se tornado uma expressão do território camponês e que necessita dele para ser praticada, com o fito de promover oportunidades e possibilidades de produção, consumo, qualidade de vida e desenvolvimento de técnicas voltadas para tratar as crises socioambientais com um viés popular. (Sobreiro Filho, Costa e Silva, 2020, p. 46)

Concorda-se com Leal (2023) quando, à luz das estratégias dos camponeses, o autor entende que a agroecologia é uma aposta política que orienta a prática e permite a produção e reprodução deles.

A agroecologia tem sido uma importante estratégia no que estamos identificando enquanto resistência cotidiana. Os camponeses assentados estão apostando na agroecologia enquanto uma forma de produção e reprodução diante das condições de existência. Sendo que as práticas de produção acontecem cotidianamente com os recursos disponíveis no lote e alcance dos mesmos. (Leal, 2023, p. 98)

É a partir desses territórios que os movimentos socioterritoriais vão criando suas próprias concepções, produzindo conhecimento e trazendo a produção da sua percepção de agroecologia e como ela se constrói dentro e desde os próprios sujeitos e sujeitas da luta no campo e na cidade.

2.2.2 – Agroecologia dos movimentos socioterritoriais

Os movimentos socioterritoriais têm um papel central na luta em defesa da agroecologia. Neste item será apresentada a perspectiva desses territórios da agroecologia e como eles criam suas próprias concepções, articuladas com outras lutas, acrescentando a perspectiva interseccional da luta no campo.

Para definir as diversas compreensões da agroecologia, abordaremos, primeiramente, a visão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o maior movimento camponês do Brasil, que tem como eixo central o debate sobre a Reforma Agrária Popular e a agroecologia. Em seguida, analisaremos a Carta do Congresso Brasileiro de Agroecologia, dada a sua relevância na participação de movimentos socioterritoriais em sua construção.

Programa de Reforma Agrária Popular

A compreensão da agroecologia defendida pelo MST passou por analisar seus documentos, que refletem sua práxis, como a preparação do 7º Congresso do MST⁴ e a comemoração dos 40 anos do movimento. O programa agrário intitulado “Programa de Reforma Agrária Popular” fornecerá elementos centrais sobre como o movimento socioterritorial compreende a agroecologia, tendo como pressuposto fundamental para sua concretização a realização da reforma agrária. O objetivo desse programa era garantir que cada militante, família e dirigente se apropriasse dos conteúdos, sobretudo para assegurar sua participação no Congresso do movimento, que definirá os rumos da organização nos próximos anos.

⁴ Cabe ressaltar que o 7º Congresso que seria realizado em 2024, foi adiado para 2025 devido à tragédia que enfrentava o Rio Grande do Sul com as enchentes. Os militantes do MST resolveram concentrar energias na solidariedade ao povo gaúcho.

O documento articula as principais pautas do movimento, destacando que a Reforma Agrária ainda não ocupa uma posição central no debate e apontando para um modelo de agricultura baseado na produção de alimentos saudáveis, na defesa da natureza e no estabelecimento de relações sociais mais justas. O último programa agrário foi elaborado em 2014 e analisado por Almeida (2019) em sua dissertação de mestrado. Na tese, apresentaremos os avanços, diferenças e continuidades dos conteúdos desse documento em relação ao novo programa de 2024, com ênfase naqueles que se articulam com o caminho da agroecologia.

A organização do texto do Programa está dividida em 4 capítulos, sendo: i) Paradigmas da Reforma Agrária Popular; ii) Os Pilares da Reforma Agrária Popular; iii) O programa Reforma Agrária Popular; e iv) Ações concretas. Ao organizar o documento dessa forma, o MST demonstra a centralidade da teoria desenvolvida pelos movimentos socioterritoriais e como se dará a práxis do movimento, destacando que a teoria e prática caminham juntas. A construção parte da necessidade de um novo modelo de produção para o campo brasileiro, articulando campo e cidade, e indicando quais são as etapas para isso. Pode-se observar a partir do documento, a necessidade de extrapolar o debate da reforma agrária para além dos territórios do campesinato, os assentamentos.

O programa do MST, ao defender a Reforma Agrária Popular, propõe a superação do debate em torno da reforma agrária burguesa, entendida na tese em Oliveira (2011) como a contrarreforma agrária. Como contraponto a esse modelo, que não representa um verdadeiro projeto de reforma agrária, surge a ideia da Reforma Agrária Popular, protagonizada por camponesas e camponeses na busca pela superação do modelo do agronegócio.

Centrada no binômio da democratização das terras e num modelo de desenvolvimento da agricultura que priorize a produção de alimentos saudáveis e a preservação ambiental, a Reforma Agrária Popular se propõe: a) enfrentar e superar as mazelas criadas pelo capitalismo que penalizam o povo brasileiro; b) obter melhores condições de vida para os camponeses; c) promover um desenvolvimento econômico sustentável; d) aperfeiçoar e fortalecer os mecanismos de democracia e participação popular no destino do país; e) contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento do país, centrado na Justiça Social e Soberania Nacional. (MST, 2024, p. 8)

A centralidade da construção de um projeto de desenvolvimento que tem a justiça social e a soberania como fundamentais, marcado pela democratização das terras e de um modelo de desenvolvimento da agricultura que priorize a produção de alimentos saudáveis e a preservação, traz para o centro o debate de agroecologia.

Um elemento que alicerça o pensamento do MST diz respeito à terra, que, para os capitalistas, é vista como uma mercadoria. Para os camponeses, no entanto, a terra é um bem comum e um direito de todos. Parte-se do princípio de que a natureza é portadora de direitos, negando a imposição do mercado e do capitalismo. Observa-se que essa concepção de terra e natureza está alinhada com um movimento contra-hegemônico, que rejeita a ruptura sociometabólica e busca ressignificar a conexão entre ser humano, agricultura e natureza, valorizando os saberes tradicionais.

Outro elemento fundamental é a emancipação humana, partindo da compreensão de que o modelo de desenvolvimento capitalista falhou em seu propósito civilizatório. A Reforma Agrária Popular, nesse sentido, apresenta condições concretas para o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos e para seu contínuo processo de humanização.

Ao abordar o papel do Estado, o MST defende a necessidade de um Estado que atenda às demandas do povo brasileiro e que possua autonomia em relação aos mercados. O movimento enfatiza a importância de ampliar a participação popular em decisões essenciais, como políticas de investimento, compreendendo que isso só será possível sob um governo comprometido com um projeto popular. Nesse contexto, a negação ao Estado neoliberal se torna uma posição fundamental.

No entendimento posto no programa, as organizações populares devem assumir um papel fundamental na transformação da sociedade, pois cabe a elas fazer a defesa da reforma agrária popular e garantir a soberania nacional, além de aprofundar a participação democrática. Pode-se observar que há um novo momento da articulação do MST, que é a aproximação com as classes, não camponesa. Isso já estava evidente no programa agrário de 2013 para o V Congresso do MST, mas fica ainda mais evidente no programa agrário de 2024, que prepara para participação do VI Congresso do MST.

Quando analisamos o segundo capítulo do documento “Os pilares de uma Reforma Agrária Popular” temos a apresentação dos 10 pilares da reforma agrária popular: 1 - A distribuição da terra; 2 - A defesa da natureza; 3 - Produção de alimentos saudáveis; 4 - Plantio permanente de árvores; 5 - Escola e cultura; 6 - Energia sustentável a serviço do povo; 7 - A Cooperação no trabalho e nas agroindústrias; 8 - A emancipação humana: superar todas as formas de exploração, opressão e discriminações; 9 - A Reforma Agrária Popular será construída por toda classe trabalhadora; e 10 - Uma vida baseada na solidariedade. Sendo que a agroecologia terá centralidade na maioria destes, sendo retomada, apresentando as concepções da agroecologia para o MST.

Se no primeiro capítulo foram apresentadas as concepções, neste, os pilares ampliarão o debate, trazendo o que irá garantir que o programa agrário do MST tenha bases para ser defendido pela sociedade e implementado. Pretende-se debater as principais concepções desse capítulo, evidenciando aquelas que têm a agroecologia como pauta explícita no corpo do texto.

O primeiro pilar diz respeito à distribuição da terra, o movimento entende que na terra deve viver quem nela trabalha e os assentamentos devem ser livres de exploração, onde os camponeses tenham uma vida boa e saudável. Observa-se que a territorialização do camponês é *a priori* da agroecologia, pois, os camponeses carregam com si elementos ancestrais da preservação da natureza e da agrofloresta. O segundo, terceiro e quarto pilares da reforma agrária popular tem a agroecologia no cerne de suas definições, sendo, respectivamente, a defesa da natureza, produzir alimentos saudáveis e plantio permanente de árvores.

A defesa da natureza é central na ordem moral camponesa e entra como pilar fundamental frente o avanço do capital sobre a natureza, a ruptura sociometabólica, cria condições insustentáveis e o MST assume compromisso de cuidar da biodiversidade e das águas. Produzir alimentos saudáveis traz a centralidade para o caminho da agroecologia, pois se apresenta como única saída para essa produção, que tem nas tecnologias socioterritoriais, como a produção de sementes e fertilizantes orgânicos, o caminho de resistência da comunidade para produzir alimentos para seus territórios e para quem mora na cidade. O plantio permanente de árvores, ou seja, plantar floresta, é outro compromisso articulado com uma perspectiva da agroecologia, permitindo a produção de alimentos consorciada com as árvores, conservação e regeneração da natureza, nos seus mais diversos elementos: água, solo, sementes e a biodiversidade na totalidade. Diferencia da produção capitalista e convencional, que muitas vezes compreende as diversas espécies de árvores como obstáculo.

O quinto pilar, Escola e Cultura, se apresenta como um importante articulador da luta, defendendo a educação do campo e a cultura, elementos centrais, pois há diferenças fundamentais em relação à educação oferecida nas áreas urbanas. Observa-se a seguir que o sexto e o sétimo pilares podem ser entendidos a partir do desenvolvimento de tecnologias socioterritoriais, conforme Sansolo *et al.* (2021), pois emergem da necessidade dos territórios em buscar soluções para enfrentar as tecnologias do capitalismo, as quais são inevitavelmente produzidas para a lucratividade e para atender as necessidades do próprio sistema capitalista.

O sexto pilar, Energia sustentável a serviço do povo, propõe a produção de energia autônoma, permitindo que os territórios da reforma agrária consigam produzir sem se submeter à lógica de mercantilização das fontes de energia e sem gerar desequilíbrios na natureza. Na leitura do MST, a produção de energia pode ser realizada na escala comunitária, com a energia solar como exemplo.

O sétimo pilar, Cooperação no trabalho e nas agroindústrias, surge como resposta à necessidade de gerar renda dentro dos assentamentos da reforma agrária, especialmente para jovens e mulheres que muitas vezes não têm acesso às políticas públicas, possibilitando também maior controle sobre a comercialização de alimentos e insumos.

O oitavo pilar apresenta o que é central na luta pela Reforma Agrária Popular e pela agroecologia: A emancipação humana: superar todas as formas de exploração, opressão e discriminação. Refere-se ao debate em torno das lutas contra as diversas opressões — classe, raça e gênero — que têm ganhado centralidade nos debates, pois se compreende que a conquista do assentamento é o ponto de chegada da luta pela permanência da terra dos camponeses (Feliciano, 2006).

O papel das demais classes do capitalismo é abordado no nono pilar, A Reforma Agrária Popular será construída por todos. O MST entende que a luta pela reforma agrária não deve ser responsabilidade exclusiva do campesinato nos assentamentos, mas também dos trabalhadores urbanos, pois estes têm um papel fundamental no processo de luta em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária.

O décimo pilar, e último, reflete o princípio de solidariedade do movimento. Uma vida baseada na solidariedade pode ser observada, especialmente durante a pandemia, quando, diante da ausência de políticas públicas do governo federal de Jair Messias Bolsonaro, os movimentos socioterritoriais foram às ruas para garantir alimentação para aqueles que mais precisavam.

Neste momento, iremos trazer o Programa de Reforma Agrária Popular, pontuando sobretudo o debate sobre agroecologia. Cabe ressaltar que, a palavra agroecologia aparece duas vezes no Programa agrário de 2013, e no programa agrário de 2024 aparece 11 vezes. Observamos para além dos avanços quantitativos, os qualitativos, pois a agroecologia passa a fazer parte das estratégias dos camponeses organizados pelo MST, ganhando destaque. Em 2013 a agroecologia aparece no ponto 6 “Reivindicar do Estado atuação para ampliar o maior número possível de cursos técnicos e superiores de agroecologia em todas as regiões do país” (MST, 2013 p. 45) e no ponto 7 “Implementar programas de formação e projetos de experimentação/pesquisa em agroecologia,

vinculados a escolas de educação básica, a cursos de educação profissional e superior e a centros de formação existentes nos assentamentos”. Cabe ressaltar que, em ambos os casos, a agroecologia era pontuada restritamente a processo formativo, vinculada à educação do campo e à política agrícola, diferentemente do que será apresentado no Quadro 3 que tem como intuito trazer a sistematização dos tópicos da Reforma agrária popular de 2013 e 2014.

O Quadro 3 traz a síntese dos pontos, demonstrando pelos tópicos, algumas mudanças. O controle de sementes e mudas ganha um ponto já no começo do documento. Os títulos ficaram mais complexos em relação ao documento de 2013, a agroecologia aparece de maneira transversal e ganha destaque no documento. No tópico dez, "Saúde, bem-estar e qualidade de vida", passa a ser um elemento dentro do debate do Programa Agrário.

Quadro 3: Quadro comparativo da Reforma agrária popular de 2013 e 2024

Proposta de um programa de Reforma Agrária popular - 2013	Programa de Reforma Agrária popular - 2024
1. A democratização da terra	1. Distribuir a terra a todos que querem trabalhar e viver no campo
	2. As sementes e mudas são a base de toda agricultura
2. Água: um bem da natureza em benefício da humanidade	3. Água: um alimento da natureza em benefício de todas as pessoas
3. A organização da produção agrícola	4. A organização da produção de alimentos
4. Uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura	5. Energia: desenvolver novas fontes sustentáveis sob controle do povo
5. A industrialização	6. Agroecologia: um jeito de produzir na agricultura brasileira
6. Política agrícola	7. A política agrícola: o estado a serviço das necessidades do povo
7. A educação do campo	8. Educação do Campo
8. O desenvolvimento da infraestrutura social nas comunidades rurais e	9. O assentamento e as comunidades rurais devem ser um lugar bom de viver, com vida

camponesas	digna e saudável
9. Mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa	10. Saúde, bem-estar e qualidade de vida

Org.: o próprio autor.

A análise realizada aborda os tópicos que têm centralidade no debate da agroecologia e nos permitirá refletir sobre a compreensão da agroecologia como caminho para o MST, assim como sua crescente centralidade nos debates dentro dos documentos produzidos pelo movimento, para, posteriormente, apresentar como ela está presente nos territórios. Para tanto, os pontos que mais contribuíram para entender a agroecologia praticada e pensada no MST foram: as sementes e mudas como a base de toda a agricultura; a organização da produção de alimentos; a agroecologia como um jeito de produzir na agricultura brasileira; a política agrícola como o Estado a serviço das necessidades do povo; e a educação do campo.

Como elemento fundamental do segundo ponto, a defesa das sementes e mudas articula-se principalmente com os aspectos da soberania alimentar, entendendo as sementes como patrimônio dos povos e a necessidade de multiplicá-las e socializá-las, em oposição à lógica imposta pelos pacotes tecnológicos do capitalismo, que incluem transgênicos e agrotóxicos.

Na organização da produção de alimentos saudáveis, a agroecologia é apresentada, já no primeiro parágrafo, como modelo de produção que garante a diversificação produtiva, consequentemente livre de agrotóxicos e transgênicos. Além desses aspectos, há a reivindicação para garantir às famílias a realização da transição agroecológica e o incentivo a cursos técnicos de agroecologia, demonstrando preocupação tanto com a produção em si quanto com a formação dos camponeses e a garantia de assistência para eles.

O sexto ponto da Reforma Agrária, com a agroecologia como caminho, intitulado "Agroecologia: um jeito de produzir na agricultura brasileira", apresenta a agroecologia como práxis, movimento e ciência, sendo um caminho essencial na disputa pelo modelo de desenvolvimento no Brasil.

O primeiro elemento abordado diz respeito à ciência, com o financiamento das pesquisas e aprendizados tecnológicos dentro da agroecologia, o fortalecimento da atuação das universidades e escolas de agroecologia e o incentivo à produção de

tecnologias socioterritoriais visando garantir o bem-estar dos camponeses e trabalhadores rurais. O fortalecimento da ciência comprometida com os movimentos socioterritoriais e com os territórios é uma diretriz presente no MST.

A preocupação com o meio ambiente envolve o compromisso de regenerar a natureza. O MST reconhece no reflorestamento com árvores nativas e frutíferas, bem como no manejo florestal nos assentamentos, uma solução alinhada à agroecologia, permitindo a coleta de frutas e sementes, além da implementação de quintais produtivos. Esse processo integra floresta e produção, o que chamamos de agrofloresta, atendendo à necessidade de incentivos que viabilizem essas práticas e contribuam para a recuperação de territórios historicamente degradados pelo agronegócio.

A reestruturação da pesquisa agropecuária, das empresas públicas e da assistência técnica são outros elementos considerados essenciais para difundir a agroecologia nos territórios e democratizar os saberes científicos e tradicionais, respeitando as particularidades de cada bioma em equilíbrio com a natureza. Ainda no ponto da agroecologia, o movimento apresenta o que deve ser combatido no modelo capitalista, dentre estes, a propriedade privada intelectual e das patentes de sementes, animais e recursos naturais. De fato, o controle sobre as sementes tem sido a lógica mais geral da produção no capitalismo, criando empresas que têm lucros astronômicos no controle das patentes, sobretudo no Sul Global. Combater a produção e a comercialização de agrotóxicos e sementes transgênicas que estão presentes na lógica mais geral de produção da agricultura, além de combater desmatamentos e queimadas presentes em todos os biomas, é pontuado como central na luta do MST.

No programa agrário, reivindica-se para a agricultura camponesa e agroecológica na produção de alimentos saudáveis todos os benefícios que historicamente foram concedidos pelo Estado aos latifundiários na aliança terra-capital. Esses benefícios incluem a compra antecipada de produção, crédito rural justo, seguros, assistência tecnológica e armazenagem, possibilitando condições dignas para famílias camponesas, sobretudo mulheres e jovens, que na maioria das vezes são inviabilizadas pelos instrumentos de política agrícola.

Dentro do último ponto, a Educação do campo, a agroecologia aparece como modelo educacional de defesa das suas práticas dentro das escolas considerando a realidade inserida em sua diversidade, tanto culturais quando biofísicas como os biomas. Destaca-se neste momento o debate de gênero e sexualidade.

Carta do 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia

Para avançar além da concepção do MST, faz-se a análise de outro documento: a carta elaborada pelo 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) em 2023. Produzida a partir da defesa da agroecologia, essa carta trouxe outras perspectivas de escalaridade e potencialidade, pois apresenta um debate que se alinha ao do MST, incorporando novos elementos provenientes de outros movimentos socioterritoriais e socioespaciais.

A carta elaborada no Congresso Brasileiro de Agroecologia é fundamental, por ter sido construída em um evento que reuniu mais de 5 mil participantes engajados na causa da agroecologia. Com ampla representatividade nacional, o congresso incluiu pesquisadores, educadores, gestores de políticas públicas, estudantes, camponeses, povos da floresta e representantes de comunidades tradicionais — crianças, jovens e adultos — de todos os 26 estados do país e o Distrito Federal. Além disso, contou com participantes de outros 20 países das Américas, África e Europa, evidenciando a força do debate em torno da agroecologia no Brasil.

Ao mostrar uma ciência engajada e militante, as preocupações presentes na carta apontam a tônica da práxis da agroecologia desde os movimentos, dentre elas está o fato de vivermos em um país desigual com enfrentamento à fome, com questões ambientais como a crise climática, mas também com questões que atravessam todas essas pautas, como o racismo e as desigualdades de gênero. A escalaridade das inquietações na carta demonstra um movimento agroecológico que avança para além de questões estritamente ecológicas, ampliando qualitativamente nas análises e em escala.

A centralidade na mudança dos sistemas agroalimentares fez-se presente na carta como objetivo da agroecologia, entendendo como as estruturas alimentares postas pela hegemonia servem como manutenção de uma sociedade injusta, reforçando a herança do colonialismo. Percebe-se a questão agrária como central no debate quando apontam a necessidade de uma democratização de terras e riquezas.

Apoiar as lutas sociais pela transformação dos sistemas agroalimentares em nosso país é o objetivo da agroecologia. Denunciamos como as estruturas de poder orientadas a produção de commodities é a principal responsável pela manutenção da sociedade injusta e brutal que herdamos de nosso passado colonial. Seguimos assistindo na segunda década do século XXI m expulsão dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e comunidades camponesas para a expansão das monoculturas voltadas m exportação. O poder das elites predatórias se aprofunda junto com a concentração de terras e das riquezas. “Agroecologia na boca do povo” é um chamado coletivo à urgência

da democratização dos sistemas agroalimentares. É também a defesa do direito humano m alimentação saudável e adequada. Alimento não é mercadoria, é direito. (Carta Carioca - Agroecologia na Boca do Povo, 2023)

Na carta, a produção de trabalho acadêmico em torno da agroecologia foi considerada, em termos qualitativo e quantitativo, muito relevante. O evento teve 2.738 trabalhos apresentados em 16 eixos temáticos, expressão de uma ciência militante que dialoga com saberes populares.

A preocupação com a educação ocupa um lugar significativo no CBA, sobretudo por ser uma preocupação dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais que tem a agroecologia como caminho. As reivindicações sistematizadas pelo congresso apontam saídas nos mais diversos níveis de ensino da educação em agroecologia.

É imprescindível que seja construído no Brasil um amplo programa voltado para a educação em agroecologia em todos os níveis, desde a educação básica, passando pela formação técnica, o ensino superior e a pós-graduação, trazendo a agroecologia de forma transversal nos currículos, formando professores, apoiando a infra-estrutura das escolas, realizando e reforçando a assistência estudantil, fortalecendo o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária e as Escolas Familiares Rurais ou Escola Família Agrícola. Denunciamos o fechamento das escolas do campo que afastam as crianças de suas realidades, sendo mais um propulsor para o esvaziamento do campo. (Carta Carioca - Agroecologia na Boca do Povo, 2023)

A compreensão das crianças enquanto sujeitos políticos fez-se presente no congresso, entendendo estas como as principais vítimas do modelo de desenvolvimento atual, sobretudo em territórios de vulnerabilidades, enfatizando a necessidade de pensar políticas alimentares para as diversas realidades das crianças do campo, da cidade, das florestas e das águas. A carta também contém as reivindicações realizadas pelas crianças no que diz respeito ao brincar.

No congresso, observamos um debate intenso sobre temas de gênero e sexualidade na agroecologia, tendo como um dos lemas “Se há violência contra pessoas LGBTQIAPN+ não há Agroecologia!”, entendendo o corpo enquanto território e a necessidade de que estes sejam livres. O tema esteve presente tanto nas mesas, quanto nos eixos de apresentação de trabalho, apontando para a necessidade de reconhecimento da pluralidade de pessoas, principalmente os corpos dissidentes.

O debate das mulheres de diferentes territórios conforme lista a carta: “ribeirinhas, pescadoras, indígenas, quilombolas, artesãs, camponesas, lideranças, cientistas, habitantes das águas, do campo e das florestas”, tem como centralidade a defesa da igualdade de gênero e o direito de viver e permanecer nos seus territórios, entendendo

novamente a necessidade de não violação dos seus corpos-territórios. As mulheres denunciam igualmente o machismo e os megaprojetos do agro-hidro-minero-negócios, pois ambos incidem sobre seus corpos.

Para além da denúncia, as mulheres apresentaram o anúncio, o protagonismo na defesa de direitos, a importância delas na produção científica do conhecimento agroecológico e a valorização das subjetividades. O caráter interseccional da luta das mulheres teve destaque na carta, compreendendo haver um atravessamento nas subjetividades: raça, classe, gênero, etnia, geração e nacionalidade, marcadores fundamentais para pensar nos feminismos e que destacam a necessidade de criar articulação das mulheres dentro da agroecologia, para além daquelas já existentes.

O debate sobre sexualidade e gênero demonstra o salto qualitativo dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais em torno da agroecologia, pois oferece a noção da agroecologia para além de aspectos ligados aos agroecossistemas, ampliando a necessidade de refletir sobre questões estruturantes na sociedade e pouco contempladas pela abordagem tradicional da ciência.

Outro debate essencial e estruturante no congresso é o racial, presente em todos os espaços, sob o lema “onde há racismo, não há agroecologia”. Pode-se compreender que o racismo estrutural permeia diversos temas da agroecologia, incluindo a desigualdade de acesso à terra e ao território, e o caráter do Estado brasileiro que, diante de uma contrarreforma agrária, inviabiliza o acesso aos direitos da população negra e indígena, além de negar o acesso a alimentos saudáveis para essa população. A fome nos debates sobre os sistemas agroalimentares é apontada como um projeto colonialista e racista.

A máxima de que “onde há racismo não tem agroecologia”, ecoou e foi reforçada em todos os espaços do CBA, mediante denúncias das várias facetas do racismo estrutural reproduzidos nas questões relacionadas ao acesso à terra e território, e no racismo institucional no Estado brasileiro, que invisibiliza e naturaliza o não acesso a direitos da população negra e indígena, entre eles o direito humano à alimentação adequada e saudável. Os debates sobre racismo nos sistemas agroalimentares levantaram a urgência da releitura da fome como uma imposição de um projeto colonialista e racista e não como uma herança ou marcador social da população negra no país. Que possamos romper as limitações da construção de políticas públicas em direção a um maior comprometimento com a redução das desigualdades sociais e enfrentamento ao racismo, promovendo assim mudanças concretas e estruturais. É importante que estas políticas sejam construídas com a participação dos povos - nada de nós sem nós! (Carta Carioca - Agroecologia na Boca do Povo, 2023)

O tema que ganha forma pode ser observado desde a crise climática e da ruptura sociometabólica do capitalismo, que teve muita aderência no congresso: o racismo

ambiental, vivenciado por povos dos campos, das cidades, das florestas e das águas em seus territórios. Pode-se afirmar que as condições climáticas extremas impactam de forma mais intensa as populações racializadas no Brasil, principalmente negros e indígenas.

Destaca-se como fundamental o reconhecimento dos povos quilombolas, de terreiros e indígenas nos manejos agroflorestais. Tendo em vista que, quando se fala de manejo agroflorestal, associa-se quase invariavelmente aos europeus ou à ciência ocidental, subjugando muitas vezes os conhecimentos historicamente construídos por esses povos no manejo de sementes, ervas e na produção de alimentos sem agrotóxicos. Faz-se necessário trazer o protagonismo aos povos que têm a práxis agroecológica na sua ancestralidade.

A condução dos debates no congresso abriu uma dimensão que, sendo o racismo estruturante nas sociedades, devemos pensar a agroecologia e a raça como conceitos indissociáveis, elementos que vêm ganhando centralidade na militância da agroecologia e precisa avançar ainda na produção da ciência.

Os debates sobre o campesinato tiveram lugar na carta sempre associados à soberania alimentar, compreendendo as diversas expressões do campesinato como produtora de comida de verdade, que utiliza um conjunto de estratégias como agrofloresta, plantio consorciado, hortas e quintais produtivos, organizados em unidades familiares e/ou formas coletivas. Fala-se também da necessidade da reforma agrária como condição primária da soberania alimentar, pois o pressuposto da produção de alimentos saudáveis está no acesso à terra pelos sujeitos da agroecologia. Destacam-se os protagonismos das experiências agroecológicas, as mulheres e as juventudes.

Os debates sobre Campesinato e Soberania Alimentar apontaram que as diferentes expressões dos campesinatos seguem produzindo comida de verdade. Diferentes estratégias são utilizadas para essa produção (agroflorestas, cultivos consorciados, hortas, quintais produtivos, etc), sejam elas organizadas em unidades familiares ou formas coletivas. Nessas diferentes estratégias, o acesso à terra e a políticas públicas multissetoriais, como a efetiva reforma agrária e a garantia dos direitos territoriais para os povos e comunidades tradicionais, são apontados como condição necessária para a Soberania Alimentar e a transformação dos sistemas alimentares segundo a perspectiva agroecológica. Como protagonistas dessas experiências apresentadas, destacam-se as mulheres e juventudes. O debate sobre o Campesinato e a Soberania Alimentar esteve diretamente vinculado nas culturas locais e ao debate sobre a saúde, como temáticas centrais para levar a agroecologia para boca do povo. (Carta Carioca - Agroecologia na Boca do Povo, 2023)

Foram apresentados os limites do desenvolvimento da agroecologia no capitalismo, por entender que a reprodução ampliada do capital limita a reprodução

ampliada da vida, restringindo o acesso aos alimentos saudáveis à população, o que é acentuado pela ausência de políticas públicas.

Fez-se presente a autonomia na produção de tecnologias socioterritoriais, como bioinsumos, e o incentivo à produção de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e políticas que a estimulem para ir de encontro à *goumertização* e à elitização de alguns alimentos. Destacando também a importância das sementes e de suas guardiãs e guardiões, frente aos pacotes tecnológicos oferecidos pelo capital, de homogeneização de sementes que produz plantas inférteis.

O enfrentamento aos mercados das sementes transgênicas, muitas com características *terminator* capazes apenas de produzir plantas inférteis, tem sido feito por organizações comunitárias, que buscam, por vias de estratégias, fazer reservas seguras de sementes, garantindo biodiversidade nos biomas. Dentre as ferramentas utilizadas para viabilizar recursos para essas práticas está a defesa do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que defende o fomento de casas e bancos comunitários de sementes, desenvolvidos em diversos territórios de resistência.

A pauta de combate aos agrotóxicos e transgênicos está sendo articulada nos territórios de resistência, porém, apresenta-se bastante vulnerável, especialmente em áreas de conflito com o agronegócio. Isso ocorre devido à contaminação do solo, água e até mesmo das plantações, expondo os trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais à contaminações agudas e crônicas⁵ e resultando na diminuição da segurança alimentar e da soberania alimentar nos territórios afetados.

A promoção da saúde converge com a agroecologia, sendo um caminho para garantir a segurança alimentar e nutricional, possibilitando o desenvolvimento de medicinas tradicionais, promovendo saúde coletiva ao oferecer um meio ambiente melhor e alimentos saudáveis sem uso de agrotóxicos, e diminuindo os impactos na natureza.

O sistema alimentar camponês foi desenvolvido historicamente como condição de reprodução do seu modo de vida, mas tem na concepção da soberania alimentar e da agroecologia, estratégias fundamentais da reprodução do campesinato como classe, pois é no encontro dos movimentos socioterritoriais com esses conceitos, que observamos importantes avanços no desenvolvimento de lutas e resistências atualmente.

⁵ A intoxicação aguda ocorre devido à exposição breve a altas doses de uma substância, causando sintomas imediatos. Já a intoxicação crônica resulta de exposição prolongada a pequenas doses, manifestando-se lentamente e podendo afetar órgãos vitais.

Pode-se observar que os assentamentos da reforma agrária são territórios privilegiados, conquistados através da luta para que o sistema alimentar camponês se desenvolva e que colaboram com as ideias presentes na concepção dos movimentos. Quando avançamos para o movimento mais amplo da defesa da agroecologia, observamos que o debate caminha em direção a outros elementos que vão além da classe, mas que são interseccionalidades fundamentais, como raça e gênero, que se fazem presentes nesta tese.

Os assentamentos aqui estudados são lócus da agroecologia defendida pelos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Resultado da luta dos camponeses desterritorializados, encontraram na práxis da agroecologia a forma de resistir, frente as outras possibilidades do capitalismo.

Nesse contexto, esta tese dará continuidade ao desenvolvimento de uma análise crítica da agroecologia e ao sistema alimentar camponês, com foco na soberania alimentar, abordando a territorialização do campesinato e suas estratégias nos assentamentos de reforma agrária.

A photograph of a woman with dark hair tied back, wearing a brown jacket over a light blue shirt and blue pants. She is standing and gesturing with her hands while speaking to a group of people. To her left, a person with long dark hair and glasses is partially visible, wearing a white shirt. To her right, an older woman with short grey hair, wearing a green jacket, is seated and looking towards the speaker. The background is a wall made of vertical wooden planks. A white poster or notice is pinned to the wall behind the speaker. A white rectangular box containing text is overlaid on the upper part of the image.

**CAPÍTULO III - SISTEMA ALIMENTAR CAMPONÊS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA**

3.1 – Territorialização do campesinato nos assentamentos Ipanema e Bela Vista

Compreender a territorialização do campesinato nos assentamentos Ipanema e Bela Vista é de suma importância, considerando que os estudos sobre o tema são escassos e apresentam descontinuidade ao longo do tempo, o que evidencia a necessidade de novas pesquisas, especialmente no campo da geografia agrária. Apesar da escassez de trabalhos, há alguns estudos sobretudo nas ciências agrárias, mas também na geografia, que debatem temas essenciais no campo teórico como agroecologia, soberania alimentar e movimentos socioterritoriais: Fernandes (1994), Machado (1998), Castro (2006), Castro (2007), Lino (2014), Buquera (2015), Steyer (2019), Almeida (2019) e Abdalla (2023), nos quais refletem temáticas fundamentais à pesquisa. Tratam-se de trabalhos que possibilitaram uma revisão do tema.

Buscando compreender a territorialização dos camponeses nos assentamentos Bela Vista e Ipanema, Fernandes (1994), Machado (1998), Castro (2006), Castro (2007) Lino (2014) e Almeida (2019) tornam-se essenciais, pois relatam a territorialização do campesinato. Pode-se observar que ambos os assentamentos tiveram sua ocupação em antigos equipamentos públicos que perderam seus usos. A área ocupada pelo assentamento Ipanema, conhecido também como Fazenda Ipanema, era área de teste de aplicação de venenos e outros produtos da agricultura convencional e do agronegócio, pertencendo ao Ministério da Agricultura. O assentamento Bela Vista era um horto florestal utilizado pela ferrovia Sorocabana, através da empresa FEPASA, que declarou falência. Vale ressaltar que as referências teóricas do Assentamento Ipanema são mais consolidadas, sua ocupação foi noticiada nacionalmente, sobretudo pela proximidade com o grande centro urbano de Sorocaba, fez-se presente na imprensa também pela proximidade com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, também conhecida como Eco-92. Por sua vez, o assentamento Bela Vista tem um conjunto de pesquisa mais incipientes, teve menor visibilidade na mídia e a ocupação ocorreu na estrada e não no território reivindicado, assim, a revisão bibliográfica tornou-se mais sucinta, sendo necessário recorrer às entrevistas e pesquisas que havia realizado esse resgate anos após a ocupação.

O território onde hoje se localiza o Assentamento Ipanema foi centro de disputas históricas e teve diversos usos ao longo do tempo, como aponta Castro (2006). A área foi ocupada pelo Brasil Império, onde instalaram a primeira siderurgia e a primeira represa do país, além de ter sido atravessada por uma ferrovia e utilizada pelo Centro Nacional

de Engenharia Agrícola (CENEA). Conforme relatam os assentados, a área também serviu para a produção de sementes e o treinamento de pilotos agrícolas para a aplicação de agrotóxicos.

A área da fazenda faz parte da história da região, tendo sido alvo de interesses da coroa portuguesa desde o final do século XVI, devido à existência de minério de ferro no Morro de Araçoiaba, que fica na área. Mais recentemente, lá funcionava o Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA), que realizava pesquisas de melhoramento genético de sementes, bem como um campo de aviação pertencente ao Ministério da Agricultura (MA), que servia para treinamento de pilotos agrícolas. Toda a extensão da Fazenda Ipanema pertencia à União, quando da ocupação desta. (Castro, 2006, p. 90)

Machado (1998) ressalta a importância do patrimônio histórico presente na Fazenda Ipanema, destacando o sítio arqueológico Afonso Sardinha e as fábricas de armas do império.

Na Fazenda Ipanema existe um patrimônio histórico de muita importância para o país, composto pelo sítio arqueológico Afonso Sardinha, datado de 1589, pelas instalações do Estabelecimento Montanístico de Extração de Ferro das Minas de Sorocaba, de 1810 e pela primeira fábrica de armas brancas do Império, com construções do século XIX. Este complexo histórico foi tombado em 1964 pelo Lphan. (Machado, 1998, p. 4)

Segundo relatos dos assentados e também conforme Fernandes (1994), o processo de ocupação foi iniciado nove meses antes com o trabalho de base que se estendeu por diversos territórios de cidades como: Iperó, Sorocaba, Itu, Tietê, Porto Feliz, Tambaú, Piracicaba, Leme, Limeira, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Campinas, Indaiatuba, Americana e São Paulo, organizados pela Frente de Massas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Em 1991, no processo de espacialização da luta pela terra, os trabalhadores organizados no MST desenvolviam lutas nas regiões de Itapeva, Pontal do Paranapanema e iniciavam os trabalhos para a formação de um novo grupo nas regiões de Campinas e Sorocaba. No dia 16 de maio de 1992, a fazenda Ipanema localizada no município de Iperó, microrregião de Sorocaba, foi ocupada por 500 famílias organizadas no MST. O processo de formação desse grupo durou aproximadamente 9 meses e reuniu trabalhadores de 15 municípios: Iperó, Sorocaba, Itú, Tietê, Porto Feliz, Tambaú, Piracicaba, Leme, Limeira, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Campinas, Indaiatuba, Americana e São Paulo. (Fernandes, 1994, p. 136)

Machado (1998) e Castro (2007) apontam como protagonistas os militantes do MST, os sindicatos rurais e parcela da igreja progressista que, em conversa com assentados, identificamos que seria a Comissão Pastoral de Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Pode-se observar ainda hoje a articulação da

CPT dentro do assentamento, na Comunidade São Judas e no centro comunitário do assentamento.

A articulação para a ocupação da Fazenda Ipanema iniciou-se no princípio de 1992, quando militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), juntamente com algumas paróquias da Igreja Católica e sindicatos rurais começaram a organizar reuniões com famílias das periferias urbanas de treze municípios, a maioria próximas da área a ser ocupada. Como normalmente ocorre nas ações de ocupação organizadas pelo MST e outros movimentos sociais de luta pela terra, até às vésperas da ocupação somente a liderança do movimento sabia onde esta ocorreria. (Castro, 2006, p. 90)

O Assentamento Ipanema foi resultado direto de uma ocupação na Fazenda Ipanema em 16 de maio de 1992, promulgado em 4 de dezembro de 1995, com 1.712 hectares em terras do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). A área foi dividida em 151 lotes destinados às famílias que estavam acampadas. Durante a ocupação, havia aproximadamente 700 famílias, concentrando 3.000 pessoas (Almeida, 2019). A ocupação foi realizada na área reivindicada, estratégia muito comum na época, antes da criminalização promovida pela Lei 8.629/93. Na Figura 2, pode-se ver foto da Assembleia Geral na ocupação da Fazenda Ipanema em junho de 1992, disponível em acervo público do fotógrafo Douglas Mansur.

Figura 2: Foto da Assembleia Geral na ocupação da Fazenda Ipanema em Junho de 1992



Fotografado por: Douglas Mansur⁶.

Como parte da estratégia e com o intuito de obter sucesso com a ocupação, somente as lideranças tinham conhecimento de onde de fato ocorreria a ocupação, enquanto os ocupantes e suas famílias somente sabiam que seria na região de Sorocaba. O acertado trabalho de base, combinado ao período histórico de grande efervescência das lutas populares, possibilitou uma ocupação com cerca de 700 famílias com núcleos familiares numerosos, surgindo assim o desafio de garantir o mínimo de estrutura para que as famílias ficassem e continuassem na luta. Sabendo da difícil tarefa de manter um grupo tão grande, as lideranças do MST começaram a pensar na organização, definindo os coordenadores por grupo de famílias e, posteriormente, as equipes.

Dentre as equipes que garantiram a segurança e os diálogos com poder público está a Equipe de Negociação, que tinha como principal tarefa fazer as mediações com poder público e com o governo, sendo necessário, eventualmente, intervir no

⁶ Disponível em:

https://www.facebook.com/search/top/?q=celeiro%20de%20mem%C3%B3ria%20ipanema&locale=pt_BR

tensionamento gerado pela segurança pública, sobretudo na figura da Polícia Militar. A Equipe de Segurança, de fundamental importância no momento da ocupação (principalmente nos primeiros dias), garantiu o controle de acesso à ocupação, fazendo as rondas noturnas dentro da ocupação. Tal equipe, foi composta em sua maioria por homens, mas, conforme relatos, houve diversos debates em torno da participação de mulheres.

As equipes de infraestrutura tinham um importante papel. A Equipe de Barracos, responsável pela construção dos abrigos nos primeiros dias de ocupação, era volumosa, mas se articulava somente no primeiro dia da ocupação. A Equipe de Poço fez-se necessária devido à dificuldade de acesso à água na ocupação, possibilitando assim uma melhor estrutura.

Desde o início, a educação fez-se presente na figura da Equipe de Educação, que organizava as cirandas, dinâmicas de cuidado com as crianças durante as atividades e a creche, espaço comunitário onde ficam as crianças na ocupação.

Por fim, a Equipe de Produção que garantia as primeiras produções, conforme Figura 3. Nos diálogos, destaca-se a horta e a plantação de mandioca, entre outros alimentos, que eram doados ao acampamento pela rede de apoio. Faz-se fundamental enfatizar que a ocupação se utilizou de diversas estratégias de luta.

Figura 3: Produção de alimentos durante a ocupação em agosto de 1992



Conforme Fernandes (1994), a ocupação da Fazenda Ipanema foi a única ocupação, à época, que não sofreu ordem de despejo, devido à proximidade com a cidade e à pressão que a sociedade exercia no contexto de Rio-92. Na outra ponta, o projeto da Aramar sofria bastante crítica por desenvolver um protótipo para reatores atômicos para submarinos da Marinha, dentro da fazenda Ipanema e que ainda hoje ocupa a área.

Esta foi a única ocupação no Estado de São Paulo onde não ocorreu despejo. Embora o Estado tenha entrado com liminar de reintegração de posse, esta não chegou a ser executada devido à pressão de entidades e instituições da região de Sorocaba. Uma das causas da pressão realizada é o projeto ARAMAR. Desde 1986, a população da região de Sorocaba vinha se manifestando contra do Centro Experimental de Aramar que estava enriquecendo urânio. No local seria instalado um reator de 50 megawatts, que serviria como protótipo para os reatores de submarinos que seriam construídos pela Marinha. (CEDI - DESEPCUT - NEMI - SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SOROCABA. São Paulo, 1988). Dessa forma, a ocupação da fazenda Ipanema recebeu o apoio imediato da população e as famílias permaneceram acampadas na fazenda por 15 meses, até agosto de 1993, quando foram assentadas em caráter emergencial através de um convênio INCRA/DAF. (Fernandes, 1994, p. 136)

Apesar de não haver uma ordem de despejo, os conflitos estavam presentes, desde pressões sofridas pelos órgãos governamentais até ações de panfletagem acusando os militantes do MST de bandidos. Em relatos, essas panfletagens foram feitas por helicópteros, prática comum nos anos 1990. Como respostas a esses ataques, havia resistências por parte dos militantes do movimento.

A pressão exercida contra as famílias ocupantes da Fazenda Ipanema pelos órgãos governamentais (IBAMA, Ministério Público, Polícia Militar etc.) foi bastante significativa. A Polícia Militar, mais de uma vez, ameaçou entrar na área do acampamento a fim de retirar os ocupantes, e sempre eram barrados na porteira da fazenda por mulheres e homens com facões e foices. Houve um episódio em que helicópteros da Polícia Militar jogaram panfletos sobre o acampamento incitando os acampados a desistirem da luta, dizendo que os militantes do MST eram bandidos e guerrilheiros. A história desse acampamento é como a de muitos no Brasil: composto pela luta e pela resistência diária frente às tentativas de desocupação da área, mesmo esta não sendo de propriedade de particulares. (Castro, 2006, p. 92)

Outro elemento de conflitualidade na fazenda Ipanema é que o decreto presidencial da criação da Floresta Nacional de Ipanema, Decreto nº530, de 20 de maio de 1992, ocorreu quatro dias depois da ocupação, conforme diálogo em campo. Esse conjunto de medidas ambientais tinha ligação direta com a Rio-92 que aconteceria dias

⁷ Disponível em: <https://smetal.org.br/imprensa/ocupacao-de-trabalhadores-rurais-na-fazenda-ipanema-completa-25-anos/>.

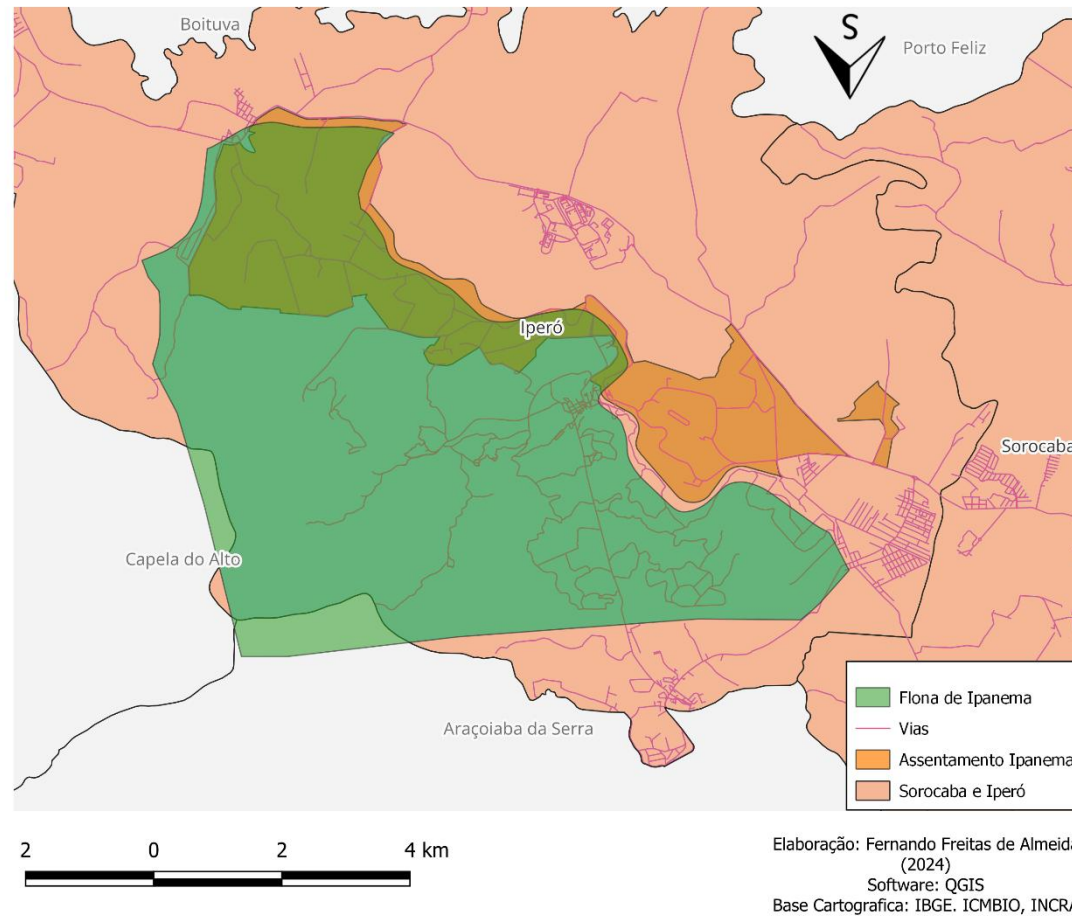
depois, em junho. O então presidente Fernando Collor de Mello utilizava dessas estratégias porque a pressão internacional sobre questões ambientais no Brasil era grande e seu governo estava em crise.

Uma semana antes da assinatura do decreto presidencial de criação da FLONA de Ipanema, a Fazenda foi ocupada por 700 famílias de 'sem-terra'. Após muita negociação entre o governo e o MST ocorreu a divisão da Fazenda Ipanema e o reconhecimento do Assentamento pelo INCRA, Portaria nº 342, de 04 de dezembro de 1995, restando para o IBAMA 5.069,25 ha; para o Ministério da Marinha 7 858,74 ha; para o Ministério da Agricultura 495,90 ha; Campos Realengos 124,98 ha e Posses antigas 278,13 ha segundo documentos do MST. Nos quatro anos seguintes após a oficialização do Assentamento não haviam sido demarcadas oficialmente as terras por parte do INCRA. Somente em 1997, no momento da pesquisa, foram divididos os lotes definitivos em área correspondente a 1.613,0 há, segundo documentação do MST (I 996). As famílias assentadas já se distribuíam ao longo da fazenda ocupando áreas de dimensões aproximadas ao módulo a que teriam direito. Algumas outras instalaram-se em antigas casas e construções (baias, depósitos etc.) existentes no local, adaptando-as em moradias provisórias. Nesse momento, aqueles que tiveram seus lotes demarcados em outros locais que não o ocupado, estão em fase de mudança. (Machado, 1998, p. 4)

Com isso, o assentamento insere-se dentro da Floresta Nacional de Ipanema e em sua zona de amortecimento, conforme Mapa 3, ou pode-se afirmar mais precisamente que a Flona está inserida no assentamento tendo em vista que o assentamento foi promulgado anteriormente a unidade de conservação. Observa-se que esse elemento contraditório possibilitou e incentivou a criação de diversos Sistemas Agroflorestais (SAFs). Esse tema pode ser melhor compreendido nos estudos aprofundados de duas pesquisadoras, Steyer (2019) e Abdalla (2023), que apresentam o nível de desenvolvimento das agroflorestas e seus aspectos socioambientais.

O Projeto de Assentamento Ipanema foi constituído com uma área total de 1.712 hectares, dos quais, 1.210 hectares estão dentro da Floresta Nacional de Ipanema (cedida pelo IBAMA) e o restante (502 ha) foi cedido pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Ministério da Agricultura continua com 219,07 ha, referentes ao campo de aviação, que não está em funcionamento (Castro, 2006, p. 90)

Mapa 2: Assentamento Ipanema como parte da Zona de Amortecimento da Floresta Nacional de Ipanema



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida.

Além da ocupação da terra da fazenda Ipanema, houve também diversas ações coletivas, como a ocupação de prédio público, dentro do escritório do IBAMA, o que resultou na promessa de cessão de área para o assentamento.

Cinco dias após a realização da ocupação no escritório do IBAMA, em uma audiência pública em Brasília, o IBAMA comprometeu-se a ceder para uso uma área de 1.210 hectares e os trabalhadores acampados passaram a produzir coletivamente na área ocupada. Este fato é relevante dentro da luta pela terra na Fazenda Ipanema, pois durante o período de acampamento as famílias começaram a produzir na área ocupada devido ao fato de estarem “dentro da terra”, coisa que nem sempre ocorre nas ocupações no Brasil. (Castro, 2006, p. 93)

Contraditoriamente, quem elaborou o projeto técnico do assentamento juntamente com MST foi o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), que era bastante ativo na época, o que possibilitou a promulgação em 4 de dezembro de 1995 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), possibilitando 150 lotes de cinco a 20 hectares. Destinando também 502 hectares do assentamento ao Ministério de Agricultura.

Em seguida, o ITESP, juntamente com as famílias acampadas, elaborou o projeto técnico para a implantação de um assentamento rural na Fazenda Ipanema. As negociações com o governo continuaram até que em 4 de dezembro de 1995 o INCRA promulgou a portaria número 342, criando o Projeto de Assentamento Ipanema, com 1.712 hectares (1.210 hectares do IBAMA e 502 hectares do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária). (Castro, 2006, p. 93)

Como a ocupação foi muito grande, a maior que ocorreu no período, parte das famílias que estavam na Fazenda Ipanema migraram para outras ocupações. Destaca-se que 100 famílias foram para Tremembé e 40 para Martinópolis. Em entrevistas com assentados, foi relatado que famílias também foram para Iaras e para a região de Campinas, todos municípios do Estado de São Paulo.

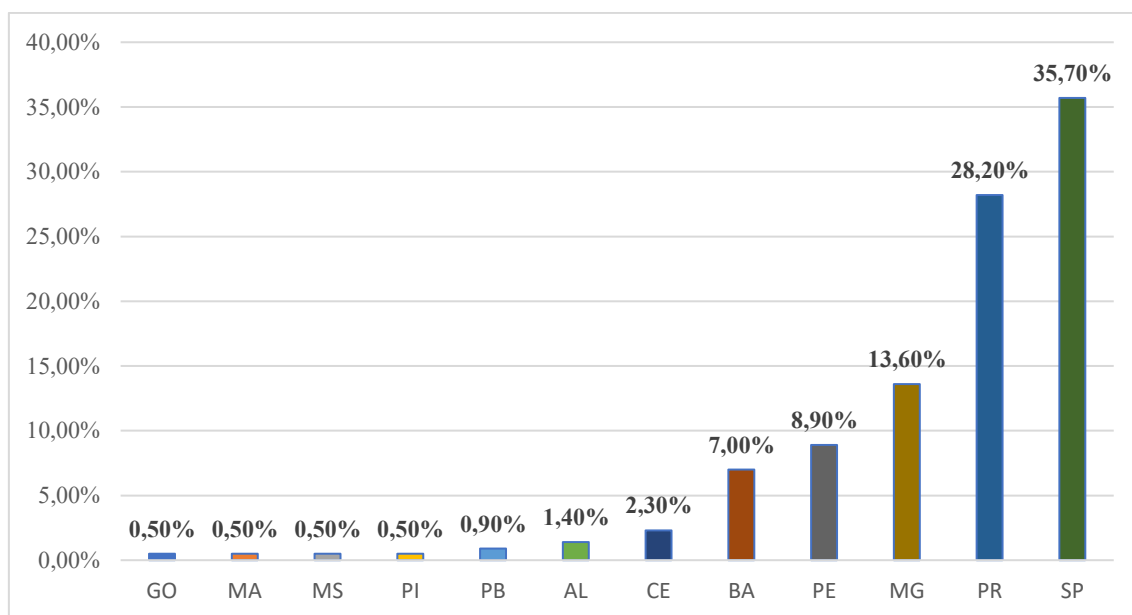
Das aproximadamente 700 famílias que participaram da ocupação, foram assentadas 151 famílias na área. Durante o período de quase quatro anos que durou a fase de acampamento na Fazenda Ipanema, muitas famílias foram desistindo da luta pela terra, devido às dificuldades existentes. Outro fato a ser colocado é o de que no ano de 1993, aproximadamente 100 famílias que estavam ocupando a Fazenda Ipanema foram para Tremembé-SP e ocuparam a Fazenda Petrobrás, onde hoje estão assentadas. Também na região de Martinópolis-SP, mais quarenta famílias oriundas da ocupação da Fazenda Ipanema foram assentadas. (Castro, 2006, p. 93)

Conclui-se que a ocupação que originou o assentamento Ipanema integrava o contexto da expansão neoliberal no Brasil. Um dos sintomas desse processo foi a expulsão

de camponeses, que desencadeou a precarização da vida nas cidades. Esses sujeitos buscaram no movimento socioterritorial a possibilidade de retorno ao campo, encontrando meios para reprodução da vida por meio da ocupação de terra na luta do sem-terra.

Elementos esses que se afirmam no gráfico elaborado por Bernini e Castro (2006) apud Castro (2007). Nas histórias de muitos assentados há um passado no campo e, reafirmado em diálogo com os assentados, a negação do trabalho precarizado na cidade e a situação de desemprego foram fatores que motivaram o retorno e a conquista da terra e do território. Embora o assentamento do Ipanema esteja localizado no Estado de São Paulo, o gráfico apresentado na Figura 4 revela uma significativa presença de migrantes de outras regiões do Brasil. Apesar de 35,70% dos assentados serem originários de São Paulo, há uma presença significativa de paranaenses, um estado com grande articulação do MST. Além disso, há uma expressiva participação de assentados de Minas Gerais, e, quando somadas aos percentuais de Pernambuco, Bahia e Ceará, observa-se um número elevado de nordestinos. Por fim, há assentados provenientes de 12 estados da federação.

Figura 4: Gráfico com Estados de origem dos assentados do Ipanema



Fonte: Castro (2007).
Org. Fernando Freitas de Almeida (2024).

Diante do contexto histórico similar ao assentamento Ipanema, o Horto Bela Vista começou a ser implantado em 1999 pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), em terras do antigo horto florestal da empresa Ferrovia Paulista Sociedade Anônima (FEPASA). Os hortos florestais serviam para produção de eucalipto, que era transformado em dormentes para serem usados nas ferrovias.

A ocupação dessa área foi precedida pelo trabalho de mapeamento realizado pelo MST, que na época identificou 17 hortos florestais pertencentes à FEPASA em São Paulo e que não estavam sendo utilizados devido ao sucateamento da empresa, que se deu anteriormente à sua privatização. O contexto no qual se insere essa ocupação é uma resposta ao massacre de 17 de abril de 1996. O MST entendeu a necessidade de haver lutas nacionalmente em defesa da reforma agrária, dentre elas as ocupações dos hortos florestais em São Paulo. Conforme Oliveira (2010):

Tornaram-se assentamentos os seguintes 12 hortos, conforme informações obtidas junto ao ITESP: Horto de Loreto (em Araras), atualmente o assentamento Araras 1,2,3,4; Sumaré (em Sumaré), atualmente Sumaré 1,2; Guarany (em Pradópolis e Guataparã), atualmente Guarany; Bebedouro (em Bebedouro), atualmente Reage Brasil; Cordeirópolis (em Cordeirópolis), atualmente com mesmo nome; horto Bela Vista (em Iperó), atualmente Bela Vista; horto Ibitiúva (em Ibitiúva), atualmente Pitangueiras; horto Córrego Rico (em Jaboticabal), atualmente Jaboticabal; horto Camaquã (em Ipeúna), com o mesmo nome; horto Vergel (em Mogi Mirim), com o mesmo nome; horto Boa Sorte (em Restinga), com o mesmo nome; e horto Silvânia (em Matão, com o mesmo nome). (Oliveira, 2010, p. 203)

O trabalho de base para a ocupação se deu, sobretudo, com o acúmulo das lutas do assentamento Ipanema, possibilitando uma articulação mais experiente dos militantes para organizar a ocupação. Isso é observado principalmente na constituição dos núcleos, o que, como aponta Lino (2010), permitiu a formação de uma identidade e uma consciência social dos militantes enquanto sem-terra.

É no processo de organização do acampamento da primeira ocupação em George (sic) Oeterer em meados de março de 1998, que se iniciam os processos pedagógicos de formação da Identidade Sem-Terra e da Consciência Social através da organicidade³ do acampamento. O acampamento era constituído pelos núcleos de base, setores (constituição de setores como educação, saúde alimentação, segurança e estrutura) e uma coordenação (por indicação dos núcleos de base e setores do acampamento). (Lino, 2010, p. 7)

Conforme Oliveira (2016), a primeira ocupação para reivindicar o assentamento aconteceu com 85 famílias em 1997 no Bairro de George Oeterer, área que faz limite com o assentamento Ipanema, e a desocupação ocorreu em 1998. Posteriormente, as famílias mudaram para o Distrito Industrial de Iperó, sofrendo novamente reintegrações de posse

no mesmo ano. Ambas as desocupações, devido à truculência policial, acarretaram a saída de algumas famílias. No entanto, ao mesmo tempo, novas famílias chegaram, sobretudo quando a ocupação se territorializou na Vila Bela Vista, lugar onde o acampamento se aproximou da cidade de Iperó. Ao ver o acampamento, novas famílias se interessavam pela luta e foram chegando. Como resultado da luta, 31 famílias foram assentadas no território.

Até o momento da divisão dos lotes e a concretização do Assentamento Horto Bela Vista, a vida no acampamento é muito dinâmica. As famílias participam ativamente das lutas, negociações e atividades internas, desde as tarefas cotidianas até aquelas de caráter mais politizado. Essa dinâmica proporcionada pela luta pela terra promove uma consolidação da identidade e da consciência social, gerando uma perspectiva mais ampla sobre esses aspectos. (Lino, 2010, p. 8)

O ano de 1999 foi marcado pela organização dos sem-terra em torno dos núcleos, como aponta Lino (2010). Ocorreram plantios em áreas coletivas, como retrata Oliveira (2016), onde foram produzidos alimentos pelo núcleo de produção para serem destinados aos acampados. Em maio de 1999, os próprios assentados dividiram os lotes com místicas e distribuição entre as famílias, sendo que em agosto de 1999 o ITESP fez as medições e instituição oficial dos lotes.

Cabe ressaltar que, após a efetiva ocupação dos lotes, houve ainda muitos problemas, pois se refere a uma área de horto florestal com muitos eucaliptos, e o ITESP não possuía grande disponibilidade de técnicos e maquinários para auxiliar os assentados no processo de destoca.

É com a luta pela terra e a conquista que os camponeses do assentamento Ipanema e Horto Bela Vista buscaram novas formas de criação e recriação, dentre as quais a agroecologia, a comercialização por proximidade e a criação de redes.

A aproximação dos assentamentos com centros urbanos sugere a reflexão sobre o sistema alimentar camponês como uma forma de articulação entre o campo e a cidade, sobretudo que se refere à participação dos assentados em feiras agroecológicas e dos produtores. Esses elementos possibilitaram a reprodução desses camponeses, por gerarem renda que garante a permanência dos assentados na terra, como camponeses.

Outro aspecto é que ambos os assentamentos se realizaram a partir das lutas do MST, movimento socioterritorial organizado no campo. Embora diante da Contrarreforma Agrária (Oliveira, 2011), o movimento possibilitou a política de assentamentos através da luta e da organização dos camponeses sem-terra.

3.2 – O sistema alimentar camponês em assentamentos rurais

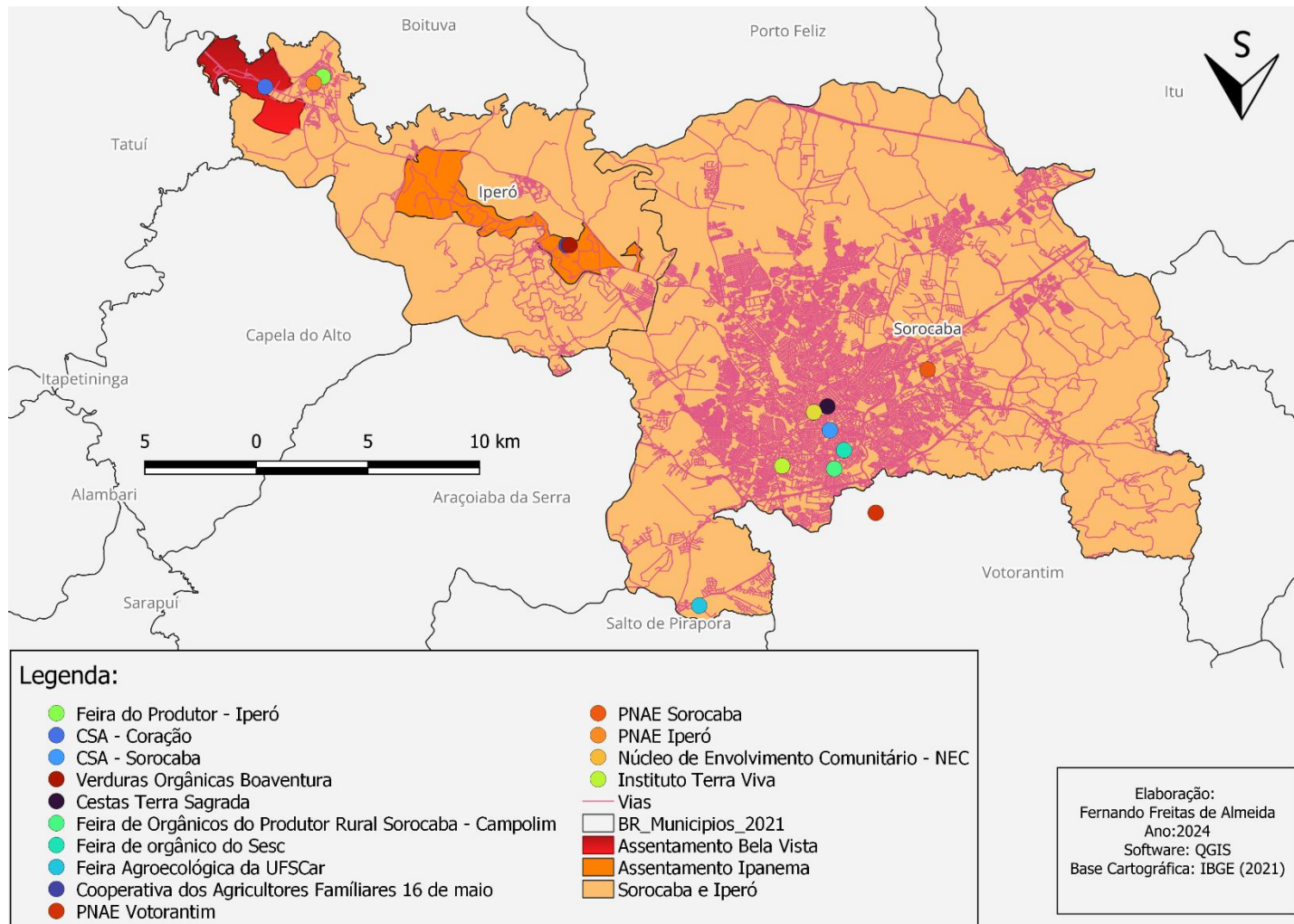
O sistema alimentar camponês em assentamentos rurais se apresenta como uma alternativa fundamental, especialmente quando comparado às opções impostas pelo capitalismo, que subordina a renda às grandes redes varejistas e aos atravessadores. O objetivo deste tópico é realizar um levantamento sobre as comercializações e a produção, além de compreender o processo de comercialização, analisando assim o caminho da semente à mesa.

Concordando com Buscioli (2024), as novas relações alicerçadas nas práticas agroecológicas têm fortalecido a autonomia dos territórios camponeses, mas também contribuem para a criação de sistemas alimentares solidários, promovendo rendas mais justas e troca de saberes. Essa forma de desenvolvimento territorial, alicerçada na cooperação e na solidariedade, abre caminho para uma verdadeira transformação socioterritorial.

As novas relações que vão se estabelecendo nos territórios camponeses agroecológicos vão gerando autonomia de produção, emancipação, reciprocidade, cooperação produtiva, troca de experiências e de saberes na produção de sementes crioulas e nas utilizações de diferentes técnicas/tecnologias, que resultam na geração de renda fundamentada na comercialização dos produtos agroecológicos pelos mercados institucionais via políticas públicas ou mesmo nos mercados camponeses (como as feiras e projetos de cestas) correlatos a cooperação e a economia solidária. Tais elementos, configuram-se dentro de um quadro de resistência que gera desenvolvimento territorial. (Buscioli, 2024, p. 68)

Nesse sentido, o Mapa 4 apresenta uma síntese das comercializações nos assentamentos de Iperó, referentes aos camponeses que possuem produção baseada na agroecologia ou estão em transição agroecológica, identificando aquelas que não têm atravessadores ou vendas para grandes redes varejistas. Em trabalhos de campo, foi possível observar as feiras, as CSAs, os Institutos de Economia Solidária, as cestas e o PNAE.

Mapa 3: Localização dos pontos de comercialização dos alimentos agroecológicos dos Assentamentos Ipanema e Bela Vista - 2024



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

A preocupação com as sementes e as mudas atravessa os diálogos realizados em campo. Os avanços sobre o controle produtivo e a negação à subordinação são cada vez mais presentes na produção de alimentos. Pode-se observar em campo coadunando com Almeida (2019) a produção e armazenamento de sementes crioulas, a produção de mudas no próprio assentamento e a preocupação com uso de sementes que não utilizavam agrotóxicos em sua produção e conservação.

Ao abordar questões relacionadas às mudas e sementes, a assentada Maria apresentou o contexto em que estavam inseridos, destacando o impacto significativo da pandemia na produção dos insumos. Durante a interação, foi mencionado que as sementes utilizadas eram da Linha Azul e Isla, conforme a Figura 5, permitidas pela certificação do Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Cabe ressaltar que o SPG é uma conquista dos movimentos socioterritoriais junto às políticas públicas, pois permitiu aos assentados, através da criação de Organismo de Controle Social (OCS), certificar a produção de alimentos saudáveis nos assentamentos, o que foi visto como uma estratégia para comercializar com novos mercados, como afirma Pontes (2020).

Com a criação da cooperativa e a parceria firmada junto ao Instituto Terra Viva, houve a necessidade de que os produtores se credenciassem junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG), posto que essa é uma das exigências dos compradores de São Paulo, que exigiam a certificação para efetivar os processos de aquisição. (Pontes, 2020, p. 108)

Maria relatou que, no período pandêmico, houve grandes perdas no controle de mudas e sementes, uma realidade que, segundo ela, é comum em diversos assentamentos. Apesar disso, manifestou o desejo de retomar a atividade. Ela descreveu que, anteriormente, mantinha até 15 variedades de sementes de milho e quatro de batatas em seu lote, mas muitas foram perdidas durante a pandemia. Embora ainda possua uma quantidade considerável de sementes, enfrenta dificuldades para expandir a produção. Como exemplo, citou o caso da alface, cuja produção de sementes exige um período de sete meses. A pandemia, associada ao adoecimento de muitos envolvidos na produção de alimentos, restringiu ainda mais as atividades produtivas, uma dificuldade também observada em outros lotes.

Além disso, o diálogo com outros assentados revelou que a produção de mudas e sementes gera uma renda inferior ao plantio direto, sendo, em alguns casos, desvalorizada pelos próprios assentados. Contudo, essa atividade é mais valorizada por aqueles

alinhados à perspectiva agroecológica, que veem na prática um compromisso com a sustentabilidade e a diversidade agrícola.

Figura 5: Sementes da Linha Azul e Isla permitidas para produção certificadas SPG



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

Ainda na produção de mudas, William relatou estar produzindo variedades distintas e demonstrou entusiasmo pelas mudas de maçã Eva (Figura 6), reconhecidas por seu bom desempenho na região. Contudo, destacou o trabalho intensivo envolvido, mencionando a necessidade de realizar diariamente a rega das mudas e do plantio de forma independente. Posteriormente, foi realizado o transporte das mudas de mamão para os copos, destinados ao Sistema Agroflorestral (SAF), conforme Figura 7. Observa-se que, mesmo em meio à crise, a produção de mudas e a preocupação com as sementes permaneciam como práticas constantes no Lote Mãe Terra, tanto por parte de Maria quanto de William.

Figura 6: Mudas de maçã EVA produzidas no lote



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

Figura 7 : Transporte das mudas de mamão da sementeira para copos



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

O Núcleo de Agroecologia Apêê Caapuã (NAAC), criado em 2009 na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, no campus Sorocaba, coordenado pelo docente Fernando Silveira Franco, se insere de maneira significativa em diversas atividades dentro do sistema alimentar camponês dos assentamentos, participando de trabalhos voluntários nos lotes, promovendo a troca de sementes e realizando pesquisas no local. Percebe-se que essa inserção vai além da comercialização, foi possível observar em campos a sua presença nos debates do assentamento e na produção.

A implementação de projetos em duas frentes de atuação mutuamente relacionadas, a da produção agroecológica e a dos mercados solidários, mostrou-se importante para a construção de princípios de reciprocidade que transcendem a lógica dos equivalentes monetários em trocas mercantis, tornando-se um fundamento da fidelização voluntária verificada dentre os integrantes da experiência em Londrina e em Três Lagoas. Nesse sentido,

pode-se concluir que a criação e consolidação de espaços de comercialização direta da produção dos assentados é essencial para a construção de autonomias, extensiva a dos cidadãos, que passam a ter a seu dispor alimentos livres de veneno. (Paulino et al., 2018. p. 7)

O trabalho voluntário realizado no lote do Boaventura (Figura 8) contou com a doação de mudas feita pela UFSCar, possibilitando o plantio de uma linha de árvores consorciada, com o intuito de implantar mais uma agrofloresta no lote. A ação foi realizada com o trabalho voluntário da universidade, de pesquisadores e do filho e da neta do Boaventura. A colaboração com a universidade é recorrente, mostrando traços de solidariedade, onde se por um lado o assentado ganha com auxílios técnicos, doação e principalmente trabalho, por outro os estudantes aprendem na prática.

Figura 8: Plantio coletivo de árvores na ampliação do SAF da família Boaventura



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

A produção de mudas e sementes é central nos assentamentos, pois reflete a consciência sobre a necessidade de controle desse processo. Conforme ilustrado na Figura 9, a produção de mudas desempenha um papel fundamental nos assentamentos, sendo uma atividade comumente realizada nos lotes e integrando-se às práticas da produção agroecológica. Na figura, é possível observar a produção realizada no lote de Boaventura. Além disto pode-se acompanhar o plantio consorciado modelo, no qual utiliza-se de dois ou mais tipos de cultivos, arbóreo ou não, possibilitando uma diversidade de produtos, controles de pragas e um sistema de rodízio de plantio por área, que por sua vez ajuda o solo na absorção de nutrientes e nitrogênio.

Figura 9: Produção de mudas no lote da família Boaventura



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

Pode-se, com isso, perceber um movimento que buscou aprofundar o papel da universidade junto à sociedade, sendo essencial essa aproximação com os camponeses. Como colocado por Paulino *et al.* (2018), é fundamental romper com a barreira do mercado convencional, promovendo um enfrentamento científico que busque refletir não apenas sobre a produção isolada ou a comercialização isolada, mas sobre todo o processo,

da semente até a mesa, considerando os diversos elementos presentes nos assentamentos e atendendo às demandas dos camponeses.

Trata-se de uma situação que exige um enfrentamento científico, já que o manejo predatório durante décadas legou um passivo ambiental acumulado e que se manifesta desde a escala local, em solos erodidos e empobrecidos em sua biota, até a escala regional, onde os desequilíbrios ecológicos estão traduzidos em mudanças de regime das chuvas e de redução da biodiversidade, para ficar somente nesses exemplos. Para além dessas questões de ordem técnica, há questões de ordem política, pois não basta ser capaz de produzir em sistemas agroecológicos, é preciso também romper a barreira do mercado convencional, criando mecanismos de aproximação entre produtores e consumidores. (Paulino *et al.*, 2018, p. 2)

O CSA é uma alternativa de comercialização presente nos assentamentos Bela Vista e Ipanema, estabelecendo compras diretas de maneira coletiva. Dessa forma, busca-se uma nova maneira de consumo, elemento passível de análise. Os alimentos consumidos por esse coletivo seguem regras distintas da relação convencional de compra, pois os cultivos são viabilizados por meio do diálogo com os camponeses, respeitando a sazonalidade e as noções de agroecologia e produção biodinâmica presentes nos lotes que participam dessa relação, buscando chegar a um preço considerado justo para as partes.

De maneira geral os alimentos das CSAs são recebidos com uma certa sazonalidade, semanal ou quinzenal, e são retirados em um ponto de distribuição ou no próprio assentamento. Dentro dos assentamentos, temos dois modelos que serão posteriormente abordados, o CSA Sorocaba com entregas feitas na casa de um coprodutor com periodização semanal e o CSA Coração em que as buscas são diretamente no lote com a mesma periodização.

Cabe ressaltar que a estratégia da CSA presente no assentamento refere-se a uma estratégia mundializada, mas também especializada pelo território brasileiro. Trata-se de uma forma que os camponeses de todo o mundo encontraram para comercializar seus alimentos. No Brasil, está presente nas mais diversas regiões, mas tem uma centralidade maior nos territórios mais próximos dos centros urbanos, destacando-se, nesse sentido, o Estado de São Paulo.

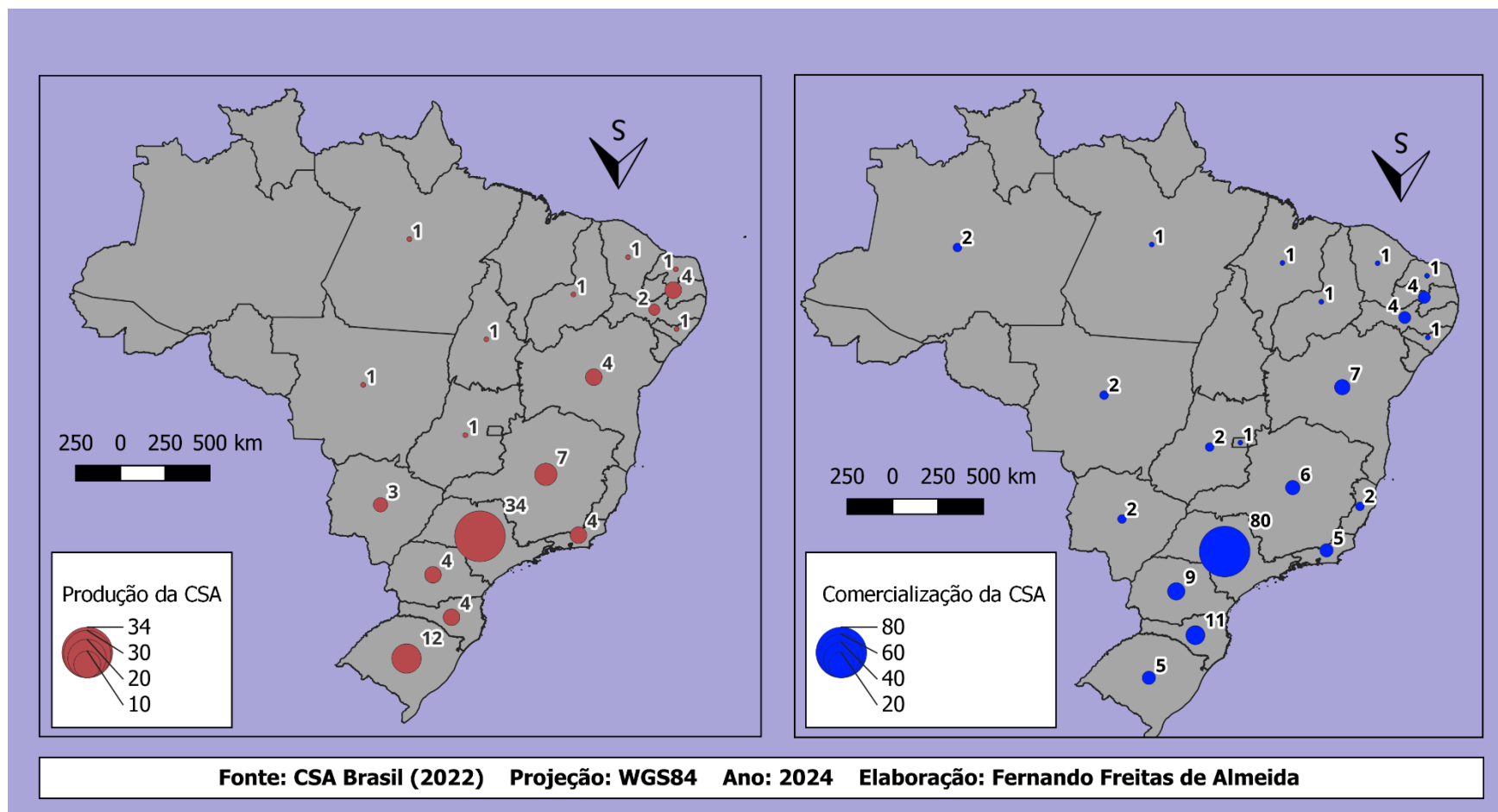
A seguir, apresenta-se o Mapa 5 das CSAs organizadas no Brasil. O mapa foi elaborado com base no mapa colaborativo das CSAs no Brasil⁸ e alimentado pelos próprios participantes. É importante notar que algumas CSAs podem ter estado ativas em determinado momento, mas, atualmente, não estão em operação, o que é um aspecto

⁸ Disponível em: <https://csabrasil.org/csa/csas-no-brasil/>

comum, pois se trata de uma organização que envolve consumidores e camponeses. As CSAs inativas incluem a baixa adesão, que inviabiliza as entregas e a produção, além da dificuldade de alguns camponeses em fornecer os alimentos.

Os círculos vermelhos indicam os locais de produção da CSA, com tamanhos proporcionais à quantidade produzida. Observa-se uma concentração na região Sudeste, especialmente em Minas Gerais e São Paulo, além de alguns pontos no Sul e Nordeste. Os círculos azuis representam os locais de comercialização, também com tamanhos proporcionais à quantidade. A distribuição é mais dispersa, abrangendo diversas regiões do país, com destaque para o Sudeste, Sul e alguns pontos no Centro-Oeste e Nordeste.

Mapa 4: Localização da produção e comercialização das CSAs por Estado



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

Observa-se concentração maior de espaços de comercialização e produção nas regiões mais urbanizadas, sendo que São Paulo tem o maior número de comercialização e produção. Destacam-se também o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro.

A CSA no Brasil adquire aspectos qualitativos significativos ao encontrar-se com os movimentos socioterritoriais, especialmente com o MST. Nesses territórios, existem condições fundamentais para o desenvolvimento da produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, em conformidade com os princípios da agroecologia. Pode-se afirmar, em outras palavras, que o CSA ao encontrar-se com os movimentos socioterritoriais agrários adquire uma maior escala, pois estes estão organizados em todo o território.

A CSA Sorocaba e a CSA Coração estão inseridas no estado com maior concentração de CSAs, tanto no que se refere a territórios de produção quanto de comercialização. Essas CSAs são possíveis sobretudo pela proximidade com um centro urbano e pela presença de uma rede organizada. A CSA se expressa como uma das rendas fundamentais, possibilitando um estreitamento entre o campo e a cidade, ao permitir acesso a alimentos sem a participação das redes varejistas e também sem atravessadores. Para os camponeses, a CSA é uma das estratégias para seu processo de reprodução ao permitir ter uma renda fixa todos os meses, independentemente dos elementos da sazonalidade.

A CSA Sorocaba refere-se à primeira organização, surgida em 2016, fruto da organização dos assentamentos do MST de Iperó com militantes da agroecologia pertencentes à universidade, aos coletivos da cidade de Sorocaba e os protagonistas do processo, os camponeses. A CSA Sorocaba diferencia-se já inicialmente, pois normalmente essas comunidades são organizadas com uma família, enquanto a comunidade em questão, a pedido dos assentados, iniciou com quatro famílias. Isso pode ser pensado sob dois aspectos: o primeiro e mais evidente é que a renda será distribuída, diminuindo os ganhos das famílias; mas o segundo aspecto diz respeito à solidariedade presente entre os camponeses, uma característica fundamental da classe. Faz-se importante pontuar que com passar do tempo, a CSA estabeleceu seu vínculo com apenas um lote.

Ao assumir o compromisso com a CSA, o coprodutor que se insere na comunidade firma um compromisso anual, destinando um valor fixo por mês para receber uma quantidade de alimentos todas as segundas-feiras em um endereço fixo em Sorocaba (Figura 8). Os alimentos oferecidos são de época, diferentemente da lógica de consumo

das grandes redes varejistas, fazem parte de uma perspectiva solidária e respeitam o tempo da natureza podendo, o que pode ser visto na Figura 9. Outro elemento importante diz respeito às reuniões de planejamento da produção, são momentos mais coletivos, em que é possível definir quais alimentos podem ser produzidos e consumidos pela comunidade. Por exemplo, se a comunidade gosta de couve, tem que planejar produzir a couve e tê-la nas próximas semanas, o que significa que a comunidade é responsável pela gestão coletiva e solidária da produção.

Figura 10: Tipos de Cesta por Cotas - CSA



Cota 1 - 7 itens R\$125,00/mês

- 2 maços de folhosas
- 1 porção de legumes
- 1 tipo de raiz
- 1 porção de frutas
- 1 maço de tempero
- 1 maço de aromáticas

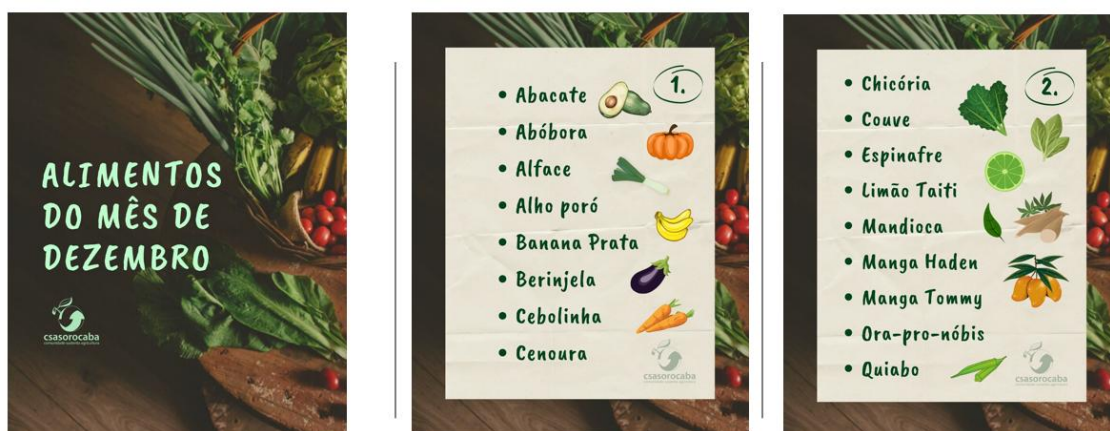


Cota 2 - 10 itens R\$165,00/mês

- 2 maços de folhosas
- 2 porções de legumes
- 2 tipos de raízes
- 2 porções de frutas
- 1 maço de tempero
- 1 maço de aromáticas

Fonte: CSA⁹.

Figura 11: Alimentos de época disponíveis no mês de Dezembro/2023 nas cestas



Fonte: CSA¹⁰.

⁹ Disponível em: <http://csasorocaba.org.br/cestas-e-retirada/>.

¹⁰ Disponível em: https://www.instagram.com/p/C1ZcomXsz-/?img_index=1.

Outro elemento importante observado em campo são os diálogos realizados constantemente com os camponeses. Esses diálogos ocorrem por meio de redes sociais, pessoalmente e em assembleias, possibilitando a participação de toda a rede. Nas assembleias, é possível definir tanto questões objetiva como o transporte, mudanças no ponto de entrega e disponibilidade para receber o caminhão, quanto questões subjetivas.

A CSA Sorocaba contava, no momento da realização do campo, com 27 coprodutores. Antes da pandemia, havia 58 coprodutores, conforme constatado por Almeida (2019). Isso demonstra o impacto que a pandemia teve na comunidade. Em diálogo com os coprodutores, eles relataram que, devido ao afastamento social, a comunidade que promovia muitas trocas de saberes e era bem articulada, acabou perdendo o que tinha de mais importante: o diálogo e o encontro.

A busca pelos alimentos ocorre de maneira autônoma: cada coprodutor retira a quantidade de alimentos que lhe é destinada, conforme as Figura 10 e 11. Quando há mais alimentos disponíveis, eles têm acesso a uma quantidade maior. Cada um é responsável por pesar os alimentos e montar sua cesta, sem a necessidade de vigilância, o que demonstra uma relação de confiança entre as partes.

Figura 12: Coleta da Cesta da CSA Sorocaba



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

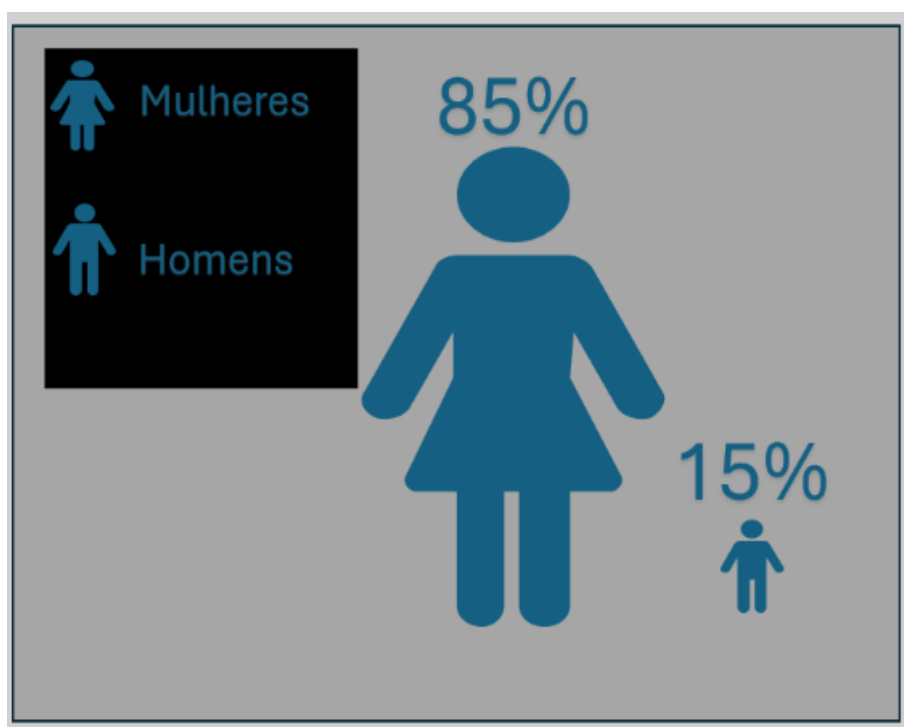
Figura 13: Lousa indicando a quantidade de alimentos para cada coprodutor



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

Foi possível observar que a maioria das pessoas consumidoras chegou de carro, enquanto poucas vieram a pé. Durante a observação, 20 pessoas passaram pelo local, dentre os 27 coprodutores da CSA Sorocaba. Algumas retiraram as cestas para outras pessoas, e aquelas que só passariam pela manhã do dia seguinte. A maioria das pessoas presentes eram mulheres, sendo apenas três homens. Nota-se uma centralidade do cuidado com a alimentação entre as mulheres em toda a sociedade, o que também se reflete na CSA, como podemos observar no infográfico da Figura 12.

Figura 14: Infográfico dos responsáveis pela busca dos alimentos da CSA por gênero



Elaborado: pelo autor (2024)

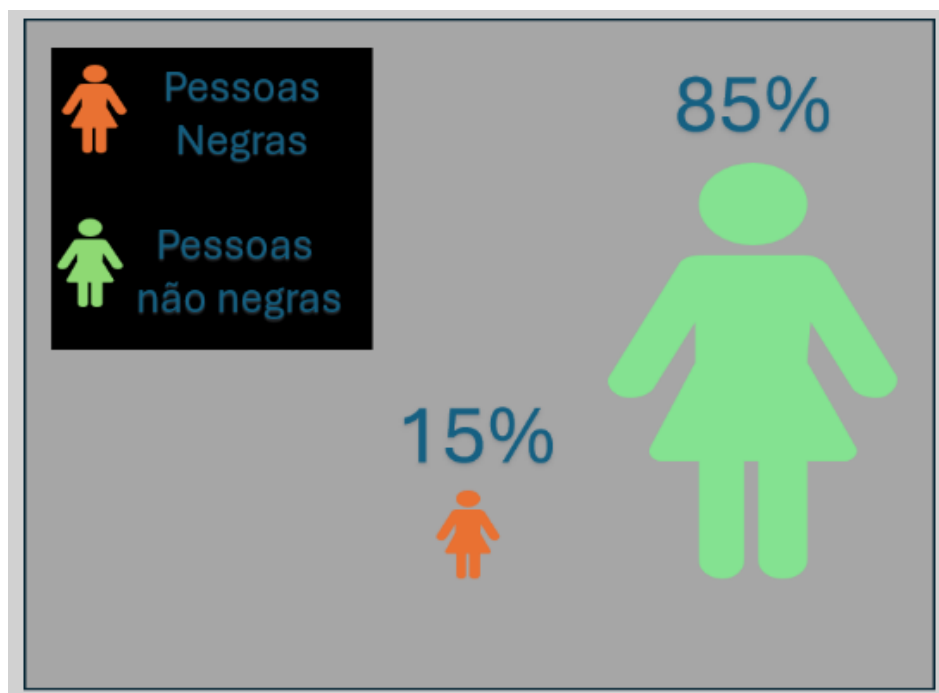
Melo e Abreu (2021) apresentam a perspectiva dos processos de impulsionar a agroecologia como majoritariamente feita pelas mulheres, desde a produção até o consumo, destacando a mulher como produtora de saúde através da alimentação. Esse cenário possui um elemento contraditório, se por um lado, há um protagonismo das mulheres no cuidado com a saúde e alimentação, por outro há a sobrecarga de trabalho das mulheres, que tem dupla ou tripla jornada de trabalho.

Nesse caminhar, as mulheres ocupam papel central, seja na roça, seja na cozinha, envolvidas no mais das vezes na pluriatividade. Os processos de transição agroecológica são em grande medida impulsionados pelas mulheres. Por sua vez, a preocupação com o consumo de alimentos saudáveis na família também é comumente centralizada nas mulheres. Interessa pensar as alianças entre produtoras e consumidoras em torno de um projeto comum que tem por meta o cuidado com a vida. Essa aliança de um lado é fomentadora de redes de produção agroecológica e economia solidária e, de outro, promotora de saúde. (Melo e Abreu, 2021, p. 227)

No que se refere à raça, utilizamos da metodologia heteroidentificação, empregada em seleções de universidades brasileiras e concursos públicos para identificação racial com finalidade de cotas. Percebe-se um predomínio de pessoas não negras, sendo que, das 20 pessoas, havia apenas duas mulheres negras e um homem negro, correspondendo

a 15% (Figura 13), uma porcentagem inferior à da população negra de Sorocaba, que é de 32,20% segundo o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 15: Infográfico dos responsáveis pela busca dos alimentos da CSA por raça



Elaborado: pelo autor (2024).

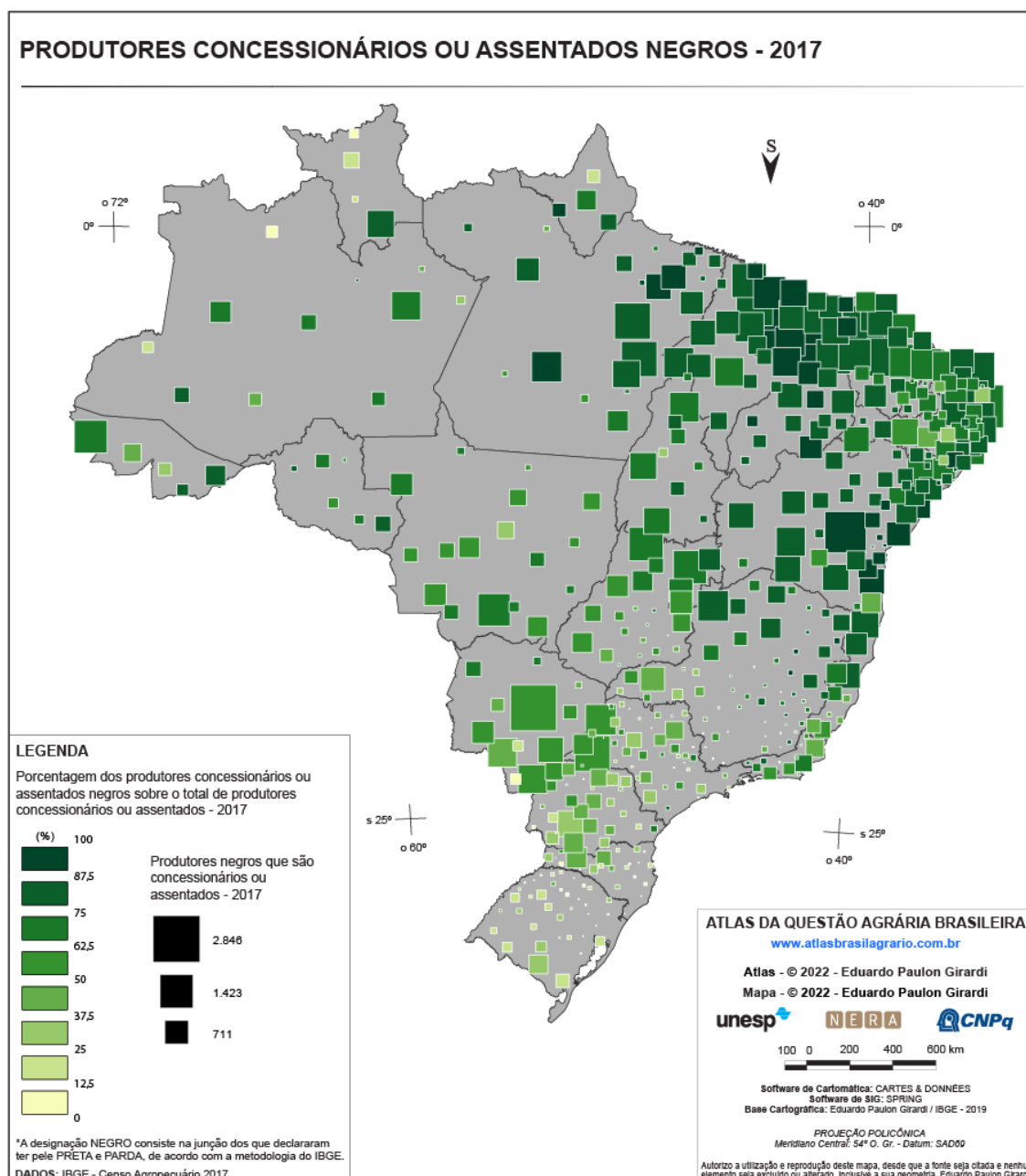
A partir de tais dados, podemos refletir que o acesso aos alimentos produzidos pela agroecologia é atravessado por gênero e raça. Enquanto na produção de alimentos agroecológicos nos assentamentos há uma presença significativa de pessoas negras, no consumo essa presença é menos expressiva, evidenciando um problema estrutural: o racismo. Motta (2022) traz provocações fundamentais para refletir sobre a Agroecologia, ao convidar a pensar na estruturação da realidade concreta, que inclui compreender as relações de raça.

A Agroecologia, como um processo complexo, nos permite olhar, compreender, dismantlar e reconstruir utopicamente a realidade, mas peca em não buscar na história a compreensão de como a realidade a ser enfrentada foi construída e estruturada. Não analisar de forma exaustiva as estruturas ligadas a constituição da raça como forma de destituição de acesso ao poder, da naturalização da inferioridade e superioridade e da dispersão do capitalismo como sistema global, afeta consideravelmente a possibilidade de ver na Agroecologia um caminho real para a mudança social. (Motta, 2022, p. 225)

Como elemento contraditório dessa desigualdade, podemos pensar que, enquanto a branquitude tem mais acesso aos alimentos saudáveis pela comercialização, mediado

pelo poder de consumo, a população negra está mais inserida na produção com bases agroecológicas e tem o consumo produtivo. É nos territórios negros da agroecologia que há o acesso a alimentos saudáveis, sobretudo quando entendemos o protagonismo dos assentamentos rurais organizados pelo MST. Sabe-se, através do Censo Agropecuário de 2017, que há um predomínio da população negra nesses territórios, conforme o Mapa 6.

Mapa 5: Produtores Concessionários ou Assentados Negros - 2017



Fonte: Girardi (2022)¹¹.

¹¹ Disponível em: http://www.atlasbrasilagrario.com.br/_atlas/_questao-racial/.

Girardi (2022) nos chama atenção que entre os produtores concessionários ou assentados conforme definição do IBGE, 66,1% são negros, ou seja, ao analisar assentamento e seu sistema alimentar, os atravessamentos de raças devem estar presentes.

Em 2017, os produtores concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva eram 257.950 e, entre eles, os negros eram 66,1%. Este fato permite inferirmos que o público da política de assentamentos rurais é majoritariamente negro, embora ela tenha sido realizada sem qualquer tipo de discriminação positiva em favor dos negros. (Girardi, 2022, p. 101)

Pode-se observar que as famílias que produzem para CSA têm uma diversidade racial com predomínio de pessoas negras, elemento que nos permite pensar no sistema alimentar camponês e sua pluralidade. Na Figura 14, temos Boaventura, um dos agricultores agroecológicos que tem um núcleo familiar negro.

Figura 16: Boaventura apresentando sua produção em sistema agroflorestal



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

A CSA Coração foi criada em 2019 e conta com 11 coprodutores, organizados diretamente com o Lote Mãe Terra. Sua dinâmica apresenta particularidades, pois os

alimentos são retirados diretamente no lote pelos coprodutores provenientes das cidades vizinhas de Iperó, Boituva e Tatuí. As retiradas ocorrem às sextas-feiras, até o anoitecer, com os alimentos previamente separados em caixas de feira. Observa-se que, durante as visitas ao lote, os coprodutores costumam interagir de forma mais prolongada com William e Maria, discutindo sobre o funcionamento do lote, conjunturas políticas e desafios relacionados à produção. Essa prática favorece um contato mais próximo entre os camponeses e os consumidores, fortalecendo as relações no contexto da CSA. As Figuras 15 e 16 ilustram a cesta coletada e a visita de uma jovem interessada na CSA Coração, respectivamente.

Figura 17: Cesta CSA Coração



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

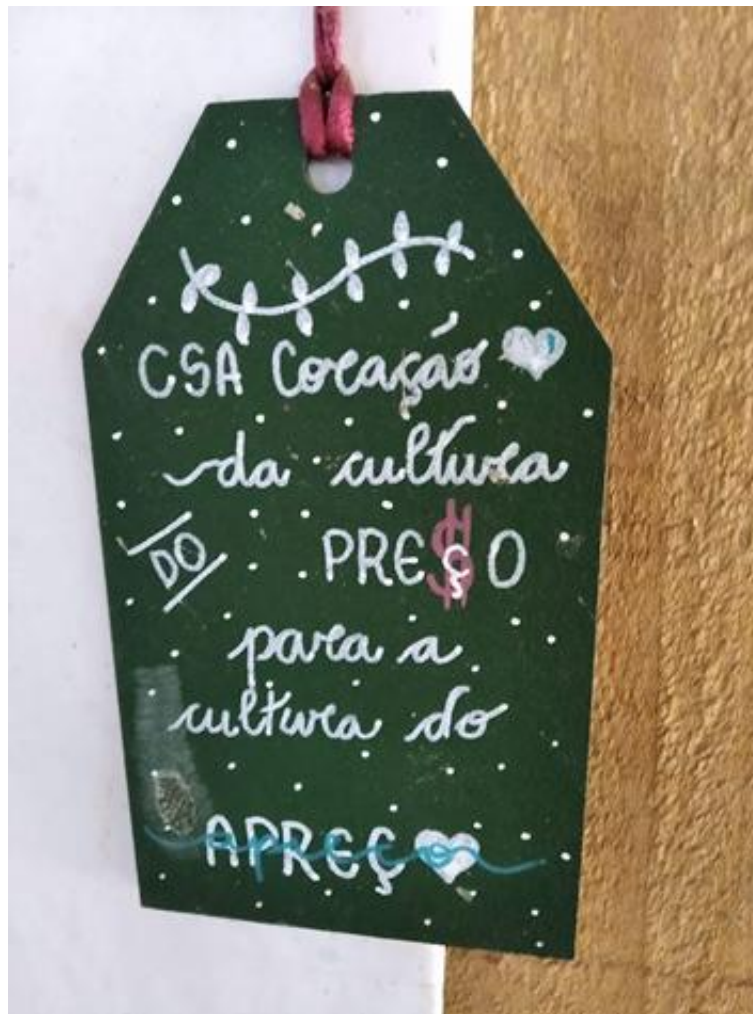
Figura 18: Visita de uma jovem interessada em ser coprodutora da CSA Coração à produção agroecológica do lote Mãe Terra



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

Observamos em ambas as CSAs que, como pano de fundo, há uma militância das pessoas que participam, especialmente em torno da alimentação saudável. Para algumas, a CSA funciona como um espaço de atuação política militante e, para outras, como um local que garante uma alimentação livre de agrotóxicos, ou seja, um consumo alternativo. Diante da organização da CSA em torno de pautas como a defesa da alimentação, a cultura de valorização do apreço em detrimento do preço (Figura 17), a preocupação com quem produz e a articulação com o território, pode-se afirmar que elas se articulam como um movimento socioterritorial.

Figura 19: Placa elaborada pela CSA Coração



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2019).

A análise das compras coletivas via CSA precisa estar incumbida de não simplificar as relações, que são tão complexas no capitalismo, principalmente no que diz respeito ao processo de subordinação da produção dos assentados às lógicas de preços impostos pelo mercado. A CSA aparece como aliada dos camponeses, mas não podem pagar um preço muito diferente do mercado, tendo em vista a própria lógica de formação dos preços.

Outro elemento fundamental que merece atenção diz respeito ao fato de a população urbana e agrária ser constituída como sujeito histórico com condições diferentes de reprodução. Essa relação se estabelece de maneira desigual, pois os possuidores do dinheiro são a população urbana e a renda toma forma de mercadoria na troca com a população do campo.

A CSA entra como estratégia do camponês territorializado, que difere da lógica de subordinação das grandes redes varejistas. Ela busca, por meio de outra lógica, o acesso aos alimentos, criando aproximação com quem produz e corresponsabilizando quem consome. Nesse sentido, a organização da produção, circulação e consumo pode ser vista também como uma tecnologia socioterritorial mundializada da agroecologia, que tem como posicionamento a demanda dos assentados.

As tecnologias socioterritoriais da agroecologia, ao partir das necessidades dos territórios camponeses, avançam como resistência dentro desses territórios estudados, buscando, sob outra lógica que não a capitalista, a reprodução dos camponeses, da natureza e da sociedade como um todo. Isso é especialmente relevante quando comparado com as tecnologias desenvolvidas pelo capitalismo, que são apropriadas privadamente por aqueles que têm capital e raramente têm como preocupação a reprodução da vida. (Almeida, 2023, p. 236)

Para além da CSA, há cestas de iniciativas próprias dos assentados. Tomamos como exemplo a da família Boaventura (Figura 18) que, devido à proximidade do Assentamento Ipanema com Sorocaba, consegue fazer entregas na cidade sob demanda, gerando outra possibilidade de renda para a família.

Figura 20: Cestas Orgânicas do Boaventura



Fonte: Facebook¹².

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=960527762374097&set=a.109560740804141>.

A estratégia utilizada pela família Boaventura, de criar uma cesta e divulgar pelo *Facebook* e comercializar pelo aplicativo *WhatsApp*, coaduna com os apontamentos de Jorge (2024), que defende que os camponeses criam estratégias de resistência frente à subordinação, gerando mercados próprios em diferentes escalas. Dessa forma, uma iniciativa de um lote compõe uma estratégia inserida no sistema alimentar camponês.

[...] os camponeses são sujeitos criativos, resilientes, que se reinventam e sempre buscam construir estratégias de resistência e alternativas à subalternização, às amarras geradas pela agricultura capitalista. Para isso, eles produzem alimentos para o autoconsumo, criam cooperativas, associações e agroindustriais, constroem práticas produtivas desde a agroecologia, lutam por escolas e por uma política educacional consoante com suas necessidades, bem como, criam mercados próprios para comercialização em diferentes escalas. (Jorge, 2024, p. 299)

O projeto Cestas Terra Sagrada iniciou uma estratégia em outubro de 2024, com a premissa de conectar os consumidores a alimentos sustentáveis de famílias do MST, nos assentamentos Ipanema e Bela vista em Iperó, com consumidores de Sorocaba. A dinâmica se aproxima da organização da CSA, mas difere no sentido de que o pedido é realizado por demanda mensal, diferente do compromisso assumido na CSA que é anual. Em um primeiro momento de diálogo com organizadores, constatou-se que houve um aumento nos pedidos, chegando ao auge de 30 cestas em uma semana. As Cestas Terra Sagrada (Figura 19) dispõem de um local físico que faz as entregas semanalmente em Sorocaba.

Figura 21: Cestas Terra Sagrada



Fonte: *Instagram*¹³.

As feiras representam uma importante estratégia dos camponeses, Saquet e Meira (2017) afirmam que para além de possibilitarem a complementação da renda dos camponeses, também oferecem aos consumidores uma opção diferenciada, impulsionada por práticas agroecológicas e pela diversidade de alimentos disponíveis, como frutas, hortaliças, legumes, tubérculos, panificados, geleias, queijos, embutidos e conservas. Assim, demonstram um uso diversificado do território, associado às particularidades ecossistêmicas de cada sujeito do campo reproduz.

Destacam-se as feiras agroecológicas da UFSCar, do SESC, do Campolim e a Feira do Produtor da cidade de Iperó. As feiras inserem-se como formas históricas de venda direta dos camponeses, configurando-se como espaços de troca. A feira agroecológica da UFSCar, criada em 2015, acontece semanalmente durante o período letivo, sob responsabilidade do professor Fernando Silveira e organizada pelos alunos da universidade, por meio do projeto PET (Programa de Educação Tutorial), o grupo vende alimentos de origem agroecológica, produzidos também nos assentamentos de reforma

¹³ Disponível em: https://www.instagram.com/p/DARrX9uyYY3/?img_index=1.

agrária da região. A feira sofreu grande impacto durante a pandemia, foi interrompida no início das restrições em março de 2020 e retomou suas atividades somente em 2022.

Esta feira apresenta outra importância, além da comercialização de alimentos que, em termos de renda, contribui com os assentados em um volume menor que outras experiências, ela também divulga a agroecologia dentro da universidade, possuindo um caráter educacional e científico ao inserir os estudantes nesse debate. Pode-se observar a atuação dos bolsistas na Figura 20 e a indicação da feira e seu caráter agroecológico na Figura 21.

Figura 22: Alimentos expostos na Feira agroecológica da UFSCAR campus Sorocaba



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

Figura 23: Faixa elaborada pelo Núcleo de Agroecologia para divulgar a Feira agroecológica da UFSCar



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

Diferentemente do CSA, onde os alimentos são entregues pelos próprios assentados aos coprodutores, a comercialização realizada pela Feira da UFSCar é mediada pelo Instituto Terra Viva. O instituto nasceu em 2013, a partir da articulação de militantes da agroecologia e jovens da universidade que objetivavam acessar editais de comercialização estatais e contribuir com a comercialização dos camponeses. Entretanto, o instituto tem uma inserção maior com Armazém Terra Viva, criado sobretudo com a crise das políticas de aquisição de alimentos para ser entreposto de comercialização na região, sem fins lucrativos.

Dessa forma, o presente relato aborda a experiência de comercialização solidária do Instituto Terra Viva Brasil de Agroecologia, surgido em 2016 em um contexto de redução das políticas públicas de compra institucional de alimentos da agricultura familiar (MATTEI, 2018) e de aperfeiçoamento das produções em transição agroecológica. Esse processo foi a motivação para o surgimento do projeto de aliança campo-cidade, cujo objetivo central era criar autonomia por meio da abertura de mercado, geração de renda e consolidação da viabilidade econômica e social das famílias produtoras e dos trabalhadores da cidade. (José *et al.*, 2018, p. 2)

O Armazém Terra Viva tem estrutura para armazenar os alimentos que chegam dos assentamentos e faz buscas semanais, o que facilita a distribuição de alimentos. Por outro lado, eles ficam com parte da renda da produção para garantir sua reprodução. Por sua vez, a Feira da UFSCar vende a preço de custo, mas sugere a contribuição de 30% sobre as compras, dando isenção às funcionárias e aos funcionários terceirizados da universidade. Essa contribuição tem como intuito garantir as atividades do NAAC (Núcleo de Agroecologia Apete Caapuã).

O elemento contraditório desse processo é que, se por um lado, a feira comercializa os alimentos produzidos pela ótica da agroecologia, por outro, fica com parte da renda dos camponeses. Contexto que não tem uma saída simples, porque o ideal seria os assentados realizarem a entrega direta, o que atualmente não é possível, por não ter nenhuma política que permita a facilitação desse processo.

A Feira do Produtor de Iperó tem origem na conquista da luta dos assentados. Cabe ressaltar que na cidade só havia uma feira convencional, com feirantes não camponeses, sendo que a Feira do Produtor possibilitou a participação dos assentados e de todos os camponeses que têm cadastro DAP (Declaração de Aptidão) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), possibilitado pela parceria com ITESP.

Produtores da Agricultura Familiar de Iperó (SP) podem se cadastrar para participar de uma feira na cidade. A venda de frutas, verduras e legumes começou em maio deste ano e reúne, até agora, 14 produtores da cidade. A comercialização dos produtos da agricultura familiar animou o setor e a prefeitura está esperando mais produtores para se inscrever e, assim aumentar a demanda. O cadastro pode ser feito na secretaria do Meio- Ambiente em Iperó em horário comercial. “Tínhamos uma feira de produtos industriais como roupas e CDs, agora a ideia é fortalecer a comercialização e incentivar a produção da agricultura familiar”, conta a responsável pela organização da feira, Maria Rodrigues. Para fazer a inscrição de forma gratuita os pequenos produtores devem apresentar a DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf - uma espécie de RG do produtor. Quem ainda não tiver a declaração pode retirar o documento no Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) e ainda se inscrever para a Feira. Em Iperó são cerca de 600 produtores da agricultura familiar, 210 são assentados. A organização (sic) da feira já contabiliza uma procura dos agricultores para participar do projeto “e o melhor, podemos observar que os agricultores estão preocupados em melhorar a produção, eles estão se preocupando cada vez mais com a qualidade do que se planta”, diz Maria. (G1, 2015)

A organização trouxe uma feira autônoma para o centro da cidade aos sábados, livre de atravessadores, possibilitando a venda direta aos assentados e camponeses do

município. No trabalho de campo, conversamos com dois assentados que vendiam direto e entendiam a feira como um espaço de resistência.

O primeiro assentado Dirceu, do Assentamento Bela Vista, relatou que sua barraca apresentava intensa movimentação, especialmente devido à comercialização de alface a um preço acessível de R\$ 2,00 (Figura 22). Esse valor, quando comparado aos preços oferecidos pelos atravessadores que adquirem o produto por menos de R\$ 1,00, representa uma renda significativamente maior. Dirceu ressaltou que a comercialização na feira era mais vantajosa para ele e destacou sua participação em duas feiras na cidade de Boituva ao longo da semana, onde também vendia alface. O segundo assentado, oriundo do Assentamento Ipanema, relatou desenvolver suas atividades em conjunto com sua família, o que lhe permitia oferecer uma maior diversidade de alimentos em sua barraca.

Figura 24: Alface produzidos no assentamento exposto na feira do produtor Iperó/SP



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

Em campo, observamos que a rede varejista local, aos sábados, para competir com a Feira do Produtor, reduz os preços e expõe os itens de hortifruti na calçada, conforme a disposição dos elementos presentes na Figura 23. Esse tipo de movimento ocorre exclusivamente aos sábados, atraindo parte dos consumidores para o supermercado. Em diálogo com os assentados, eles relataram que perdem parte das vendas, mas destacaram que há consumidores que, por questão cultural, preferem ir à feira e reconhecem que os produtos oferecidos nela possuem maior qualidade

Figura 25: Bancadas de hortifruti na calçada em Iperó no dia da Feira do Produtor.



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2022).

A Feira do Produtor aparece como uma das estratégias dos assentamentos, mas com alguns desafios por requerer um tempo grande para a montagem, uma disponibilidade de alimentos específicos semanalmente e meios de transporte. Com isso, foi possível observar que havia apenas duas famílias assentadas envolvidas, mas que falam com muito orgulho da feira enquanto uma conquista.

A Feira Agroecológica do SESC Sorocaba (Figura 24) tem atualmente uma periodicidade mensal, funcionando como importante ponto de aproximação entre os consumidores e os camponeses, pois se trata de uma feira onde os camponeses

comercializam seus alimentos diretamente, contando com apoio do SESC na organização. Há também comercialização de alimentos elaborados nesta feira. Em conversas com os assentados, eles entendem essa feira como estratégica, sobretudo porque o SESC arca com muitos custos da realização e possibilita acesso a consumidores interessados em alimentos saudáveis. O limite está justamente na frequência, que ainda é mensal. Além dos assentados há participação do Instituto Terra Viva que comercializa alimentos fornecidos pelos assentamentos.

Figura 26: O assentado William e responsáveis do Instituto Terra Viva comercializando alimentos dos assentamentos na Feira Agroecológica do SESC



Fonte: SESC¹⁴.

¹⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/p/C5ZOHqkK9pJ/?hl=pt&img_index=2.

O Instituto Terra Viva e o Núcleo de Envolvimento Comunitário, integrantes da rede de solidariedade dos assentados, atuam na comercialização de alimentos saudáveis, estabelecendo parcerias com os assentamentos e realizando a venda a partir de suas sedes em Sorocaba, sua atuação será melhor analisada no quarto capítulo.

Há também alimentos fornecidos ao PNAE, que eram distribuídos pela Cooperativa de Agricultores Familiares 16 de Maio (Coopmaio), provenientes de três lotes do Assentamento Ipanema e entregues em três municípios (Iperó, Votorantim e Sorocaba), garantindo o acesso a alimentos saudáveis nas escolas da região. Segundo Jorge (2024, p. 251): “Os mercados institucionais, uma vez que incentivaram e propiciaram a ampliação e organização da produção camponesa, geraram condições para a estruturação de cooperativas, agroindústrias e outros tipos de mercados.”. Com base nessa afirmação, pode-se constatar que essa realidade coaduna os assentamentos investigados pois, as cooperativas organizadas no assentamento têm sido impulsionadas, sobretudo pelas compras institucionais.

Além da Coopmaio, destaca-se a Cooperativa de Produtores da Fazenda Ipanema (Cooprafi), localizada no assentamento Ipanema, que realiza entregas, principalmente após a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2025 pelo Banco de Alimentos de Sorocaba (BAS).

Diante dos argumentos apresentados, pode-se compreender que há uma consolidação do sistema alimentar camponês em ambos os assentamentos, o que foi entendido como uma expressão da luta dos assentados em seu próprio território. O processo de territorialização dos assentados por meio luta do MST continua a se consolidar a partir da organização em torno das bandeiras do movimento. As estratégias de compras coletivas, as feiras e a presença dos assentados em diversas instituições, como o SESC e a UFSCar, são a materialização da luta dos movimentos articulados com outros movimentos urbanos e com a universidade.

Pode-se observar que diversas organizações evidenciam que esses camponeses não estão submissos aos pacotes técnicos do agronegócio, buscando articular-se com consumidores, universidades e movimentos socioterritoriais e socioespaciais, rompendo com a lógica subordinada às grandes redes varejistas.

É diante da territorialização do campesinato e de suas sucessivas estratégias de reprodução, que no próximo capítulo pensaremos na organização dos sistemas alimentares camponeses e como contribuem ou não para o aumento da articulação entre o campo e a cidade.

**CAPÍTULO IV - SISTEMA ALIMENTAR CAMPONÊS E A DIALÉTICA
ENTRE O CAMPO E A CIDADE**

Neste capítulo buscamos analisar a configuração do sistema alimentar camponês, destacando as resistências dos assentados organizados em torno da agroecologia e como esse sistema promove a reorganização dos territórios camponeses conquistados por meio da luta. A partir dessa perspectiva, a análise da relação entre o campo e a cidade possibilita compreender a reprodução do modo de vida camponês. Para isso, pretende-se examinar os dados já sistematizados do trabalho de campo, cartografados em mapas de fluxos.

É importante ressaltar que estamos diante de sistemas alimentares relativamente mais autônomos em comparação a outros. Essa autonomia se manifesta, sobretudo, na maior liberdade para decidir o que e como produzir, diferenciando-se dos sistemas subordinados. Além disso, observa-se um ganho maior de renda entre os camponeses inseridos nesse modelo, em relação aos sistemas alimentares dependentes de dinâmicas externas.

O organograma da Figura 25, apresenta o Sistema Alimentar Camponês em relação com as estratégias de resistência camponesas apresentando primeiramente os elementos analisados que compõem as diversas possibilidades de organização e seus conteúdos, que são os próprios movimentos articulados e a forma como foi pensado na tese o sistema alimentar camponês.

Figura 27: Organograma do Sistema Alimentar Camponês seus elementos e conteúdos



Org.: Fernando Freitas de Almeida (2025)

O movimento de verticalizar o olhar para o sistema alimentar camponês, dentro dos territórios de reforma agrária, possibilitou enxergar as diversas possibilidades de organização entre o campo e a cidade, bem como suas contradições. Os movimentos socioterritoriais, articulados com movimentos socioespaciais, dão a tônica desse processo de comercialização, especialmente quando as articulações da cidade, como as CSAs e os institutos de economia solidária, encontram no MST a possibilidade de acesso a alimentos saudáveis.

No entanto, não é apenas a articulação entre os movimentos da cidade e do campo que dá sentido à organização dos assentamentos. Também se articulam o próprio Estado, por meio das políticas públicas, e a Universidade (nos assentamentos estudados, a universidade pública), além da iniciativa dos assentados na venda direta e em outras atividades.

Ao observar essas atividades, marcadas pelo posicionamento crítico e pela práxis dos camponeses em defesa da reforma agrária, podemos compreender essa articulação como resistência dentro dos territórios de reforma agrária, possibilitando uma vida mais autônoma, apesar das contradições impostas pelo capitalismo. Lançamos olhar sobre as estratégias protagonizadas pelos camponeses e como entendem as articulações e as contradições do contexto em que estão inseridos.

Concorda-se com Silva e Vinha (2023) quanto à afirmação de que os camponeses enfrentam contradições, ora sendo mais autônomos, ora mais subordinados. Ao comercializarem seus alimentos no mercado, inserem-se simultaneamente em uma lógica de subordinação e de autonomia.

Contudo, essas territorialidades não são, em sua totalidade, autônomas ou subordinadas. Ser autônoma é ter relativa autonomia em um estipulado cultivo ou em um dos estágios desse cultivo, mas não no conjunto ao todo. O camponês parcialmente autônomo se assemelha ao parcialmente subordinado, sendo um meio-termo entre a subordinação e a autonomia, produzindo distintos usos dos territórios e em situações conflitantes de subordinação e autonomia. (Silva e Vinha, 2023, p. 22)

Contradição também presente na relação do urbano-rural como apresentam Dixon e McMichael (2015), que cria condições facilitadas ao cidadão-consumidor na garantia de uma segurança alimentar. Diante desse viés, os autores fazem um convite a uma forma de organização que possibilite um encorajamento das políticas e formas de organização que valorizem a solidariedade urbano-rural, entendida nesta tese como a solidariedade entre campo e cidade.

O sistema a ser analisado neste capítulo coaduna com essa visão contra-hegemônica ao buscar, nessa relação, estratégias que, atuando na contradição, visam diminuir a desigualdade campo-cidade, aproximando camponeses e consumidores não apenas geograficamente, mas também nas relações sociais. Diante de um cenário em que viralizam vídeos de descarte de alimentos¹⁵, enquanto a insegurança alimentar persiste no país, o sistema alimentar camponês mostra-se urgente e necessário.

A consolidação do sistema alimentar camponês e a forma como se estabelece a dialética entre o campo e cidade, poderão ser observadas nos mapas de fluxos, que possibilitam a análise das diversas estratégias adotadas pelos assentados da reforma agrária e presentes no território.

Os mapas de fluxos têm como propósito apresentar a intencionalidade de compreensão da territorialização do sistema alimentar camponês, alinhando-se, em outras palavras, às concepções de Fernandes (2013) sobre o pensamento pensante. Embora elaborados pelo autor, são fruto de reflexões coletivas dentro e fora da universidade, em uma pesquisa de caráter militante, que teve como principal metodologia os diálogos com assentados e militantes dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Dessa forma, os mapas não apenas representam a realidade estudada, mas também servem como instrumentos para auxiliar os militantes em suas análises. Cabe ressaltar que as setas escolhidas nos mapas têm um caráter qualitativo, pois indicam a direção dos fluxos de alimentos, sinalizando sua origem e destino, sem representar a quantidade de alimentos envolvidos.

4.1 – Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) e Cestas da agroecologia

As primeiras representações cartográficas referem-se às CSAs, que têm como princípio a proximidade com a produção de alimentos. Essa estratégia, presente também no assentamento, tem um caráter mundializado (Almeida, 2024), sendo adotadas por camponeses no Brasil, sobretudo os organizados pelo MST.

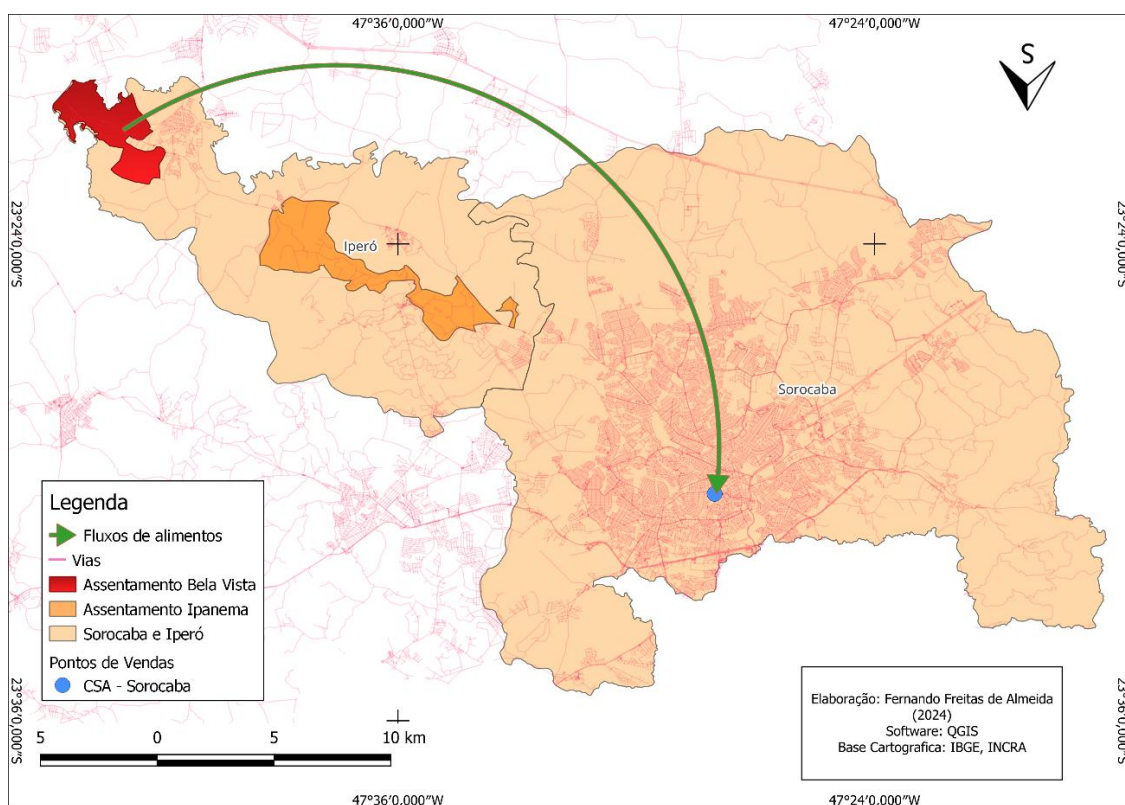
No Mapa 7 pode-se observar que os alimentos na CSA saem do assentamento e são direcionados diretamente aos coprodutores no ponto de coleta, um sistema que possibilita a total eliminação de atravessadores, pois os alimentos vão do lote à mesa.

¹⁵ A prática de descartar parte da produção é utilizada pelo agronegócio quando há um aumento na oferta, resultando na queda dos preços;

Esses fluxos de alimentos ocorrem semanalmente e são viabilizados por um caminhão, conquista do assentamento, atualmente administrado pela prefeitura de Iperó.

O modelo de comercialização da CSA é, nesse sentido, o que oferece maior possibilidade de renda aos camponeses quando comparado a outras estratégias de comercialização com o consumidor final. Nesse caso, o fluxo de alimentos está sob o controle dos camponeses, pois possibilita a produção de alimentos sob o princípio da agroecologia, o transporte viabilizado por uma política pública e a entrega realizada em um espaço cedido por coprodutores solidários aos camponeses, que se beneficiam de alimentos saudáveis. Dentro da dialética campo-cidade pode-se afirmar que esse modelo proporciona maior autonomia relativa.

Mapa 6: Fluxo de alimentos do Assentamento Bela Vista até a CSA Sorocaba

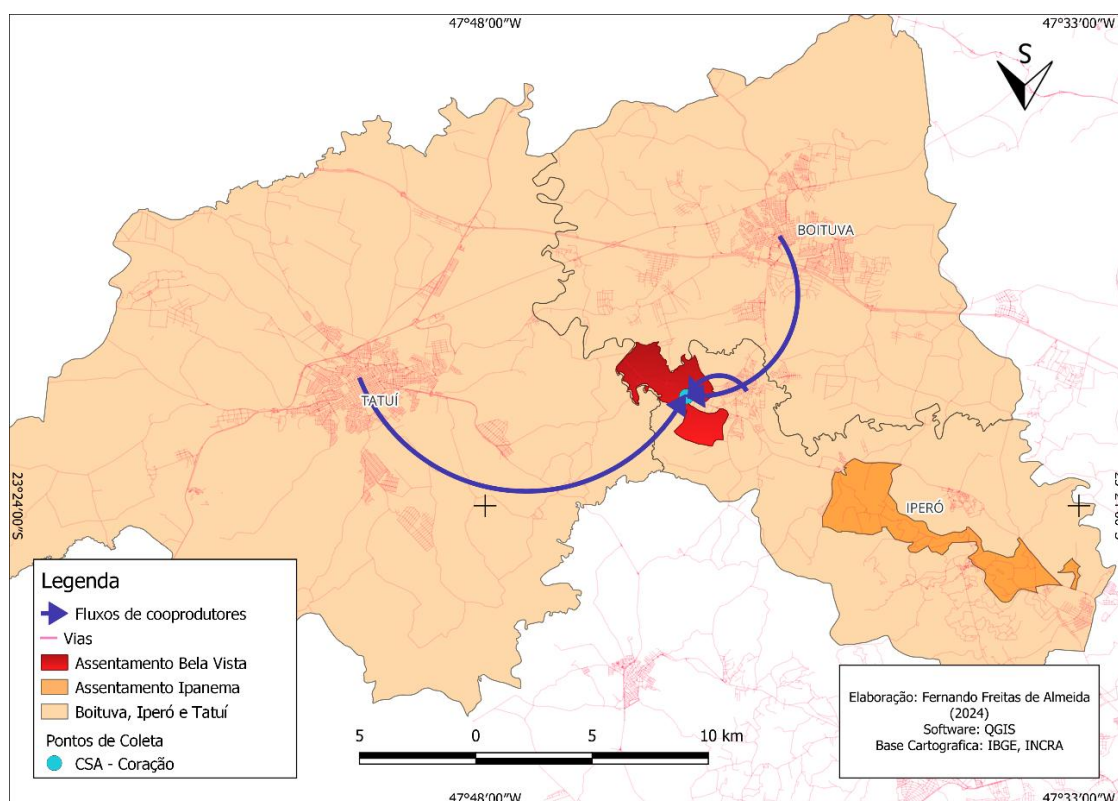


Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

A CSA Coração, representada no Mapa 8, segue o mesmo princípio da CSA Sorocaba, mas demonstra a movimentação dos coprodutores ao Assentamento Bela Vista, pois, no modelo adotado, as cestas são coletadas no próprio lote. Consumidores de Tatuí, Boituva e de Iperó se deslocam ao assentamento e buscam seus alimentos.

Essa estratégia de comercialização possibilita aos assentados uma menor preocupação com a distribuição, podendo se preocupar com a produção, colheita e preparo das cestas. Como elemento contraditório, havia muita dificuldade na adesão de novos coprodutores, sendo que no momento do trabalho de campo, apenas 11 participavam.

Mapa 7: Fluxos de coprodutores da CSA Coração ao Assentamento Bela Vista.



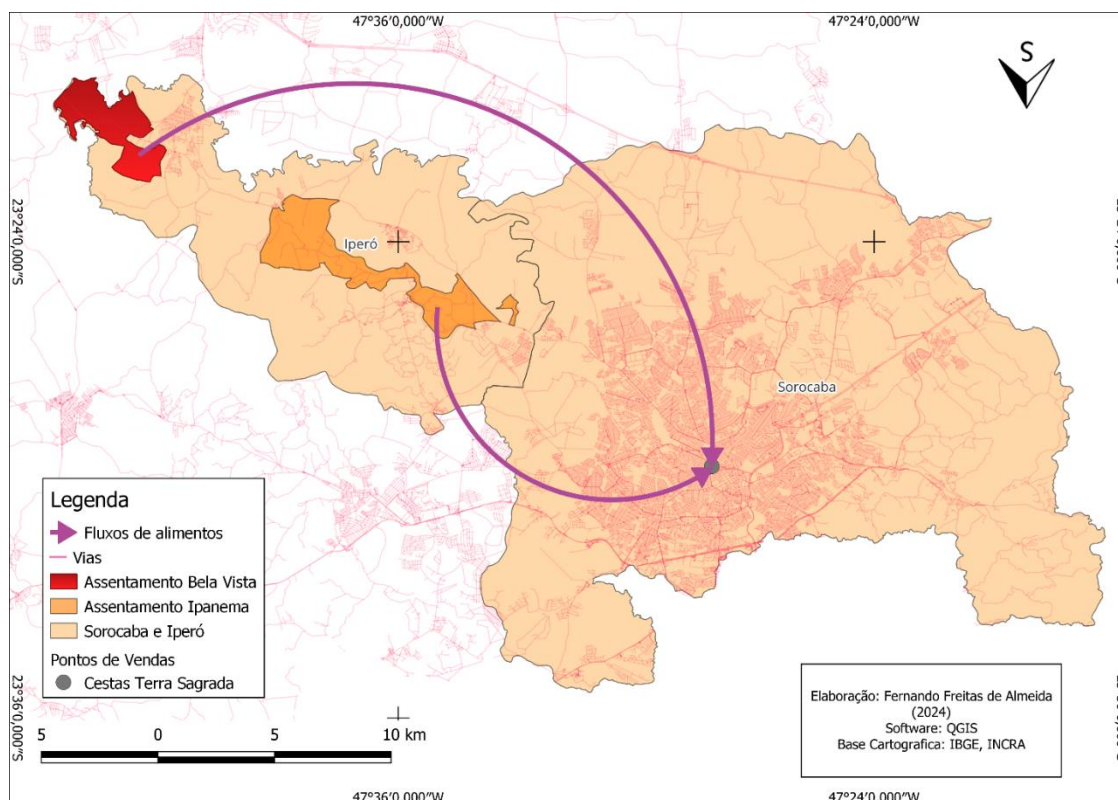
Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

Os fluxos de alimentos da Cestas Terra Sagrada, representados no Mapa 9, evidenciam a entrega direta ao consumidor final. Essa dinâmica destaca a relação com os assentamentos, uma vez que os alimentos são provenientes dos assentamentos Bela Vista e Ipanema. As cestas são produzidas sob demanda, com entregas semanais em um endereço fixo em Sorocaba, permitindo que os consumidores realizem compras regularmente ou conforme sua necessidade.

A articulação entre os assentamentos ocorre, sobretudo, por meio do movimento socioterritorial MST, cujas estratégias possibilitam ampliar o acesso à renda por meio da comercialização de alimentos. As cestas sob demanda modificam a estratégia dos camponeses, pois a produção necessária para a comercialização, diferentemente da CSA,

é variável, havendo semanas em que os pedidos são maiores e outras em que são menores. Trata-se de um modelo de comercialização que novamente possibilita uma maior autonomia, todavia, as estratégias de produção são mais flexíveis.

Mapa 8: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema para Cestas Terra Sagrada.

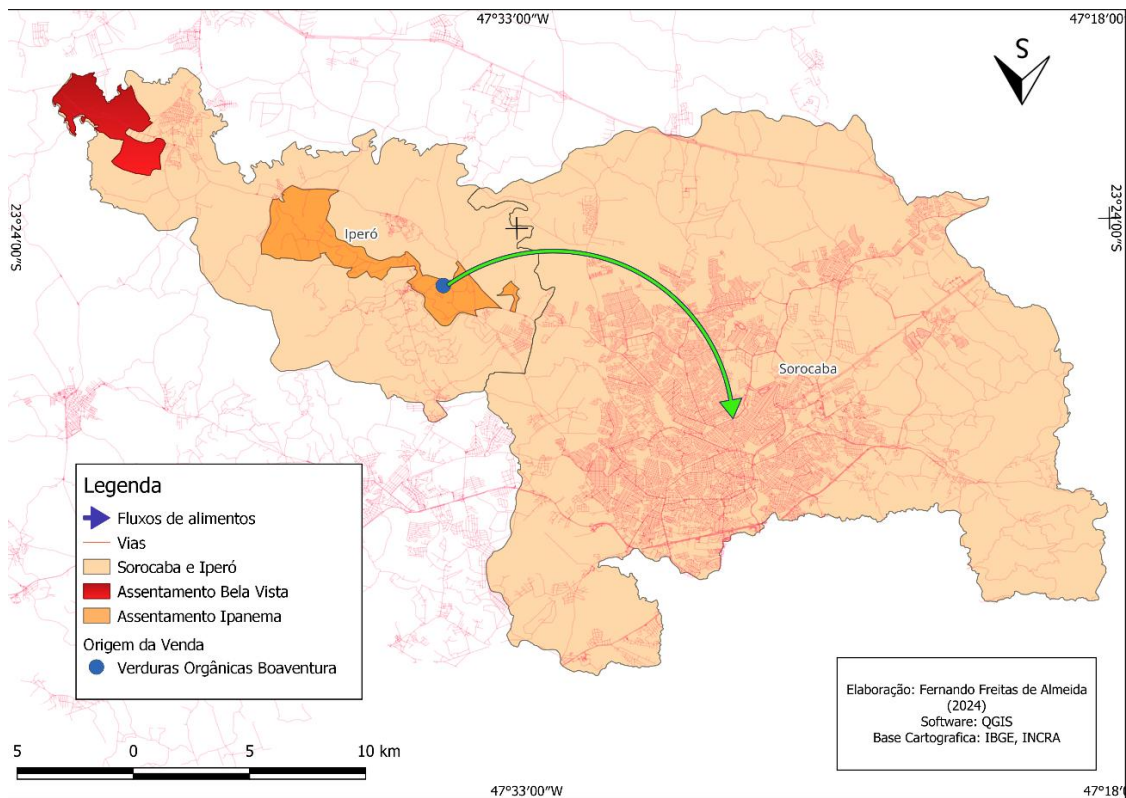


Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

A proximidade do assentamento Ipanema com Sorocaba viabilizou a entrega de cestas por pedido. Dentre as observadas em campo, destacam-se as cestas da família Boaventura que, diferente das demais, modificou a estratégia. Os pedidos são entregues diretamente na casa dos consumidores, criando uma facilidade para aqueles que buscam acessar alimentos saudáveis.

O Mapa 10 representa qualitativamente os fluxos das Cestas Orgânicas Boaventura, que partem do lote em direção a Sorocaba. Como há uma diversidade de endereços, a seta que indica o fluxo foi direcionada para o centro de Sorocaba, sem um ponto específico. Pode-se constatar que, com essa estratégia, cria-se a necessidade de o camponês, para além da produção dos alimentos, ocupar-se também com a circulação dos alimentos.

Mapa 9: Fluxos de alimentos via Cestas de Orgânicas Boaventura do assentamento Ipanema para Sorocaba



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

4.2 – As Feiras da Agroecologia

As feiras desempenham um papel fundamental na compreensão do sistema alimentar camponês. No entanto, nesse contexto, serão consideradas aquelas em que não há a presença de atravessadores, permitindo uma verdadeira aproximação entre o meio urbano e agrário e a valorização da produção local de alimentos.

Sob essa perspectiva, as feiras livres são vistas como uma importante estratégia para a promoção de práticas agroecológicas, além de desempenharem um papel essencial na geração de renda para os camponeses. Como destacado por Saquet e Meira (2017), as feiras livres agroecológicas têm ganhado força no Brasil, especialmente como uma forma de resistência política articulada com os movimentos socioterritoriais e socioespaciais.

Desse modo, as feiras livres destacam-se como importantes atividades entre as práticas agroecológicas e para a economia familiar dos camponeses, efetivadas a partir da auto-organização e identidade política entre os produtores e, ao mesmo tempo, da eliminação dos intermediários entre os produtores e os consumidores. Assim, as feiras livres ecológicas vêm ganhando força no

Brasil, principalmente no âmbito das unidades de produção familiar como forma de resistência política. (Saquet e Meira, p. 120, 2017)

Coadunando com os tipos de feiras aqui analisadas, os autores caracterizam essas feiras como marcadas pelos fluxos de alimentos centrados no trabalho familiar camponês. Trata-se de uma organização social e territorial, específicas de suas territorialidades e temporalidades, pois, quando subtrai o atravessador, cria formas de organização menos subordinadas.

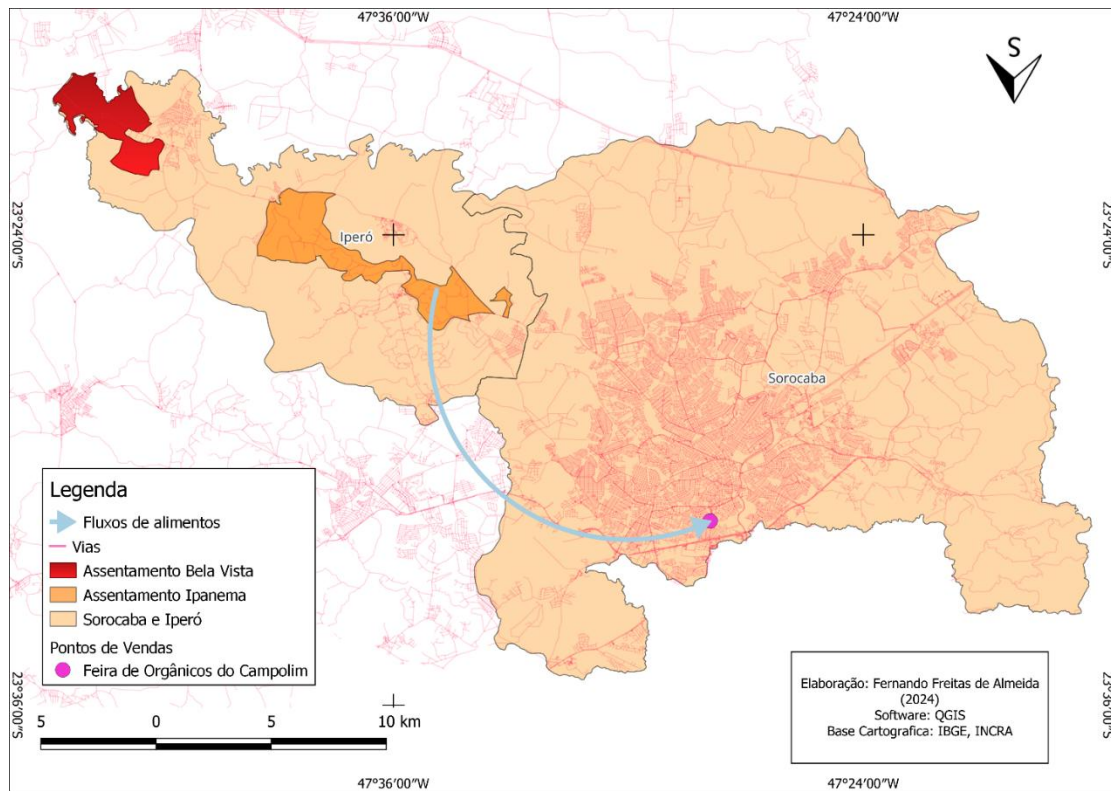
Para Godoy e Anjos (2007), as feiras livres ecológicas, no Brasil, constituem-se a partir de algumas características principais, como as relações que caracterizam um diversificado conjunto de ocupações, fluxos e mercadorias, centradas no trabalho dos membros de cada família. Trata-se, portanto, de uma organização social e territorial específica, com territorialidades e temporalidades também singulares, objetivando-se como redes curtas e formas da articulação entre o rural e o urbano. Há, aí, intercâmbio de saberes e experiências: o consumidor reproduz e socializa aspectos da sua vida urbana e, o agricultor, faz o mesmo a partir da sua vida cotidiana (GODOY e ANJOS, 2007). (Saquet e Meira, p. 120, 2017)

O Mapa 11 apresenta o fluxo para a Feira de Orgânicos do Campolim, localizada na cidade de Sorocaba e que ocorre semanalmente. A participação é composta principalmente por feirantes camponeses, sobretudo do assentamento Ipanema, mas também por camponeses individuais que se dedicam à produção de orgânicos em uma área situada na região limítrofe de Sorocaba.

O bairro Campolim possui uma importante centralidade em Sorocaba, sendo a área com a população de maior renda. A feira atrai consumidores, sobretudo por ser denominada orgânica, oferecendo preços relativamente mais baixos que os praticados no mercado, além de estar associada ao Parque Campolim, uma região de lazer da cidade, especialmente frequentada pelos moradores locais.

A participação dos camponeses na feira possibilita uma renda complementar ao lote, mas também faz parte de estratégias de contato para fornecer cestas e estabelecer parcerias com consumidores e outras atividades da prefeitura. Pode-se constatar que estar presente nessa feira permite a aproximação com sujeitos que têm a alimentação saudável como um estilo de vida.

Mapa 10: Fluxo de alimentos do assentamento Ipanema à Feira de Orgânicos do Campolim



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

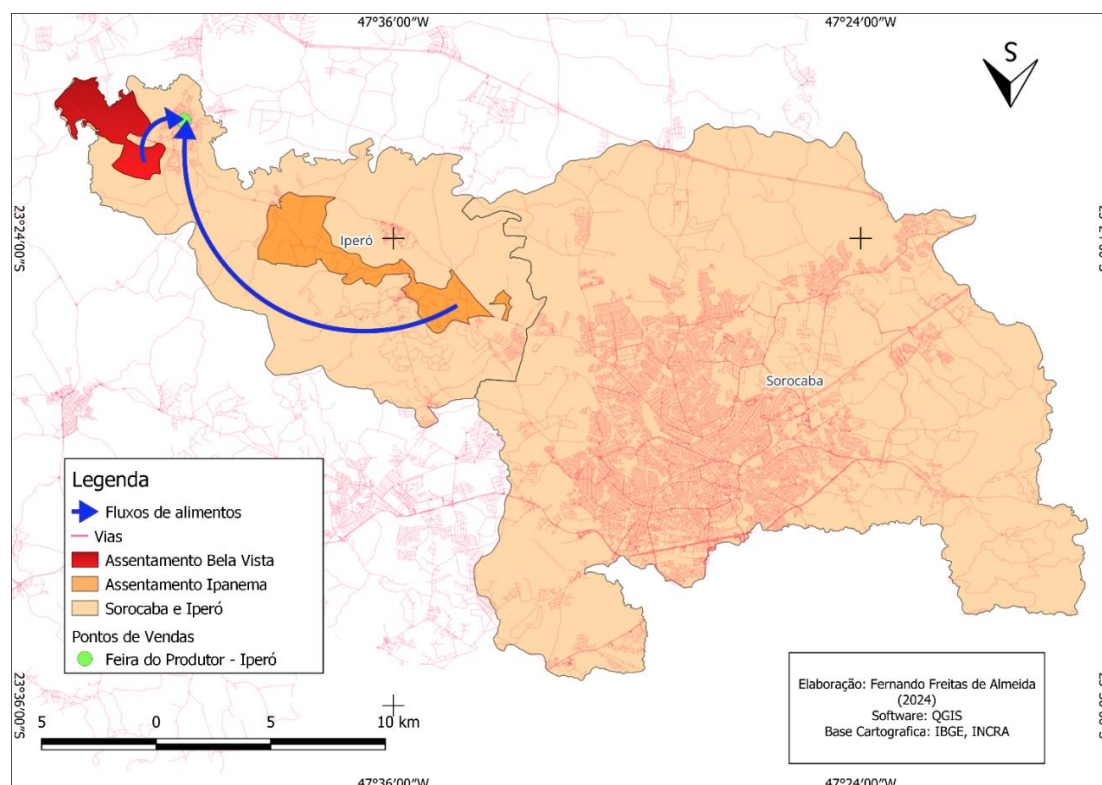
A Feira do Produtor de Iperó se insere nas estratégias dos camponeses assentados, pois se trata de uma feira conquistada que modifica a dinâmica do município. Sendo uma cidade pequena, a feira conecta camponeses e consumidores locais. Além do contato social e econômico, também promove vínculos afetivos, uma vez que os sujeitos estabelecem relações que vão além da compra e venda de alimentos.

As redes de comercialização construídas por meio das feiras livres, perpassam a ideia de comércio na cidade, elas contribuem para revitalizar o espaço urbano, modificam a dinâmica do bairro onde estão instaladas e da cidade – mesmo que temporariamente-, são responsáveis pela valorização do que é produzido localmente e uma forma de conexão direta entre produtores e consumidores. (Saquet e Meira, p. 137, 2017)

O Mapa 12 demonstra que os fluxos de alimentos ocorrem em ambos os assentamentos, possibilitando a comercialização direta ao consumidor final, diferentemente de feiras que contam com a figura do atravessador. Apesar da prefeitura, em parceria com o ITESP, ter viabilizado a estrutura das barracas e o local onde a feira é realizada semanalmente, a logística dos alimentos é de responsabilidade dos camponeses.

A Feira de Produtores de Iperó representa uma conquista para os assentados. No entanto, a pesquisa de campo revelou que apenas duas barracas pertencem a assentados da reforma agrária, embora existam 180 lotes de assentamentos. As demais barracas são de camponeses individuais que possuem a Declaração de Aptidão (DAP) e mantêm vínculo com o ITESP. Apesar da importância da feira, a renda gerada e os custos com logística não compensam para muitos assentados. Como estratégia, a barraca do assentado do Ipanema comercializa alimentos de outros assentados, mostrando a solidariedade presente nos assentamentos de reforma agrária.

Mapa 11: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema à Feira do Produtor de Iperó

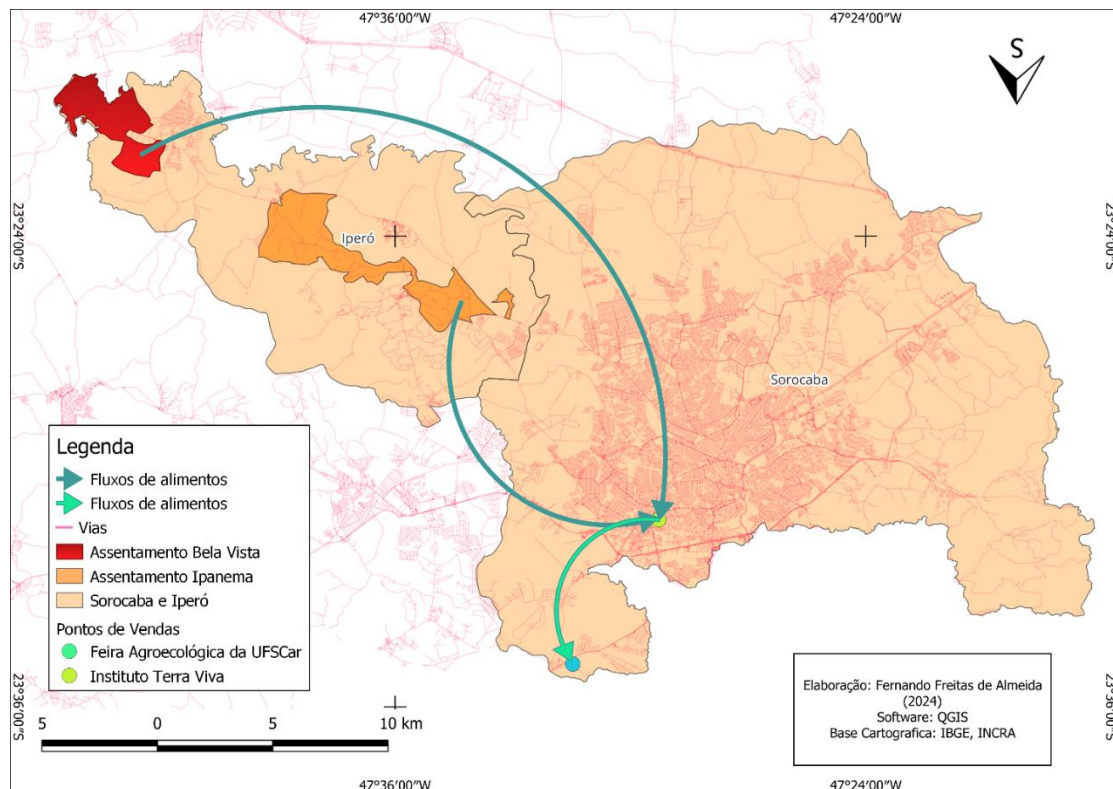


Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

A feira de alimentos agroecológicos da UFSCar integra o sistema alimentar camponês, mas apresenta elementos contraditórios. Por um lado, garante a comercialização e facilita a circulação de alimentos. Por outro lado, insere-se no modelo de vendas indiretas. Isso ocorre porque parte dos alimentos comercializados, conforme ilustrado no Mapa 13, é inicialmente direcionada ao Instituto Terra Viva (indicado pelas setas verde-escuras) antes de chegar à universidade (indicada pelas setas verde-claras).

Essa organização, embora faça parte das estratégias dos movimentos socioterritoriais, só poderia ser superada por meio de uma política pública que viabilizasse a venda direta entre a universidade e os assentamentos. É justamente nessa lacuna que o Instituto de Economia Solidária se insere. Desse modo, compreendemos que há uma relativa autonomia dos camponeses, porém menor do que nas feiras onde a venda ocorre diretamente ao consumidor final, ainda assim gera renda para os assentados e possibilita o acesso semanal da comunidade universitária a alimentos produzidos com base nos princípios da agroecologia.

Mapa 12: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema à Feira Agroecológica da UFSCar por intermédio do Instituto Terra Viva

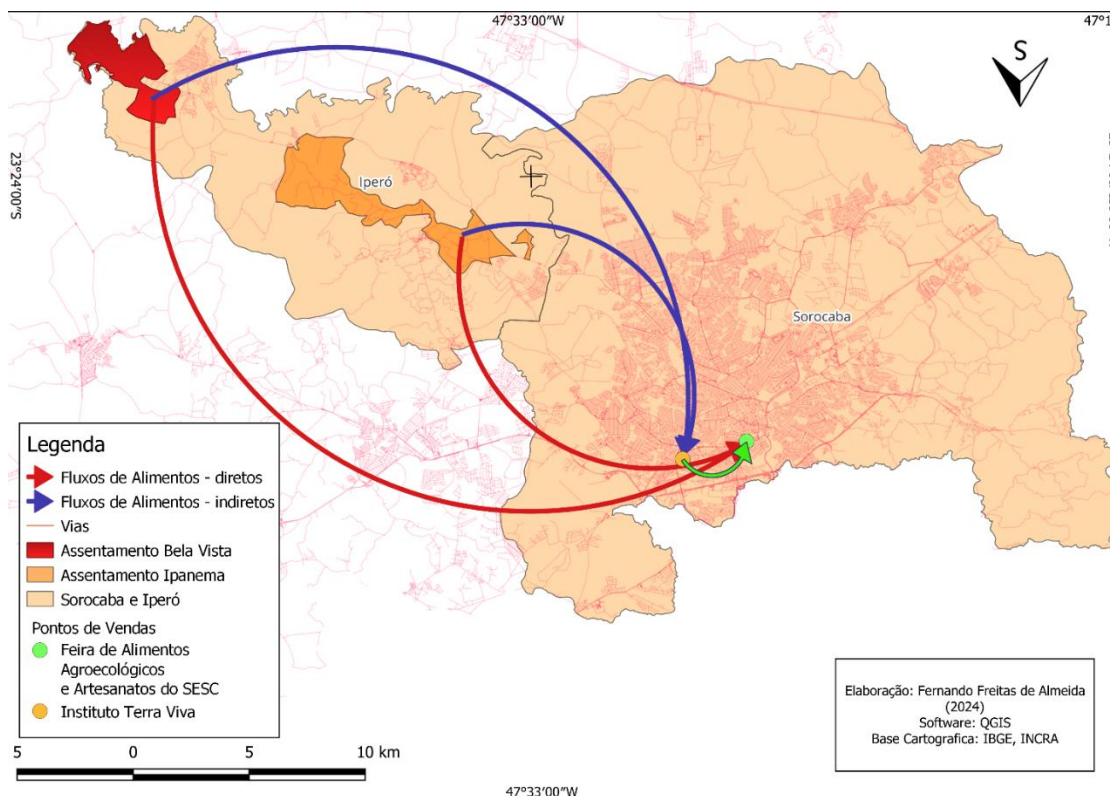


Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

A Feira do Sesc tem sua dinâmica própria, pois acontece mensalmente e apresenta diversos fluxos de alimentos. Há a participação direta dos camponeses, por meio de suas bancas, e do Instituto Terra Livre de Sorocaba na comercialização. Podemos observar no Mapa 14, a forma como os alimentos são comercializados. Os fluxos representados pelas setas vermelhas referem-se a alimentos vendidos diretamente aos consumidores finais na feira, enquanto os indicados pela seta azul são intermediados pelo Instituto. Nesse

sentido, embora os institutos façam parte das estratégias de comercialização e retenham parte da renda, paradoxalmente garantem a comercialização dos alimentos, possibilitando outros fluxos de distribuição.

Mapa 13: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema à Feira de Alimentos Agroecológicos e Artesanatos do SESC



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

4.3 – Os institutos de economia Solidária

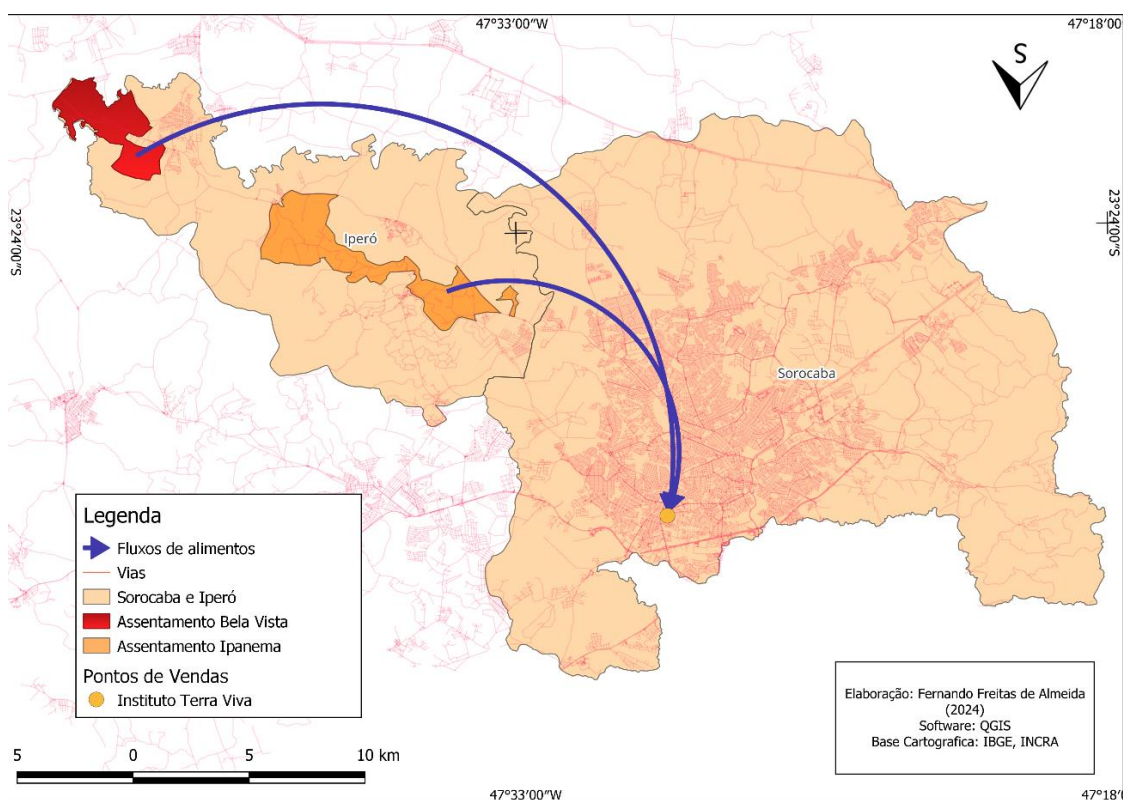
Os institutos de economia solidária incorporam o sistema alimentar camponês de forma periférica. Embora façam parte das estratégias de distribuição de alimentos, possuem lógicas próprias. Em alguns momentos, aproximam-se dos interesses dos assentados, e em outros, afastam-se. Isso ocorre porque, dentro dessa dialética, apesar de o lucro não ser o objetivo dessas instituições, há a necessidade de manter suas estruturas, folha de pagamento e logística. Muitas vezes, esses custos recaem sobre a renda que o camponês poderia obter ao entregar alimentos sem mediação.

Os fluxos de alimentos do Mapa 15 demonstram o primeiro braço de comercialização do lote aos institutos, mas não se referem ao consumidor final. O

Instituto Terra Livre de Sorocaba, por exemplo, fornece alimentos para a Feira da UFSCar e para o Instituto Chão, no município de São Paulo, além de atender estados vizinhos, como o Rio de Janeiro, o que acrescenta custos ao valor dos alimentos para o consumidor final. A autonomia do assentado, nesse caso, aproxima-se da do camponês que entrega seus alimentos a atravessadores. No entanto, quando pensamos em renda, os valores praticados por esses institutos são significativamente maiores do que os oferecidos pelos atravessadores das grandes redes varejistas.

Em diálogo com os assentados, eles entendem positivamente a presença dos institutos, mas apontam que a entrega para compras institucionais é mais significativa. Também afirmam que a diversificação de renda nos lotes faz parte das estratégias, dando como exemplo a conjuntura do golpe contra a presidenta Dilma, que diminuiu de maneira significativa as compras estatais, sendo que nesse período, as vendas diretas, aos institutos e as cestas possibilitaram renda aos assentados.

Mapa 14: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema ao Instituto Terra Livre de Sorocaba

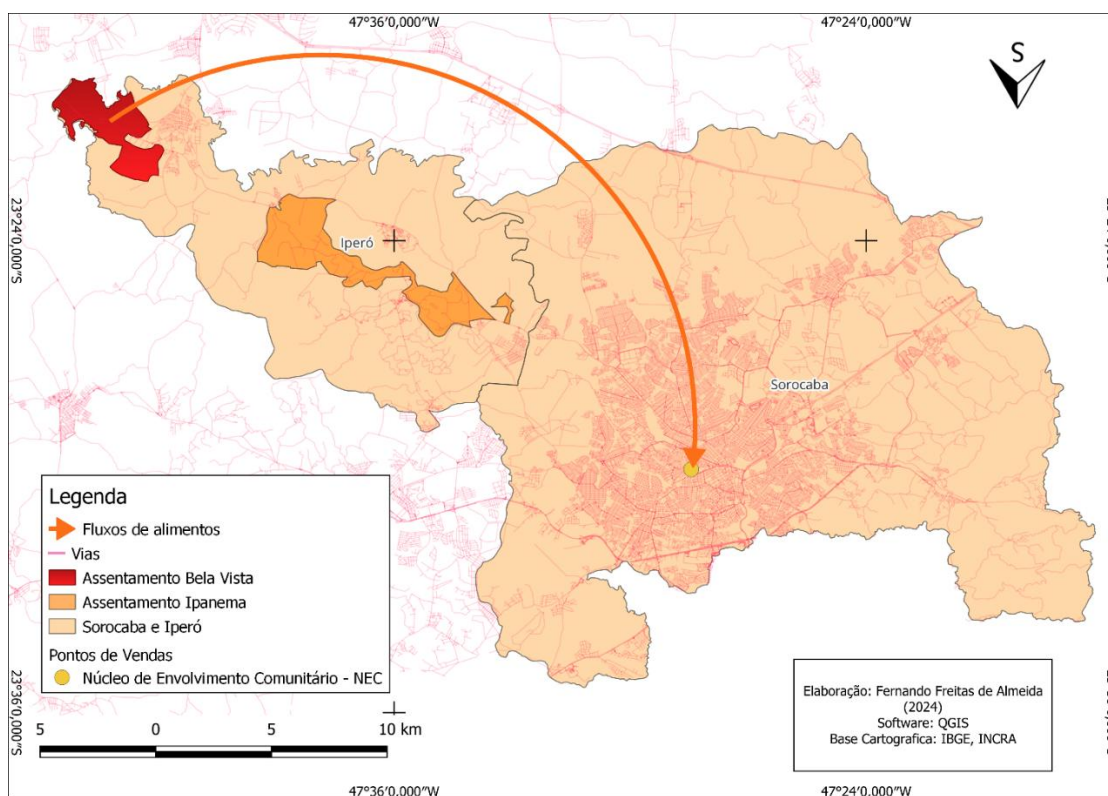


Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

Outro instituto que tem uma importante atuação no assentamento é o Núcleo de Envolvimento Comunitário (NEC), representado no Mapa 16. Sua atuação é mais local, mas possui vínculos, sobretudo, com os assentados do Bela Vista, que participam de atividades no Núcleo e comercializam alimentos processados em um prédio próprio da associação, em Sorocaba. Cabe ressaltar que o NEC tem atuado em feiras na cidade de Sorocaba e na distribuição de alimentos para a comunidade.

O NEC tem buscado possibilitar comercialização dos alimentos, além de atuar com as mulheres do campo e da cidade por meio de cursos de formação, buscando fazer intercâmbios. Em trabalho de campo, observamos que o NEC mantinha vínculo com nove assentadas do Bela Vista, contribuindo com a comercialização. No momento, o volume de alimentos ainda era baixo, foi buscado de carro, mas estavam constituindo laços com assentamento.

Mapa 15: Fluxo de alimentos do Assentamento Bela Vista até o Núcleo de Envolvimento Comunitário (NEC)



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

4.4 – Compras Institucionais

No contexto da reforma agrária no Brasil, as compras estatais de alimentos desempenham um papel central no apoio aos camponeses territorializados e no acesso à alimentação saudável para a população urbana. Os programas de compras institucionais têm a capacidade de romper com a contradição do acesso à alimentação saudável entre campo e cidade, garantindo, por um lado, a comercialização dos alimentos pelos camponeses e, por outro, o acesso a alimentos da agroecologia para pessoas que possivelmente não teriam acesso através da compra.

Cabe ressaltar que os programas de compras institucionais são conquistas da luta histórica dos movimentos socioterritoriais do campo, dentre os quais o próprio MST. Durante a pesquisa, pode-se acompanhar significativamente os cortes dessas políticas no assentamento e, mais recentemente, a retomada, ainda ínfima, das políticas de aquisição de alimentos pelo Estado.

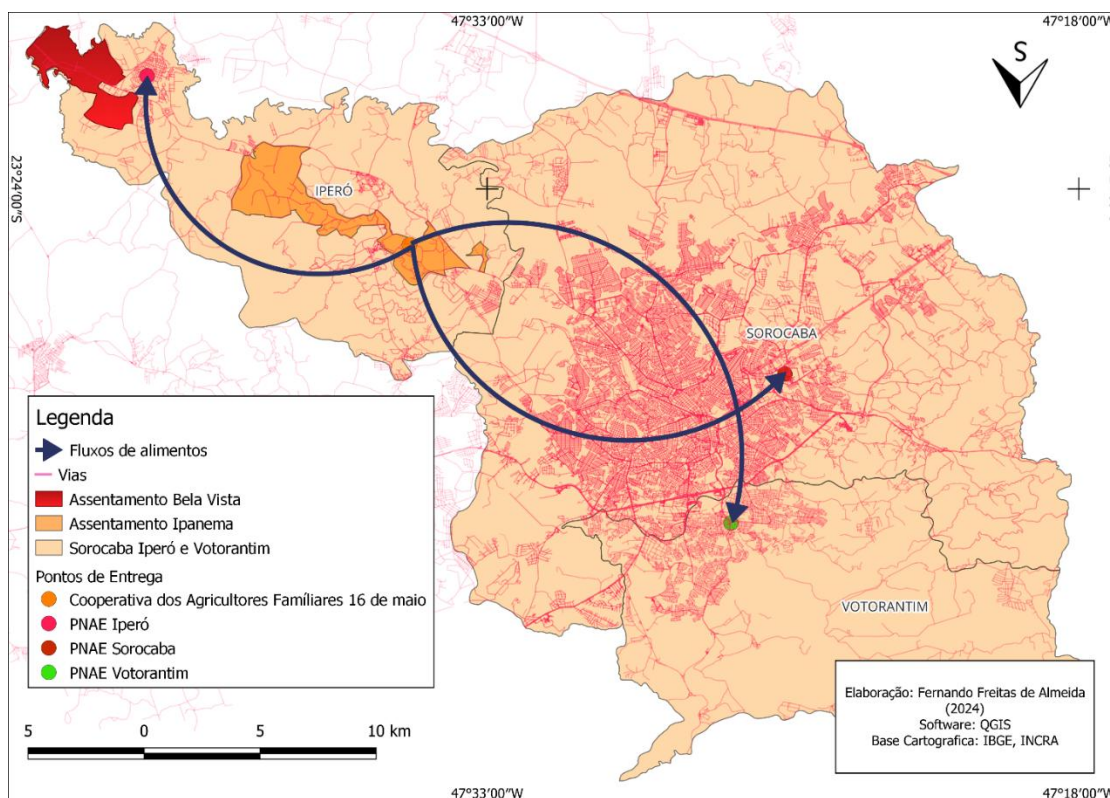
O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, possui diversas modalidades, dentre as quais a compra institucional, que permite que órgãos públicos federais, estaduais e municipais adquiram alimentos diretamente dos assentamentos, dispensando licitações que muitas vezes afastam os camponeses. Com isso, os alimentos adquiridos por meio do PAA são destinados a diversas finalidades, como assistência social e alimentação em escolas, hospitais, presídios, restaurantes universitários e outras instituições públicas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, define que pelo menos 30% dos recursos federais sejam destinados à agricultura familiar, que tem como premissa oferecer alimentação escolar para alunos da educação básica. Em contrapartida, os camponeses territorializados precisam garantir alguns parâmetros de qualidade, preço e regularidade.

O Mapa 17 apresenta os fluxos de alimentos observados no trabalho de campo da Cooperativa dos Agricultores Familiares 16 de Maio que, dentro de um cenário com o decréscimo de políticas de aquisição de alimentos em 2022, tiveram acesso ao PNAE de três cidades na região de Sorocaba: Sorocaba, Votorantim e Iperó. Os fluxos de alimentos mostram a distribuição realizada pela cooperativa do assentamento Ipanema, que é muito expressiva. A cooperativa contava com um caminhão específico para garantir a circulação de alimentos e com mais famílias para assegurar a produção e a exigência de regularidade

nas entregas. Vale lembrar que a produção recebida como convencional é realizada por famílias que estão em transição agroecológica, logo sem uso de agrotóxicos.

Mapa 16: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

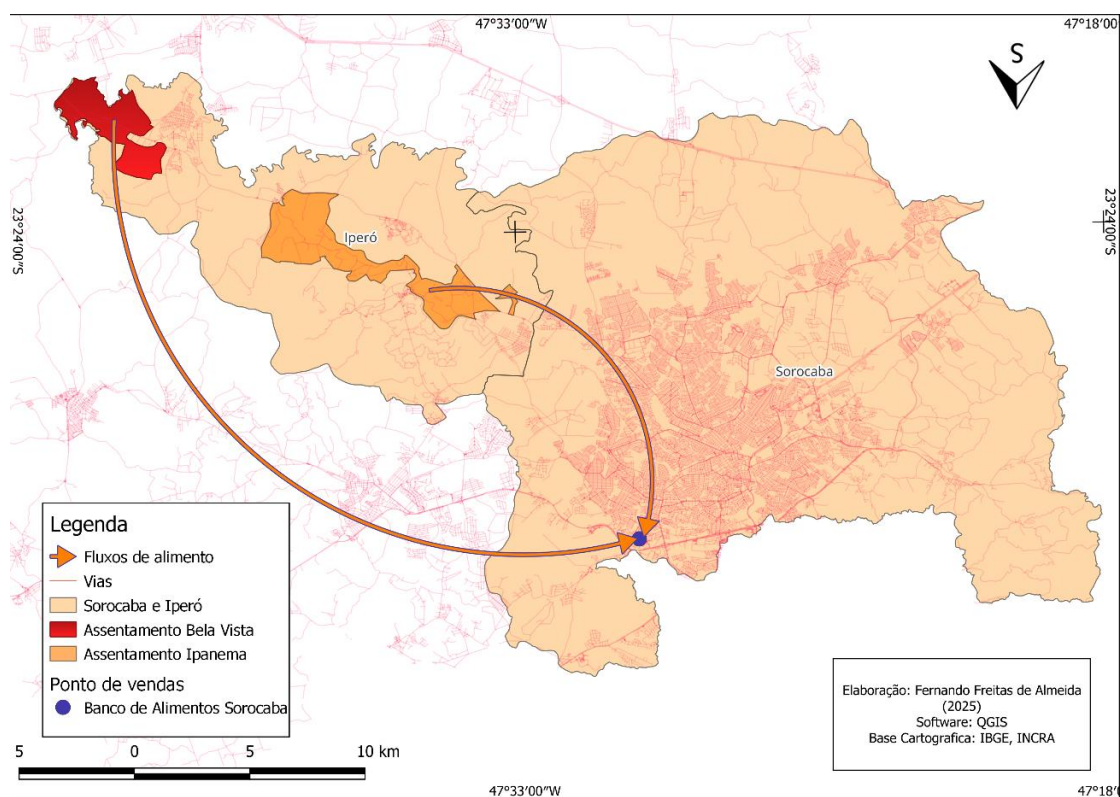


Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2024).

O Banco de Alimento de Sorocaba (BAS) criado em 2005, se expressa como um importante mediador das compras institucionais, pois está localizado na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) de Sorocaba e tem acesso a compras institucionais, facilitando a distribuição dos alimentos adquiridos pelo Estado nos assentamentos para as instituições que os recebem. Em janeiro de 2025, o BAS comemorou em suas redes sociais a volta do PAA e como ato simbólico dessa retomada recebeu mais de duas toneladas de alimentos da Cooperativa de Produtores da Fazenda Ipanema (Cooprafi), localizada no assentamento Ipanema.

O Mapa 18 demonstra o fluxo de alimentos do Assentamento Ipanema e Bela Vista para o BAS. Fica evidente a importância da agricultura de base familiar camponesa na produção de alimentos para o BAS, além do destaque ao papel do banco de alimentos como um elo entre camponeses e a instituições.

Mapa 17: Fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema ao Banco de Alimentos de Sorocaba (BAS)



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2025).

Em consonância com os resultados apresentados na pesquisa de Jorge (2024), as cooperativas têm, como principal fonte de garantia da sua reprodução, o acesso às compras institucionais, pois o volume de alimentos demandado pelo Estado, bem como sua padronização e volume de produção, são viabilizados, no contexto do estudo, pelo protagonismo das cooperativas.

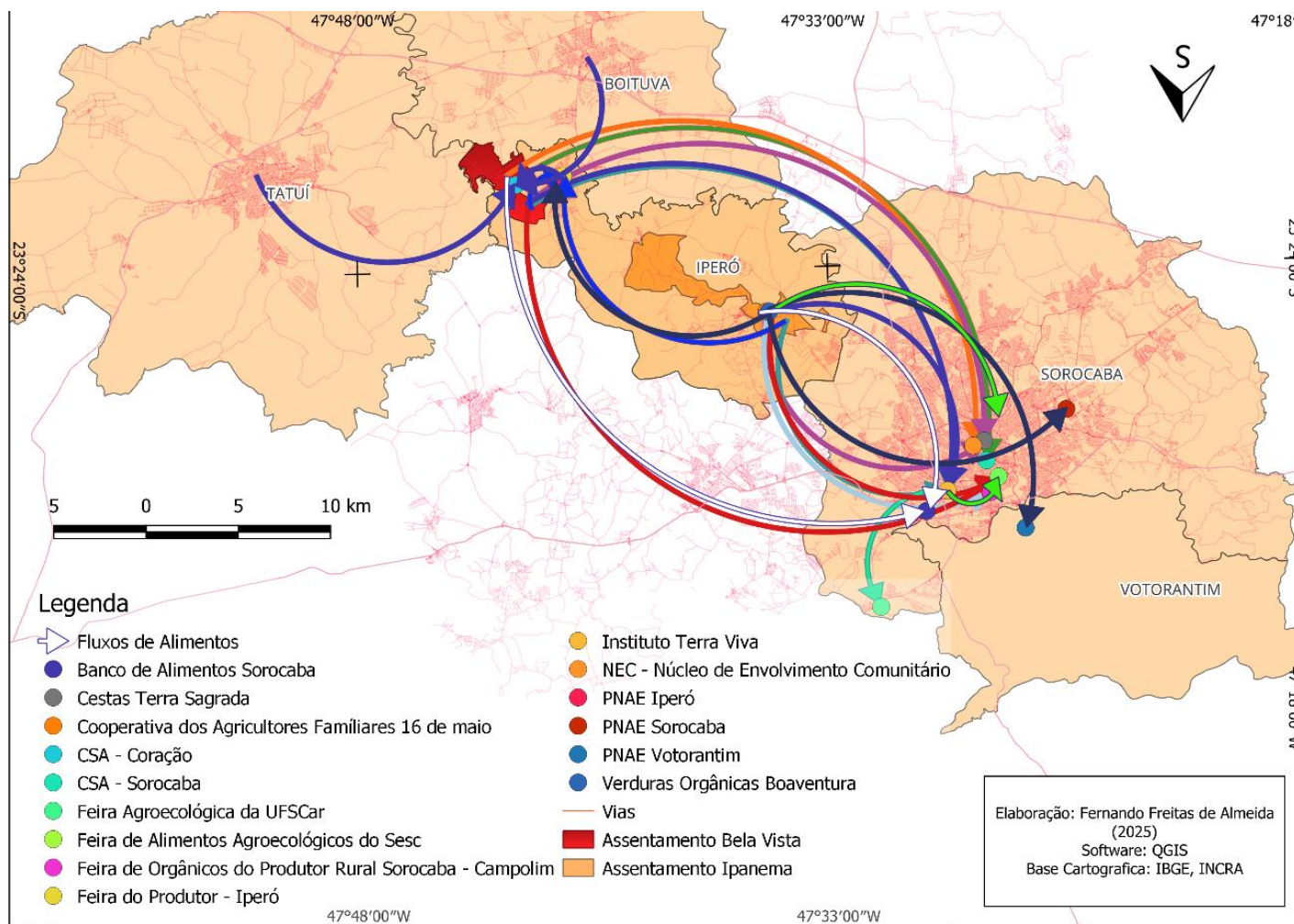
O Mapa 19, como síntese do sistema alimentar camponês nos assentamentos Bela Vista e Ipanema, evidencia a potencialidade e relevância da organização dos camponeses na produção e distribuição de alimentos. Apesar de não abranger a totalidade das estratégias de comercialização do município, o mapa ilustra a força da agricultura camponesa de base familiar na região de Sorocaba e arredores.

A maioria dos fluxos de alimentos converge para o município de Sorocaba. Essa centralidade é justificada pela concentração dos principais sujeitos envolvidos no sistema alimentar e pela maior população da região. Contudo, o mapa também evidencia a

interação do sistema alimentar camponês com outros municípios, como Iperó, Votorantim, Boituva e Tatuí, demonstrando o alcance e a importância da produção local.

A tese que embasa o mapa destaca que seu foco principal são os lotes que adotam a agroecologia como referência. Essa escolha metodológica ressalta a importância da agroecologia como prática sustentável e socialmente justa na produção de alimentos. Ao mesmo tempo, convida a uma reflexão sobre os desafios e as oportunidades para a expansão da agroecologia e o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa em toda a região.

Mapa 18: Mapa de síntese do sistema alimentar camponês e seus fluxos de alimentos dos assentamentos Bela Vista e Ipanema



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida (2025).

Ao analisar os fluxos de alimentos, percebe-se que os assentamentos têm importante papel na promoção de soberania alimentar, pois, possibilitam acesso a alimentos saudáveis mediante uma diversidade de estratégias como CSAs, Feira Agroecológica, compras institucionais, PAA e PNAE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O sistema alimentar camponês foi visto como uma estratégia contra-hegemônica dos camponeses territorializados, que têm na agroecologia a base da defesa da soberania alimentar. Isso permitiu refletir sobre estratégias de integração dialética entre campo e cidade, em contraposição ao capitalismo, que impõe lógicas próprias de territorialização e monopolização do capital.

Os territórios da reforma agrária constituem-se em locus privilegiado do sistema alimentar camponês, pois é a partir do momento em que as famílias camponesas são territorializadas que se estabelece ao ponto de partida para a constituição de seu modo de vida, que difere da lógica tipicamente capitalista. Nesse sentido, quando os camponeses detêm o controle sobre a produção, circulação e consumo dos alimentos, tornam-se mais autônomos em comparação aos camponeses subordinados.

É por meio da gestão coletiva e solidária do território que podemos pensar em autonomia, protagonizada pelos movimentos socioterritoriais do campo, como o MST, mas também em articulação com movimentos socioespaciais da cidade. Essa possibilidade de estruturar um sistema alimentar a partir da emancipação dos assentados, gerando maior renda, é de fundamental relevância.

Contudo, pode-se compreender que o sistema alimentar capitalista compõe o que se entende como hegemônico, por estar no cerne da ruptura sociometabólica. Essa forma, estruturada pelas grandes empresas varejistas e pelas corporações responsáveis pela territorialização e monopolização do capital no campo, coloca a necessidade da acumulação de valor no centro das relações entre campo e cidade. Como consequência, há a intensificação da extração do trabalho e, conseqüentemente, da exploração da natureza, conforme apontado por Saito (2021).

Nesse sentido, o avanço do agronegócio aprofunda a lógica de exploração da natureza, que, ao mesmo tempo em que expropria os bens naturais do Sul Global, cria riqueza nos centros de decisão. Em outras palavras, a subordinação dos camponeses, quilombolas, indígenas e demais populações que veem na agricultura seu modo de vida, tem explicações que passam pela atuação das grandes corporações transnacionais.

Entendemos que a renda dos camponeses é central, pois, ao analisarmos o processo de criação e recriação camponesa no capitalismo, não é raro que camponeses com produção subordinada cedam gratuitamente seu trabalho, uma vez que o preço de comercialização é inferior ao custo de produção. Nesse sentido, o sistema alimentar camponês busca romper com esse modelo.

Outro elemento importante são os preços baixos dos alimentos que, como argumenta Paulino (2021), não podem ser analisados de forma isolada, pois estão diretamente ligados à desvalorização social de quem os produz. A produção camponesa frequentemente resulta em uma transferência de renda para outros setores da sociedade, beneficiando grandes redes varejistas, intermediários, controladores dos principais centros de distribuição e empresas responsáveis pela transformação desses alimentos.

Uma das primeiras lacunas desta tese é a identificação da atuação dos atravessadores, como os que comercializam mandioca e hortaliças, que passam semanalmente pelo assentamento, além do processo ainda incipiente da produção de soja. Todavia, a análise presente no estudo teve como objetivo compreender o sistema alimentar camponês, sem conseguir abarcar esse processo de subordinação, que pretende-se aprofundar em pesquisas futuras. Há também, como desdobramento da primeira lacuna, os camponeses que não acessam o sistema alimentar camponês e o mercado convencional, sendo que muitas vezes buscam trabalhos acessórios (Kautsky, 1980) na cidade, para garantir sua permanência na terra.

Nesta tese, entendemos a agroecologia como prática, movimento, ciência e política contra-hegemônica fundamentada na soberania alimentar, sendo analisada também a partir de diferentes perspectivas: como um modelo alternativo ao sistema capitalista; como uma estratégia do campesinato para defender seu modo de vida; como uma forma de organização para a proteção da natureza diante da ruptura metabólica; e, por fim, sob uma abordagem interseccional.

Foi possível compreender diversos atravessamentos da agroecologia, desde a sua presença na agenda política do MST em escala nacional até a sua atuação no cotidiano dos camponeses. Essa presença se manifesta tanto na relação com a universidade, por meio do Núcleo de Agroecologia, quanto na própria lógica de organização da produção e do consumo, reafirmando a agroecologia como prática, movimento, ciência e política.

O debate de gênero, a preocupação com a renda das mulheres e o posicionamento das mulheres camponesas e não camponesas esteve no centro das discussões sobre os sistemas alimentares. Isso ocorreu porque a articulação dessas mulheres atravessa o sistema alimentar camponês, seja na produção no campo ou na responsabilização pela alimentação na cidade. Como afirmam Melo e Abreu (2021), o processo de impulsionar a agroecologia é majoritariamente das mulheres.

À luz das reflexões de Motta (2022) e Girardi (2022), entendemos que há um campo fundamental a ser investigado: o atravessamento da questão racial dentro dos

assentamentos de reforma agrária e nos diversos locais de consumo. Evidencia-se que, no que se refere à produção de alimentos, a presença de pessoas racializadas é maior quando comparada à sua presença nos locais de consumo, revelando que, embora a agroecologia tenha em suas bandeiras a luta antirracista e antimachista, ainda reproduz o racismo e o machismo estrutural presente na sociedade. Todavia, sabe-se que há uma necessidade de maior esforço por parte do nosso campo teórico, incluindo o marxismo e as teorias camponistas, para desenvolver teorias e metodologias capazes de compreender os atravessamentos de classe, raça e gênero, a fim de avançar nas discussões interseccionais e seus desdobramentos, para além do senso comum.

Os movimentos socioterritoriais organizados na luta por terra e território foram entendidos como grandes produtores de territórios camponeses, pois são os movimentos organizados pela luta em defesa da reforma agrária que possibilitaram a territorialização dos camponeses sem-terra. A partir da ampliação da articulação dos movimentos em seus territórios de poder, conquistados, que sua forma de organização possibilita novas territorialidades.

Pode-se ainda compreender que o conceito de soberania alimentar se tornou mais complexo ao longo do tempo, como aponta Lombardi *et al.* (2022). No início, estava restrito aos estados nacionais, mas com o passar dos anos, passou a englobar questões mais amplas, considerando a relevância das comunidades locais, dos diversos conhecimentos, das culturas alimentares e das discussões sobre raça e gênero. Pode-se argumentar que, enquanto o capitalismo segue na direção de uma dieta globalizada e uniformizada, os territórios reconhecem a importância da escala local para assegurar a soberania. Os movimentos socioterritoriais podem ser vistos como produtores de agroecologia e como um contra modelo eficiente na busca por um horizonte possível, em que a soberania alimentar esteja no centro das preocupações políticas, tal como ocorre nos assentamentos.

Quando pensamos no Brasil, a soberania alimentar tem sido implementada por meio de ações pontuais, como salienta Coca (2022), demonstrando que os territórios que possuem produção baseada em princípios agroecológicos criam mercados alternativos a partir dos movimentos socioterritoriais. Em consonância com o autor, observamos que as políticas alimentares ainda são ínfimas, localizadas e, muitas vezes, descontinuadas. Além disso, os movimentos socioterritoriais frequentemente realizam políticas contenciosas territoriais (Silva e Sobreiro Filho, 2021), para garantir o acesso da população a alimentos saudáveis, como exemplificado pelas doações durante a pandemia

de Covid-19, realizadas em todo país a contragosto do governo de Jair Messias Bolsonaro, que em várias oportunidades dificultou as doações.

Cabe retomar que a crise socioambiental e agroambiental do sistema capitalista, cuja origem está na ruptura sociometabólica, no Brasil marcada pela Revolução Verde, evidencia um desafio: a superação da lógica de produção baseada no mais-valor. Dessa forma, a agroecologia surge como um caminho possível e viável na agricultura atual para romper com essa estrutura.

Ao verticalizarmos o olhar para os assentamentos Ipanema e Bela Vista, observamos o sistema alimentar camponês em sua práxis, ou seja, tal como ele se organiza, possibilitando uma reorganização dos territórios camponeses conquistados pela luta e demonstrando que há uma articulação entre o campo e a cidade.

As diversas estratégias de resistência camponesa emergem à superfície quando analisadas, desde a venda de porteiras e feiras até estratégias como CSAs, institutos de economia solidária e vendas institucionais. Além disso, atividades realizadas no assentamento, como cafês, almoços e a comercialização de alimentos artesanais, dão substância ao que entendemos como sistema alimentar camponês. É na organização dos movimentos socioterritoriais do campo, articulados com movimentos socioespaciais da cidade, e de sujeitos não articulados com esses movimentos, mas que têm consciência da alimentação saudável, que se estabelece a tônica desse processo de comercialização e seus pressupostos, a circulação e a produção.

Contudo, a organização dos assentamentos não é determinada apenas pela conexão entre os movimentos do campo e da cidade. Ela também envolve a participação do Estado por meio de políticas públicas, a presença da universidade (nos casos analisados, a universidade pública) e a iniciativa dos próprios assentados na venda direta e em outras atividades.

Em diálogo com os assentados, eles apontam que o volume de comercialização com o Estado é muito significativo, mas que, devido à descontinuidade das políticas, depender do PAA e do PNAE pode ser uma estratégia arriscada. Houve momentos em que o volume de compras institucionais foi bastante elevado, sobretudo durante os governos mais progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT), contrastando com a drástica redução dessas compras nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Diante disso, os camponeses compreendem que as vendas diretas e indiretas, assim como outras articulações, possibilitam uma autonomia fundamental para suas organizações políticas, principalmente nos governos de direita. Nesse sentido, tem-se uma segunda lacuna para

ser alvo de investigação em pesquisas futuras, a compreensão da importância das compras institucionais no contexto dos assentamentos.

Ao analisar essas atividades, caracterizadas pelo posicionamento crítico e pela prática dos camponeses na defesa da reforma agrária, é possível compreender a articulação como uma forma de resistência nos territórios de reforma agrária, promovendo uma vida mais autônoma, mesmo diante das contradições impostas pelo capitalismo. Observamos as estratégias adotadas e a maneira como os camponeses as percebem, sendo possível afirmar que eles são os principais agentes dessas ações e possuem um entendimento profundo das contradições em que estão inseridos.

A proximidade dos assentamentos com centros urbanos significativos, como Sorocaba e outras cidades médias, conferiu a esses espaços uma posição privilegiada em comparação com assentamentos isolados. O fato de essas cidades possuírem universidades com uma formação crítica, possibilitou a aproximação de muitas pessoas que contribuem solidariamente para a gestão do território e do sistema alimentar camponês, estando diretamente em contato com os assentados.

Quando analisamos a cartografia, observamos a importância dos assentamentos na promoção da agroecologia no contexto regional. Os diversos fluxos representados demonstram que os lotes estudados, que têm como princípio a agroecologia, desempenham um papel importante no fornecimento de alimentos saudáveis em toda a região de Sorocaba, apresentando uma alternativa à lógica de distribuição hegemônica presente nas grandes redes varejistas.

O sistema alimentar camponês vem assegurando a reprodução desses camponeses ao possibilitar uma maior autonomia produtiva e, sobretudo, uma renda superior quando comparado a outras formas de subordinação fragmentadas ao capitalismo, nas quais os camponeses perdem autonomia sobre grande parte do processo.

A integração dialética entre campo e cidade, por meio das estratégias camponesas, possibilitou práticas coletivas dentro da agroecologia, que evitam a mercantilização exaustiva da natureza e do trabalho, preservando os territórios em oposição à lógica orientada pelo valor, que aprofunda o sociometabolismo do capital.

Nesse sentido, o estudo contribui, sobretudo, para o aprofundamento da compreensão sobre as resistências socioterritoriais dos movimentos como um processo dinâmico dentro de uma geografia crítica, orientada pela pesquisa militante. Dessa forma, os conceitos de agroecologia, natureza e soberania alimentar tornam-se fundamentais

para repensar o desenvolvimento do sistema alimentar dentro dos territórios conquistados pela reforma agrária.

O sistema alimentar camponês ainda enfrenta muitos desafios, como a falta de um apoio estatal efetivo e a pressão exercida pelo agronegócio e pelas grandes transnacionais, que, quando não conseguem territorializar o capital, buscam a monopolização através do controle do varejo e das sementes. Isso ocorre com a introdução dos chamados pacotes tecnológicos, que incluem sementes e maquinários, gerando controle sobre os camponeses subordinados.

A pesquisa buscou, sobretudo, criar um repertório crítico que possa servir como reflexão, tanto para a universidade quanto para os próprios camponeses e outros sujeitos comprometidos solidariamente com os assentamentos da reforma agrária. A experiência de pesquisa nos assentamentos Ipanema e Bela Vista revela muito mais do que um sistema alimentar camponês, trata-se de um projeto político e humano, de um novo território, de uma nova relação com a natureza e de um futuro possível, no qual a agroecologia e a soberania alimentar estejam no centro das decisões políticas, viabilizadas pela ruptura com a sociedade do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Tatiana Graeml. **Sistemas agroflorestais no assentamento Bela Vista (Iperó, SP):** contribuições e limitações sob a ótica de famílias agricultoras. 2023. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2023.

ALMEIDA, Fernando Freitas de. As tecnologias socioterritoriais mundializadas da agroecologia: dos lotes de reforma agrária do Brasil as propriedades familiares em Portugal. **Retratos de Assentamentos**, v. 27, n. 2, p. 221-238, 2024.

ALMEIDA, Fernando Freitas de. **As estratégias de resistência camponesa do lote Mãe Terra no assentamento Horto Bela Vista de Iperó (SP).** 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A agroecologia da classe camponesa. *In*: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; NARDOQUE, Sedeval (Org.). **Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista:** subordinação e resistências. Campo Grande: UFMS, 2023. p. 195-223.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Ed. Jandaíra, 2020.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. Carta Carioca – Agroecologia na Boca do Povo. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

AMARAL, Júlia Letícia *et al.*. Relato de entrevistas em atividade de extensão universitária no assentamento Bela Vista, Iperó/SP. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

AUBRY, Christine ; CHIFFOLEAU, Yuna. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, v. 5, p. 41-51, 2009.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. **Geografia e grandes projetos:** ecologia, política e economia no capitalismo de fronteira. 2018. 559 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico.** Editora Elefante, 2023.

BOMBARDI, Larissa Mies *et al.*. Desafios da produção agrícola camponesa nos assentamentos de reforma agrária: Assentamento Milton Santos - Americana/SP, **GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 26, p. 135-147, 2009.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa.** São Paulo: Annablume, 2004.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 14, p. 107-117, 2003.

BORGES, Gerson Antonio Barbosa; FERNANDES, Bernardo Mançano. Programa Camponês: uma política pública desde os camponeses. **Revista Mutirão**, v. 2, n. 2, p. 51-65, 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural; institui o Programa de Aquisição de Alimentos. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 3 jul. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRAZ, Marcones Ivo. Sistemas alimentares de proximidade: produção agroecológica em circuitos curtos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2017.

BRAZ, Marcones Ivo. **Espaço agroecológico e comercialização: a construção de mercados na perspectiva dos circuitos alimentares de proximidade**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

BRAZ, Marcones Ivo; PEREIRA, Monica Cox de Britto. Circuitos alimentares de proximidade: conceitos, definição e práticas. **Revista de Geografia**, v. 35, p. 117-133, 2018.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Paradigmas e estratégias do MST para o desenvolvimento de territórios agroecológicos**. 2024. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.

BUQUERA, Rodrigo Brezolin. **A agroecologia e os serviços ecossistêmicos: um estudo de caso nos assentamentos do município de Iperó/SP**. 2015. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2015.

CASTRO, Eduardo. Aspectos da relação cidade campo: o Assentamento Ipanema. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 20, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo, 2005.

CASTRO, Eduardo. O campo e a cidade na reforma agrária: uma análise do trabalho e do território. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 5, p. 87-108, 2006.

CASTRO, Eduardo. **O significado do trabalho na constituição da territorialidade dos assentados da Fazenda Ipanema**, Iperó-SP. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHAFFOTTE, Lydie.; CHIFFOLEAU, Yuna. Circuits courts et ventedirecte: définition, typologie et évaluation. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, v. 1, n. 2, p. 1-8, 2007.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas *et al.*. Geografia agrária crítica e pesquisa militante: apontamentos teórico-metodológicos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA*, 14, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A soberania alimentar como parte dos contra-espacos do Brasil contemporâneo. **Boletim Alfenense de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 25-43, 2022.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

CORONIL, Fernando. **El Estado mágico: naturaleza, dinero y modernidade en Venezuela**. 2 ed. Caracas: Editorial Alfa, 2013.

MELO, Paula Balduino; ABREU, Viviane Evangelista. Negritude, gênero e alimentação em contexto pandêmico: relações campo-cidade. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 57, 2021.

D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DIXON, Jane; MCMICHAEL, Philip. *Revisiting the 'urban bias' and its relationship to food security*. In: BUTLER, Colin D. (Org.). **Health of People, Places and Planet: Reflections based on Tony McMichael's four decades of contribution to epidemiological understanding**. Canberra: ANU Press, p. 313-330, 2015.

FABRINI, João Edimilson. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, v. 21, n. 42, p. 63-91, 2006.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Terra em Disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST - Formação e territorialização**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST 1979-1999**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 23, Washington. **Anais [...]** Washington, 2001a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, v. 92, 2001b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. **Revista Nera**, v. 8, n. 6, p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. Tese (Livre-docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. La experiencia brasileña de lucha por la tierra y reforma agraria. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.*. **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y El Caribe**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 15-40, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares, movimentos alimentares. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, n. 7, 2019.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRIEDMAN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

G1. **Produtores de Iperó podem se inscrever na Feira da Agricultura**. G1: Sorocaba e Jundiaí, 29 ago. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2013/08/produtores-de-ipero-podem-se-inscrever-na-feira-da-agricultura.html>>. Acesso em: 17 maio 2024.

GIRALDO, Omar Felipe; ROSSET, Peter Michael. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Guaju**, v. 2, n. 1, p. 14-37, 2016.

GIRARDI, Eduardo Paulon **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil**: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

GURBUR, Dominique Michele Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. *In*: CALDART, Roseli G. Salette *et al.* (Org.). **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

IANNI, Octavio. A nação das classes dominantes. *In*: LARANJEIRA, Sônia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990. p. 33-42.

JOSÉ, Caio Rennó *et al.*. Economia Solidária, Agricultura Familiar e Agroecologia: a experiência do Armazém Terra Viva em Sorocaba-SP. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, p. 1-7, 2018.

JORGE, Aline Albuquerque. **A produção de territorialidades subalternas e emancipadoras em assentamentos de reforma agrária do MST no Paraná**. 2024. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente 2024.

KATZ, Cindi. 'Whose Nature, Whose Culture? Private Productions of Space and the 'Preservation of Nature'. *In*: BRAUN, Bruce; CASTREE, Noel (Org.). **Remaking Reality: Nature at the Millennium**. Londres: Routledge, 1998. p. 46-64.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **Resistência camponesa, construção da consciência/pertencimento a classe trabalhadora nos assentamentos rurais do pontal do Paranapanema-SP**. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

LIMA, Lucas Gama. Covid-19 e ampliação da fome: uma crítica ao sistema alimentar global sob a mundialização do capital. **Pegada**, v. 21, n. 2, p. 333-358, 2020.

LINO, Amanda Cristina. **Memória social de mulheres de assentamentos de reforma agrária: a relação entre trabalho, política, educação e participação Sorocaba/SP**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Dissertação de

LINO, Amanda Cristina. Da identidade à busca da consciência social no assentamento horto bela vista: Um desafio para organicidade do MST. 2010. *In*: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS, 4, Araraquara. **Anais [...]** Araraquara: UNESP, 2010.

LOMBARDI, Thais Tartalha do Nascimento *et al.*. Soberania alimentar, território e etnicidade: conexões, sobreposições, relações. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 2, p. 225-242, 2022.

LOURENÇO, Edvânia Angela de Souza; THOMAZ JUNIOR, Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Inovações tecnológicas e perenização da degradação sistêmica do trabalho: a contrarreforma da previdência social com enfoque para o trabalho no setor rural. **Pegada**, v. 23, n. 1, 2022.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**: contribuições à explicação econômica do imperialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MACHADO, Angela dos Santos; ALBUQUERQUE JORGE, Aline; FERNANDES, Bernardo Mançano. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Campo-Território**, v. 17, n. 47, p. 155-178, 2022.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho. **A produção do saber sobre a floresta pelos assentados na Fazenda Ipanema, Iperó (SP)**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998.

MANSUR, Douglas Amparo. O futuro da documentação fotográfica na era digital. **Revista Pj**, v. 5, 2005.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, p. 105-136, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.

MCMICHAEL, Philip. Does China's 'going out' strategy prefigure a new food regime?. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 1, p. 116-154, 2020.

MCMICHAEL, Philip. Commentary: Food regime for thought. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 648-670, 2016.

MELO, Paula Balduino de; ABREU, Viviane Evangelista. Negritude, gênero e alimentação em contexto pandêmico: relações campo-cidade. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 57, 2021.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**, n. 10, p. 72-93, 2012.

MOTTA, Vívian Delfino. **Enquanto houver racismo, não haverá Agroecologia!**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

MOTTA, Vivian Delfino. Para quem é esse lugar? Problematização sobre a presença não branca nos espaços de visibilização da agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 17, n. 3, p. 222-241, 2022.

MST. **Cartilha do Programa Agrário do MST: VI Congresso Nacional do MST**. Brasília, 2013.

MST. **Cartilha do Programa Agrário do MST: VII Congresso Nacional do MST**. Brasília, 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13, Costa Rica. **Anais [...]**. Costa Rica, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, José Eduardo de. Monitoramento participativo de sistemas agroflorestais nos assentamentos do município de Iperó - SP. 2016. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2016.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; PEREIRA, Lorena Iza. Da centralidade da questão agrária à atualidade da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 09-20, 2020.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2019.

OLIVEIRA, Eduardo Romero. Patrimônio ferroviário do estado de São Paulo: As condições de preservação e uso dos bens culturais. Projeto História, v. 40, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi; MOREIRA, Rosangela Maria Pinto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Produção Agroecológica para Construção de Autonomias no Campo e na Cidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, p. 1-8, 2018.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PENSSAN, Rede. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, 2022.

PLOEG, Jan Douwe Van der. Imperios alimentarios, soberanía alimentaria y luchas sociales. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, n. 7, 2019.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. Porto Alegre/São Paulo: Editoras UFRGS/UNESP, 2016.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Brasil: Editora UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da agricultura familiar**, v. 2, p. 13-54, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo: CERVE/FFLCH/USP, 1983.

RABELLO, Diógenes. **Camponeses assentados e as práticas agroecológicas do contexto do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

RETIÈRE, Morgane Isabelle Hélène. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

ROSSET, Peter; MARTÍNEZ-TORRES, María Elena. La Vía Campesina y Agroecología. **Libro abierto de la Vía Campesina**, celebrando, v. 20, 2013.

ROSSET, Peter. Epistemes rurales y la formación agroecológica en la Vía Campesina. **Ciência & Tecnologia Social**, v. 2, n. 1, 2015.

ROSSET, Peter. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. In: RIBEIRO, Dionara Soares (Org.). **Agroecologia na Educação Básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2021.

SANSOLO, Davis Gruber *et al.*. Tecnologias socioterritoriais, soberania e segurança alimentar e nutricional. *In*: SANSOLO, Davis Gruber; ADDOR, Felipe; EID, Farid (Org.). **Tecnologia social e reforma agrária popular**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

SAQUET, Marcos; MEIRA, Raquel. Redes curtas de comercialização: a proximidade política, pessoal e espacial na articulação territorial entre o rural e o urbano. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 6, n. 2, p. 118-141, 2017.

SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza en Marx**. 2. ed.. México/Madrid/ Buenos Aires: Siglo Veintiuno Eds., 1977.

SILVA, Anderson Antonio; SOBREIRO FILHO, José. Política Contenciosa Territorial e Desenvolvimento Socioterritorial: interações e convergências desde a agroecologia. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 36-60, 2021.

SILVA, Diego Antonio Xavier da; VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos. Produção de alimentos em Uberaba (MG): desafios para a construção da soberania alimentar. **Geoconexões Online**, v. 3, n. 1, p. 18-36, 2023.

SMITH, Neil. Nature as an accumulation strategy. *In*: PANITCH, Leo; LEYS, Collin (Org.). **Coming to Terms with Nature**: Socialist Register. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2007. p. 16-36.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBREIRO FILHO, José; COSTA, Bruna Gonçalves; SILVA, Anderson Antônio. Agroecologia e os territórios do movimento: da transição e solidariedade agroecológica à emancipação feminina na Amazônia paraense. **Mundo e Desenvolvimento**, v. 3, n. 4, 2020.

STEDILE, João Pedro (Org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. Volume I. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

STEYER, Fabia Schneider. **Sistemas agroflorestais como projetos de vida**: um estudo em um assentamento rural. 2015. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2015.

TOLEDO, Víctor Manzur. El metabolismo social: una nueva teoría socioecológica. **Relaciones (Zamora)**, v. 34, n.136, p. 41-71. 2013.

VIANA, Sarah Santos. ; Ribeiro, Marina Panunzio Ribeiro. ; VALENTE, Roberta Aversa ; FRANCO, Fernando Silveira . A estrutura da paisagem no Assentamento Horto Bela Bista: processos históricos e políticos da questão agrária no Brasil. *In*: SILVA, Clecio Danilo Dias da (Org.). **Pesquisas em meio ambiente, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2023. p. 47-61.

WEZEL, Alexander *et al.*. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, p. 503-515, 2009.

ANEXOS

Anexo I

Carta em defesa da Educação do Campo

Prezado Secretário de Educação do município de Iperó senhor José Amilton de Camargo,

A comissão de educação do Assentamento Ipanema vem através desta carta pontuar a necessidade da construção de um currículo que acolha a diversidade e valorização da educação no e do campo, sendo o coração desta a Agroecologia. A escola que nós queremos construir, em um movimento fraterno e amoroso, traz o anúncio da construção da nova escola EM Dona Gláucia Aparecida Andrade, que vai mudar de endereço, um sonho de trinta anos de luta. A nova escola está sendo construída na estrada Paulo Freire, no distrito de George Oeterer.

Nós, agricultores e agricultoras do assentamento Ipanema, professores e professoras da UFSCar, estudantes do Núcleo de Agroecologia Apetê Caapuã-NAAC, diretores do Sindicato dos Servidores Públicos de Iperó, pesquisadores e pesquisadoras, vimos por meio desta carta requerer sua atenção para a escola EM Dona Gláucia Aparecida Andrade. Esta construção é uma antiga reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura do Assentamento Ipanema que, há mais de duas décadas, lutam para a construção de uma unidade com estrutura digna para seus filhos, filhas, netos e netas.

Muitas das pessoas que participaram da elaboração desta carta estudaram na unidade localizada no coração da Floresta Nacional (FLONA) de Ipanema, no que regionalmente é denominado de Fazenda Ipanema, e hoje tem seus filhos e filhas frequentando a escola e que futuramente irão frequentar o prédio que está sendo construído.

Nossa preocupação, que compartilhamos com vossa senhoria, diz respeito às especificidades que a localidade e que a comunidade que frequenta a escola possuem, demandando assim uma construção que potencialize não apenas a estrutura física da escola, mas também sua orientação pedagógica e curricular, que pode e deve fortalecer a formação das nossas futuras gerações iperoenses, a economia local e a prática da cidadania em seu respeito mais amplo e democrático.

Neste sentido, realizamos alguns encontros que envolveram agricultores do Assentamento Ipanema, colaboradores, estudantes, professores da rede estadual, professores da UFSCar e membros do Sindicato dos Servidores de Iperó, com intuito de elencar as especificidades que a escola precisa contemplar para desenvolver seu potencial de valorização e potencialização do território onde se encontra.

Para que uma Educação do e no campo se efetive de forma a garantir o respeito à diversidade, a dignidade humana e valorização das especificidades locais, faz-se necessário: a aproximação do ensino com a realidade das crianças; a valorização dos saberes do campo; o uso de espaços alternativos de ensino, como as plantações locais; o aprofundamento dos conhecimentos baseados na ancestralidade, relacionando-os com os produzidos fora do contexto rural; a abertura da escola para a participação ativa da comunidade; e o contato com outras escolas rurais para a troca de experiências.

É neste sentido que nos reunimos e apresentamos essa proposta de início de diálogo para essa construção. Abaixo seguem alguns apontamentos que encaminhamos a vossa senhoria:

- Sua localização está num espaço privilegiado com potencialidades em desenvolver experiências que envolvam o desenvolvimento socioambiental e a Agroecologia. Outra questão é que a escola e o assentamento estão próximos ao Instituto Chico Mendes, que desenvolve pesquisas no campo ambiental e está inserido na Floresta Nacional de Ipanema. Assim, detendo uma vasta riqueza histórica e ambiental, pode ser subsídio para práticas pedagógicas sustentáveis que contribuam para a conscientização e construção de uma cultura ambiental sustentável em consonância com as práticas já existentes no processo de desenvolvimento da agricultura familiar e agroecológica no assentamento, bem como a valorização do Patrimônio Histórico-ambiental nesse território.

- Assim, faz-se necessário a elaboração de um currículo, e consequentemente projeto político pedagógico específico, que tenha como base a Educação do Campo, voltado às necessidades do assentamento e articulado ao desenvolvimento tecnológico sustentável e ao seu processo de acesso a direitos fundamentais e democratização no campo.

- A escola pode (e deve) atender toda a demanda educacional presente no assentamento, como no caso a modalidade de centros de educação infantil, a E.J.A e o ensino técnico, com o objetivo de formação e capacitação de trabalhadores e trabalhadoras para potencializar atividades no campo do desenvolvimento da agricultura

familiar. Devemos assim buscar realizar parcerias com diferentes entidades, associações, institutos e universidades para esta complementação pedagógica na localidade.

- Imputa-se como desafio para o MST, para o INCRA, para o poder municipal e para a sociedade em geral, dentre outras instituições, a compreensão da realidade e a especificidade em que a escola se insere. Por se tratar de uma escola com características rurais e do campo, em uma área de conservação ambiental, e com uma vasta riqueza histórica, social e econômica, ela nutre a capacidade de se materializar em um projeto educativo diferenciado, que pode ser potencializado a partir de uma integração entre o poder municipal, a comunidade, universidades, INCRA, e a parceria com vários setores da sociedade que venham contribuir com o bom desenvolvimento da educação e do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e da agroecologia.

- Possíveis Parcerias e Convênios: UFSCAR, Instituto Chico Mendes (ICM-Bio), ITESP, Prefeitura Municipal de Iperó (Secretaria de Agricultura e Secretaria de Educação), Centro Paula Souza, Instituto Federal de São Paulo.

- Metodologia: Constituição de Seminários, Oficinas e Debates sobre a Educação do Campo, que culmine na estruturação do Fórum Municipal de educação, que promovam uma matriz curricular que garanta o desenvolvimento técnico e tecnológico, a gestão democrática, a estruturação, a inclusão, o respeito à cultura e à economia do campo. Estruturação de uma equipe de trabalho para aprofundamento do projeto político pedagógico, trabalhando um processo pedagógico com a comunidade, a sociedade civil organizada e o poder público municipal na perspectiva da gestão democrática.

- Formação de Gestores e Professores: Para que os objetivos pedagógicos da escola do campo possam ser alcançados, faz-se necessário se pensar no processo específico de formação de professores e gestores, sendo pertinente o oferecimento de cursos e especializações em Educação do Campo, Agroecologia, Saúde integrativa e áreas afins.

- Proposta Pedagógica: Em decorrência do contexto que os alunos atendidos pela escola EMEIF Dona Glaucia Aparecida estão envolvidos, em um local privilegiado em relação às questões ambientais e da produção (assentamento de Reforma Agrária, Floresta Nacional de Ipanema e o ICMBIO), torna-se pertinente a elaboração de uma proposta pedagógica que trabalhe as potencialidades com base no desenvolvimento socioambiental, fundamentadas nos valores da sustentabilidade, e que tenha condições de trabalhar essa cultura no interior da escola, além de ressaltar que a cultura local tem uma especificidade enraizada na cultura do campo, que deve ser considerada na proposta

político pedagógica, valorizando a arborização e embelezamento, construção de hortas. Destacamos que os aspectos de estruturação ambiental (horta pedagógica, flores, árvores, parque infantil de madeira) são aspectos relevantes que integram a construção dinâmica do currículo.

- Sugerimos que a Educação do Campo possa, e deva, contribuir com a elaboração da proposta pedagógica que atenda as demandas locais desse território assim como potencialize o município de Iperó, não apenas economicamente, mas educacional e cientificamente valorizando toda a comunidade e, em especial, a juventude.

- Acessibilidade: Preocupados com as questões que envolvem as as pessoas com deficiência, destacamos a necessidade de adaptações estruturais do prédio da escola, como construção de rampas adaptadas aos banheiros, piso tátil, mesas e equipamentos necessários para o atendimento desse público conforme o Artigo 9, do DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.

- Sustentabilidade: Integrar e trabalhar as experiências em Agroecologia que acontecem no assentamento para a composição do currículo escolar. Construção de hortas para desenvolvimento de atividades pedagógicas, feira de ciências organizada pelos professores da EMEIF Dona Gláucia Andrade Nogueira. Pode-se utilizar recursos como o próprio assentamento para o plantio de árvores para fazer cercas vivas, ornamentação, pomares, etc.

- Integrar no currículo da escola a valorização das manifestações culturais do campo, indígena, africana, sertaneja, cigana e o saber popular do lugar, assim como a ancestralidade e a história local.

- Integrar no currículo da escola a valorização do trabalhador e da trabalhadora do campo, evidenciando a importância desta atividade humana responsável pela produção de alimentos que estão diariamente em nossas mesas.

- Integrar ao currículo da escola as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física.

- Ampliação da área destinada à estruturação das hortas e das experiências com a produção de alimentos, objetivando que subsidiem a própria escola.

- Realizar a separação seletiva do lixo, envolvendo o conselho de escola e a APM, promovendo geração de recursos para a própria escola.

- Valorização da economia solidária e do trabalho das mulheres no calendário festivo da escola.

- Visitas de campo em experiências educacionais que tragam a especificidade da Educação no e do campo e da Agroecologia.

Sugerimos a leitura das referências para compreensão da importância desta construção:

Ensino com a cara do campo disponível em:

<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/777/ensino-com-a-cara-do-campo>

Referências científicas do NAAC-UFSCar-Sorocaba

<https://apetecaapua.wordpress.com/>

NA CERTEZA DA ACOLHIDA DAS NECESSIDADES PONTUADAS
ASSINAM ESTA CARTA ELABORADA PELA COMISSÃO EDUCACIONAL DO
ASSENTAMENTO IPANEMA:

 Amanda Cristina Lino-Professora Educação Infantil. Mestra em Educação.
Dirigente Sindical no Sindicato dos Servidores Público de Iperó

 Alexandre Tardelli Genesi - Professor da rede municipal e presidente do
sindicato dos servidores de IPERÓ

 Aparecida Lucélia G S M de Souza : agricultora Assentamento Ipanema area
2 Iperó

 Carlos Augusto Amaro de Freitas - Professor da rede pública Estadual, Mestre
em Educação

 Fernando Freitas de Almeida - Professor e Doutorando em Geografia na
FCT/UNESP

 Fernando Silveira Franco- professor associado UFSCAR CAMPUS
SOROCABA- coordenador Núcleo de Agroecologia Apetê-caapuã

 Francisco Moreira de Souza :Agricultor Assentamento Ipanema área 2, agricultura familiar, Iperó SP.

 Gabriel Porto Boaventura- Agricultor no Assentamento Ipanema, Área 2, Iperó. Atuante nas ações de Orgânico, Biodinâmico e Agroecologia.

 José dos Reis Boaventura- Agricultor no Assentamento Ipanema, Área 2, Iperó. Atuante nas ações de Orgânico, Biodinâmico e Agroecologia

 Maria Rodrigues Dos Santos - Agrônoma - formada no curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis, pela UFSCar; Especialização em Realidade Brasileira pela UFJF-latu sensu; Agricultora no Assentamento Bela Vista/Iperó; Atuante nas ações de Orgânico, Biodinâmico e da Agroecologia.

 Simone Santos Porto Boaventura- Agricultora no Assentamento Ipanema, Área 2, Iperó. Atuante nas ações de Orgânico, Biodinâmico, Naturopatia e Agroecologia.

 Tatiana Graeml Abdalla - mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural na UFSCAR e membro do Núcleo de Agroecologia Apetê-Caapuã

 William Silva de Almeida; Agrônomo - formada no curso de Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis, pela UFSCar; Agricultor no Assentamento Bela Vista/Iperó; Atuante nas ações Orgânico, Biodinâmico e da Agroecologia.

 Lúcia Aparecida Costa de Albuquerque. Professora de geografia no ensino fundamental e médio rede municipal e estadual. Dirigente Sindical do Sindicato dos Servidores de Iperó - SINDSERV.